

EDITAL Nº 0719936/2021

Processo nº E-20/001.002662/2021

TOMADA DE PREÇOS DPRJ Nº 004/2021

EDITAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE COBERTURA E ESCADA, EM ESTRUTURA METÁLICA, EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO E CONSTRUÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DE JARDINEIRAS, NO PRÉDIO SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO BAIRRO JACAREPAGUÁ, LOCALIZADO NA RUA PROF. FRANCISCA PIRAGIBE, NÚMERO 80, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ.

1. INTRODUÇÃO

1.1. **A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada DPRJ, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, torna público que, devidamente autorizada pela Secretária de Engenharia **Dra. LUCIENE TORRES PEREIRA** na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.002662/2021**, fará realizar, no dia **15/12/2021 às 14:00 horas**, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** e regime de empreitada por preço global, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.06, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, Decreto nº 42.445, de 04.05.10, com redação alterada pelo Decreto nº 45.633, de 15.04.16, pelo Decreto nº 42.063, de 6 de outubro de 2009, e respectivas alterações, além da Resolução DPGERJ nº 1012, de 21 de outubro de 2019, Resolução DPGERJ nº 1052/20, das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, normas estas que os Licitantes e interessados declaram conhecer.

1.1.1. **Até às 14 horas, do dia 15 de dezembro de 2021**, no endereço Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, para entrega do Envelope nº 01, com os documentos de habilitação, e nº 02, com a proposta, além das declarações complementares.

1.1.2. **Às 14 horas, do dia 15 de dezembro de 2021**, no endereço Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

1.2. As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no portal da DPRJ (www.defensoria.rj.def.br).

1.4. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, através do e-mail nulic@defensoria.rj.def.br.

1.4.1. Caberá ao Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado pelos membros que compõem a Comissão de Licitação, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.2.

1.5. Os interessados poderão formular impugnações em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, através do e-mail nulic@defensoria.rj.def.br.

1.5.1. Caberá à Secretária de Engenharia, auxiliada pelo Presidente da Comissão de Licitação, responder as impugnações no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para

todos os interessados por qualquer das formas previstas na cláusula 1.2 deste edital.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente tomada de preços é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE COBERTURA E ESCADA, EM ESTRUTURA METÁLICA, EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO E CONSTRUÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DE JARDINEIRAS, NO PRÉDIO SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO BAIRRO JACAREPAGUÁ, LOCALIZADO NA RUA PROF. FRANCISCA PIRAGIBE, NÚMERO 80, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ**, conforme este Edital e seus anexos, em especial o **PROJETO BÁSICO – ANEXO I** e a **PROPOSTA DETALHE – ANEXO II**, que fazem parte do presente processo.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: : 11010.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 449051

FONTES: 100 - Recursos Ordinários Provenientes de Impostos

4. TIPO DE LICITAÇÃO

4.1. A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** e regime de empreitada por preço global.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. O valor global estimado da obra (limite estabelecido), com base na Planilha de Valores Unitários Desonerada (Anexo B do Projeto Básico) referente ao mês de junho/2021 é de R\$ 125.028,40 (cento e vinte e cinco mil, vinte e oito reais e quarenta centavos).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2. Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5% - cinco por cento), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4. Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.5. Não será permitida a participação em regime de consórcio.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo para entrega do projeto executivo é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato. O prazo para execução das obras e serviços é de 60 (sessenta) dias corridos, após data de aprovação do projeto.

7.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato, podendo ser prorrogado, se for do interesse Público. Não sendo este o prazo para a entrega da obra, que deve respeitar prazo apresentado no item 7.1.

7.3. Os prazos acima poderão ser revistos nas hipóteses e na forma do parágrafo 1º, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4. Os Licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

7.5. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer

dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse da DPRJ, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. No local, data e hora fixados na cláusula 1.1, apresentarão os licitantes suas propostas em 2 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente "A" e "B", constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I - ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TOMADA DE PREÇOS **DPRJ Nº 004/2021**

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II - ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TOMADA DE PREÇOS **DPRJ Nº 004/2021**

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

8.2. Os documentos dos envelopes "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e "B" - PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

8.2.1. O licitante deverá apresentar, como anexo da proposta comercial, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do Modelo de Declaração constante do Anexo VII.

8.3. Os documentos exigidos no ENVELOPE "A" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, e rubricados pelo representante legal do licitante. A documentação das empresas estrangeiras e quaisquer outros provenientes do exterior deverão estar autenticados pelo Consulado Brasileiro no país de origem e integralmente traduzidos por tradutor juramentado.

8.4. Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos.

8.5. As propostas de preços serão apresentadas em 02 (duas) vias, conforme modelo padronizado fornecido pela DPRJ, rubricadas pelo representante legal da empresa. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância entre estes, a indicação por extenso.

8.6. Salvo nos casos onde a Comissão de Licitação autorizar a realização de ajustes na busca da adequação da melhor proposta (menor preço), sem que haja a majoração dos valores, não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos depois de entregues os envelopes à Comissão de Licitação.

8.7. O envelope "A" conterá os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e da regularidade fiscal do Licitante, conforme a seguir discriminado no item 9.

9. OS DOCUMENTOS DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

9.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.1.3. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.6. Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo VIII, do Edital.

9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.3. Prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

9.2.3.1. Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

9.2.3.2. Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual. Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

9.2.3.3. Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

9.2.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.2.5. A Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

9.2.6. Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

9.2.7. Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

9.2.8. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.2.9. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. Declaração de possuir em seu quadro de pessoal, Responsáveis Técnicos: engenheiro civil. Posteriormente, antes da assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar a contratação dos referidos profissionais que deverá ser analisada por setor competente da DPGE/RJ (Diretoria Geral de Infraestrutura e Engenharia da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro). A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópias das Carteiras de Trabalho e/ou fichas de Registro de Empregado ou mediante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. Deverão ser comprovados os registros dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da Contratante, ou seu visto para desempenho da atividade profissional na localidade da sede.

9.3.1.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente - CREA, que comprove(m) que a empresa licitante ou seus profissionais habilitados tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em edificações residenciais ou não residenciais com as

características de reforço e recuperação de estruturas.

9.3.2. Por tratar-se de serviço de engenharia, a Licitante deverá apresentar Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica, habilitando-a para execução do objeto da presente contratação, expedida pelo CREA da circunscrição da licitante, nos termos da Lei Federal nº6.496, de 07/12/1977 e da Resolução CONFEA nº 425, de 18/12/1998.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

9.4.1. O licitante deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores ou Tribunal da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e em casos onde a certidão não seja emitida por meio físico ou eletrônico pelo próprio Tribunal da Comarca sede da empresa, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

9.4.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.4.3. O licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.4.4. O Balanço Patrimonial deverá apresentar Índice de Liquidez Geral e Índice de Liquidez Corrente igual ou maior do que 1 e Índice de Endividamento menor do que 1.

$$*ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > \text{OU} = 1$$

$$*ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > \text{OU} = 1$$

$$*IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} = \text{OU} < 1$$

9.4.5. Os índices contábeis serão calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade da DPRJ mediante assinatura e a indicação de seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

9.4.6. Na hipótese de a licitante apresentar resultado menor que 1 (um) para os índices de liquidez ou de apresentar resultado superior a 1 (um) para os índices de endividamento o licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

9.5. DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

9.5.1. Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo III, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

9.6. DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

9.6.1. As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

9.7. DO CERTIFICADO CADASTRAL

9.7.1. A cópia autenticada do Certificado atualizado e emitido pelo Registro Geral de Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro - RGE, a cargo da EMOP ou o Certificado do Registro Central de Fornecedores, expedido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, órgão integrante da SEFAZ, substitui os documentos relacionados nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.2.1 e 9.2.2, que cuidam da comprovação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal, excetuando-se os documentos previstos nos incisos III e IV do artigo 29 da Lei Federal 8.666/93, em especial a Certidão de Regularidade de Situação (CRS) perante o FGTS, a Certidão Negativa do Débito (CND) perante o INSS.

9.8. Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

10. A PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Os documentos do ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: a Proposta de Preço em duas vias, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, apresentados em pasta, preenchidos, por meio mecânico, sem emenda, rasura, entrelinha ou ressalva.

10.2. A Proposta de Preço, modelo fornecido pela Comissão de Licitação, devidamente rubricada, deverá informar o preço total dos serviços a executar, referente ao mês da apresentação da proposta, em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso, e ser devidamente assinada pelo representante legal do Licitante.

10.2.1. Na hipótese de fornecimento de novos modelos da Proposta de Preço, estas somente serão entregues mediante devolução das anteriormente fornecidas ao Licitante.

10.2.2. A Planilha Orçamentária, ANEXO do Projeto Básico, deverá ser preenchida pelo Licitante, com informação expressa referente aos seus custos unitários, em moeda corrente, respeitante ao mês de apresentação da proposta, constando ainda o total por item e o somatório.

10.2.3. No preço proposto serão computadas todas as despesas para execução das obras, a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente Tomada de Preços e todas as despesas com instalação do canteiro de obras, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se, também, o BDI - Benefício e Despesas Indiretas, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta Tomada de Preços, vez que nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada.

10.2.3.1. A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme modelos ANEXOS, discriminando todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios).

10.2.3.2. O BDI máximo admitido nesta licitação é de 27,39% para a planilha orçamentária elaborada com base no regime de contribuição previdenciária patronal estabelecido na Lei Federal nº 8.212/1991.

10.2.4. Na forma do disposto no § único, do art. 1º, do Decreto nº 42.445, de 04.05.10, na planilha orçamentária todos os itens deverão ser objeto de composição detalhada, especificando os preços unitários e quantidades de materiais, mão de obra, equipamentos, despesas indiretas e/ou quaisquer outros insumos que tenham sido considerados por ocasião da fixação do preço unitário.

10.2.5. Caso os valores planilhados, em alguns itens, tenham sido coletados diretamente do mercado, deverão ser enviadas as pesquisas de mercado que lhe deram origem, contendo a identificação da empresa consultada, as especificações completas do material cotado, com vistas a permitir a verificação da compatibilidade entre os preços estimados e aqueles de mercado.

10.2.6. O Cronograma Físico-Financeiro dos serviços, obedecendo ao prazo previsto no item 7.1, conforme modelo ANEXO do Projeto Básico, deverá conter o percentual do valor de cada categoria de serviço em relação ao valor total, indicado mês a mês, obedecendo, ainda, desembolso financeiro acumulado máximo, conforme abaixo descrito:

10.2.7. Da memória de cálculo deverão constar todos os itens planilhados.

10.2.8. Da Planilha Orçamentária não deverão constar orçados em separado os insumos de mão de obra e equipamentos, por serem parte dos serviços contratados, evitando-se a duplicidade de sua previsão.

10.2.9. O licitante deverá apresentar somente uma única proposta de preços que contemplará em todos os seus itens o regime contributivo por ele adotado.□

10.3. As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação, junto com os envelopes "A" e "B". Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida nesta cláusula, ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

10.3.1. Do instrumento procuratório mencionado na cláusula 10.3 deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

10.3.2. A carta de credenciamento Anexo V, a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere a cláusula 10.3 inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

10.3.3. Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

10.3.4. É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

11. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. No local, no dia e na hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os Licitantes, munidos dos envelopes "A" e "B", apresentados na forma definida no item 8. Os Licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos, que para tanto deverão estar portando a carta de credenciamento para todos os atos da licitação, firmada pelo representante legal da empresa, conforme Anexo V, que deverá ser entregue, fora do envelope, à Comissão de Licitação.

11.1.1. A ausência de representantes credenciados não exclui a participação do certame, ficando, todavia, aqueles que se apresentem sem o devido credenciamento impossibilitados de responder pelo Licitante e, em seu nome, praticar qualquer ato.

11.1.2. Além dos documentos mencionados no item 11.1, os licitantes deverão apresentar fora de qualquer envelope ao Presidente da Comissão de Licitação declaração, na forma do Anexo VI – Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

- a) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) Impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

11.1.3. Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

11.1.3.1. Caso o Licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 11.1.3, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo à Comissão de Licitação declarar tal condição.

11.2. Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes "A" e "B" de todos os licitantes presentes. Em seguida serão abertos os envelopes "A" de todos os licitantes, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão de Licitação. Após a abertura dos envelopes "A", a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

11.3. No caso da sessão ser suspensa para julgamento de habilitação, os envelopes "B" serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão de Licitação, que os rubricará, juntamente com os licitantes presentes devidamente credenciados.

11.4. Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes "A" será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados e pelos membros da Comissão de Licitação.

11.5. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas na cláusula 9 deste edital.

11.6. Após comunicado o resultado aos Licitantes, se poderá passar imediatamente à abertura dos envelopes "B" – Proposta de Preços, desde que todos os Licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso, serão devolvidos aos Licitantes inabilitados os envelopes "B" – Proposta de Preços – fechados.

11.7. Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, será designada data para abertura dos envelopes "B" – PROPOSTA DE PREÇOS, observado o prazo de recurso estabelecido no item 19.1 deste Edital.

11.8. Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os Licitantes por motivos relacionados com a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

11.9. No dia, hora e local marcados para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa de todos os Licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as Propostas de Preços dos Licitantes habilitados.

11.10. As Planilhas Orçamentárias serão verificadas pela Comissão de Licitação, quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

11.10.1. Erro de multiplicação do custo unitário pela quantidade correspondente - será retificado, mantendo-se o custo unitário e a quantidade,

corrigindo-se o produto.

11.10.2. Erro de adição - será retificado conservando-se parcelas corretas e trocando-se a soma.

11.10.3. Demais erros que a Comissão de Licitação julgar pertinentes para correção.

11.11. O preço total, apresentado na Proposta de Preços, corrigido pela Comissão de Licitação, em conformidade com os procedimentos constantes no subitem 11.10 e após anuência do Licitante, constituirá o valor da proposta. Se o Licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

11.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste edital, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.

11.12.1. Considerar-se-á de preço excessivo a proposta com valor superior ao limite estabelecido no item 5.1, deste Edital.

11.13. Em conformidade com o § 1º, art. 48, Lei Federal nº 8.666/93, presumem-se inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado previsto na cláusula 5.1;

II - valor estimado previsto na cláusula 5.1;

11.14. Poderão, também, ser consideradas inexequíveis as propostas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os do mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução e objeto do contrato.

11.15. Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o(s) licitante(s) comprove(m) a viabilidade de seus preços, solicitando-lhes a composição de preços unitários para comparação com insumos e salários de mercado. A demonstração será acompanhada, pelo menos, dos seguintes documentos e informações:

a) número, mês e ano da publicação pesquisada, de onde foram retirados os preços dos materiais e da mão-de-obra, bem como, em cada item, o número da respectiva página pesquisada, anexando sua cópia;

b) quando se tratar de preços pesquisados no mercado, o Licitante adotará o procedimento anterior também com relação ao preço da mão-de-obra e apresentará declaração do fornecedor, comprometendo-se a vender o material pelo preço constante da sua Proposta de Preços;

c) quando o Licitante alegar a propriedade do material terá que comprová-lo por meio idôneo ou mediante a juntada da respectiva nota fiscal emitida em seu nome.

11.16. Salvo nos casos onde a Comissão de Licitação autorizar a realização de ajustes na busca da adequação da melhor proposta (menor preço), sem que haja a majoração dos valores, o licitante terá sua proposta de preços desclassificada, nas seguintes hipóteses:

a) se deixar de cotar qualquer um dos itens ou alterar a(s) quantidade(s) constante(s) da Planilha Orçamentária;

b) se cotar preços diferentes para uma mesma composição;

c) se apresentar o Anexo II em outra forma que não a prevista neste edital;

d) ultrapassar o preço global estimado no item 5.1;

e) se o preço unitário ultrapassar os limites admitidos no orçamento estimado;

f) apresentar BDI acima do percentual de 27,39% para a planilha orçamentária elaborada com base no regime de contribuição previdenciária patronal estabelecido na Lei Federal nº 8.212/1991, conforme fixado na cláusula 10.2.3.2.

11.17. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço exequível e que apresentar o menor preço total.

11.18. No caso de empate entre as propostas de menor preço, será utilizado o critério de sorteio, em ato público, com a presença de todos os licitantes.

11.19. Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

11.20. Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 10% (dez por

cento) àquela mais bem classificada.

11.21. Havendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.21.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, proposta escrita de preço inferior àquela considerada vencedora, hipótese na qual terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.

11.21.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

11.21.3. Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas com vistas a se identificar àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.22. Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.23. Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão de Licitação poderá fixar aos Licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.

11.24. O julgamento das propostas de preços (envelope "B") e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, que será assinada pelos Licitantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão de Licitação.

11.25. Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados que ainda não tiverem retirado os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser notificados a fazê-lo, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

11.26. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

12. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

12.1. Uma vez homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado, eletronicamente, para assinatura do contrato.

12.1.1. O prazo para assinatura do contrato é de 72 (setenta e duas) horas após a convocação.

12.2. Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a DPRJ, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.3. Na forma da Lei Estatual nº 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500..... 3%;
- III - de 501 a 1.000..... 4%;
- IV - de 1.001 em diante. 5%.

12.4. Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário se compromete a proceder o imediato cadastro como usuário externo no sistema SEI! por meio do link "<http://numclique.defensoria.rj.def.br/>", clicando em "Usuário externo" e em seguida no link "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", preenchendo o formulário apresentado. Também será obrigação da CONTRATADA para efeito de validação do citado cadastro, o encaminhamento da documentação abaixo listada ao Núcleo de Protocolo da CONTRATANTE, localizado na Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, RJ.

- a)Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;
- b)Cópia de documento de identificação civil no qual conste CPF juntamente com o original para fins de autenticação administrativa. Alternativamente, poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios cópia autenticada do documento de identificação civil no qual conste CPF e o presente Termo com reconhecimento de firma em cartório.

12.4.1. O atendimento ao disposto no 12.4 é condição indispensável para assinatura do Contrato e/ou Ata de Registro de Preço com a Administração CONTRATANTE.

12.4.2. Para fins de cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato e/ou Atas de Registro de Preço, todas as notificações à CONTRATADA serão efetuadas no(s) endereços de e-mail cadastrado no sistema SEI! nos termos do parágrafo primeiro, inclusive notificações decorrentes de procedimentos destinados a apurar falhas na execução do objeto do Contrato visando a eventual aplicação de penalidades administrativas.

13. DA GARANTIA

13.1. A CONTRATADA se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, a ser prestada em qualquer das modalidades e limites de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 - a ser restituída após sua execução satisfatória.

13.1.1. A Garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a)prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b)multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c)prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d)obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

13.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

13.3. Caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 80 % (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b", art. 48, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, será exigida para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo 1º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e o valor da correspondente proposta.

13.4. O levantamento da caução contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva da obra.

13.5. Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela contratada, a garantia reverterá integralmente ao contratante, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.

13.6. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a DPRJ se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela contratada, na recomposição das perdas e danos sofridos. A contratada ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes à sua notificação.

13.7. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa Contratada deverá complementar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o valor da caução para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

13.8. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

14. DAS MEDIÇÕES

14.1. A contratada deverá apresentar, até 30 (trinta) dias contados do recebimento do Memorando de Início, como uma das condições para emissão da primeira medição:

- a) O Plano de Segurança no Trabalho a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes;
- b) O visto do CREA-RJ, caso o Licitante seja de outro Estado da Federação.

14.2. As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pela DPRJ, justificando-se eventual divergência. As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os critérios de qualidade e de acordo com o Manual de Fiscalização da DPRJ.

14.2.1. As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento consoante o regime de execução por preço unitário adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados. Será elaborada memória de cálculo das medições (elaboração dos *croquis* de cálculo das quantidades medidas) com identificação dos locais da sua realização.

14.2.2. Nos projetos de Arquitetura, Cálculo Estrutural e Geotecnia e de Instalações prediais e especiais, a medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento a estes relativas, para fins da adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais mencionados para o seu pagamento:

14.2.3. Caso haja necessidade de acréscimo no item "Administração Local", decorrente de acréscimo do preço contratado, deverá ser considerada para efeito de medição/pagamento a parcela aditivada individualmente nos acréscimos de valores/serviços.

14.2.4. Para fins da medição dos serviços, em consonância com os itens 14.2.1 e 14.2.2, o item "administração local" deverá ser cobrado na proporção do percentual da execução das obras.

14.2.5. Os serviços de ensecadeira, escoramento e esgotamento de vala somente serão executados após detalhado levantamento de dados sobre o terreno, especialmente sondagens e ensaios, de modo a constatar informações como nível de água, talude natural e índices de suporte, que devem servir de base para a tomada de decisão sobre as soluções técnicas mais recomendadas, bem como, as quantidades de serviço envolvidas, devendo-se anotar em diário de obras as condições executivas observadas no canteiro.

14.2.6. A medição do item de transporte deverá indicar a origem, o destino, o percurso e o equipamento utilizado.

14.2.7. Não serão aceitas solicitações para alterações nas velocidades de transportes, após a realização da licitação. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos. Somente serão aceitas solicitações para alteração das velocidades de transporte, após a realização da licitação, no caso de impedimento à execução do objeto em decorrência de fatos relevantes e supervenientes, não previsíveis quando da elaboração do projeto básico, devendo ser esta modificação tecnicamente demonstrada e justificada.

14.3. A DPRJ, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, após a medição, entregará ao Contratado o cálculo da medição, para fins de faturamento.

14.4. A medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento a estes relativas, para fins da adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais executados para o seu pagamento:

Etapa	Critério Geral de Medição
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	Os serviços serão medidos e pagos quando a elaboração do projeto executivo for concluída. Essa etapa será considerada concluída após aprovação do projeto pelos fiscais do contrato.
ESCADA METÁLICA E ACESSO	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente montados e instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em quilos de aço (kg) executado. Quantidade em metros cúbicos de escavação e concreto utilizados nas fundações. Comprimento linear de corrimão instalados. A última etapa do serviço, de instalação da porta, só será paga após a instalação completa de todos os componentes e a devida verificação por parte dos fiscais.
COBERTURA DA ÁREA EXTERNA	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de telhamento efetivamente removidos, a retirada de entulho será medida, em função do número de caçambas necessárias para remoção do mesmo, quantidade em quilos de aço (kg) executados, metragem quadrada de cobertura executada. Quantidade em metros cúbicos de escavação e concreto utilizados nas fundações. Comprimento linear de calha, rufo e condutor de águas pluviais instalados e metragem quadrada (m ²) de painel ACM efetivamente instalados.
RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de piso removido, a retirada de entulho será medida, em função do número de caçambas necessárias para remoção do mesmo. Quantidade em metros quadrados de piso de concreto, executados conforme detalhado anteriormente. Quantidade em metragem quadrada (m ²) de parede lateral, emboço e impermeabilização das jardineiras. Comprimento linear de condutor de águas pluviais instalados, unidade de fornecimento e instalação das grelhas de captação de água, devidamente instaladas, conforme descrição. Unidade de fornecimento e plantio das mudas de pequeno porte. A última etapa do serviço, fornecimento de bancos de concreto, só será paga após a entrega e a devida verificação por parte dos fiscais.

PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS	Os serviços serão medidos e pagos por área de serviços devidamente executada até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de parede recomposta, parede emmassada e pintada. Os serviços de execução do dreno serão medidos após sua conclusão.
---	---

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA, na instituição bancária BANCO BRADESCO S/A, devendo, para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade, e número de conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito, essas informações deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

15.2. No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

15.3. O pagamento será realizado, de acordo com as medições mensais, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do aceite da nota fiscal e/ou fatura, pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do agente fiscalizador do contrato, desde que acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado (INSS, FGTS e ISSQN), bem como de certificado de regularidade do FGTS ("CRF") emitido pela Caixa Econômica Federal, do arquivo impresso da "SEFIP" (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) com seu respectivo protocolo de envio, através do canal da conectividade social, e da certidão negativa de débitos previdenciários (ou equivalente, nos termos do art. 206 do CTN), emitida pela Secretaria da Receita Federal. Além disso, deve ser apresentada declaração de que possui escrituração contábil firmada pelo contador e responsável da empresa, e que os valores ora apresentados encontram-se devidamente contabilizados nos termos das instruções normativas do INSS.

15.4. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

15.4.1. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

15.4.2. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

15.5. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

15.6. A critério da CONTRATANTE, o valor das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações a terceiros por culpa ou dolo da CONTRATADA, serão descontadas dos faturamentos que a CONTRATANTE vier a fazer jus.

15.7. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão de prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

15.8. O pagamento ficará condicionado ao atesto no respectivo documento fiscal, pelo responsável pela fiscalização.

15.9. No caso de haver pendências na prestação do serviço por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá suspender o pagamento pertinente até que sejam sanadas as pendências;

15.10. O descumprimento de quaisquer das obrigações acarretará a suspensão do pagamento e sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Edital e na legislação.

15.10.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*.

15.10.2. O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela fiscalização e ratificado pela Secretária de Engenharia será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP

terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

16.2. A gestão do Contrato caberá a um servidor designado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

16.3. A Fiscalização do Contrato caberá a 3 (três) servidores designados pela Diretoria Geral de Engenharia da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

16.4. Os representantes da DEFENSORIA PÚBLICA, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

16.5. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados;

16.6. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria;

16.7. O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores, sempre que necessário, dirigir-se-á diretamente ao preposto da empresa para tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços.

16.8. À fiscalização incumbirá, ainda, sem prejuízo de outras atividades:

a) solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução;

b) requerer a substituição de uniformes, insumos, materiais, ferramental e equipamentos que sejam considerados rotos, defeituosos ou inadequados aos serviços;

c) paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as boas práticas ambientais, ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

d) exercer rigoroso controle sobre o planejamento e o cronograma de rotinas de execução dos serviços;

e) aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

f) avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;

g) acompanhar os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

h) controlar os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigida;

i) Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar à licitante vencedora a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais e insumos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade.

j) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

16.9. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-á pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

16.10. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, o responsável pela fiscalização contratual deverá de imediato, comunicar por escrito à Diretoria de Infraestrutura e Engenharia, a qual tomará as providências necessárias para que se apliquem as sanções previstas na lei e neste Projeto Básico.

16.11. Verificar a execução dos serviços e materiais empregados objetivando garantir a qualidade desejada dos serviços.

16.12. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis em face da Contratada, por seu descumprimento de termos avençados (Contrato assinado, edital e seus anexos);

16.13. Manifestar-se quanto à realização dos serviços e encaminhar a nota fiscal atestada em tempo hábil ao Serviço de Apoio Administrativo, para que,

distribuída aos demais setores competentes, verifiquem as obrigações fiscais e financeiras para posterior pagamento.

17. DA RESPONSABILIDADE

17.1. A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

17.2. A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos

17.3. A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

17.4. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item 17.3 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

17.5. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

17.6. No caso do item 17.5 será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

17.7. Durante 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.8. A presença da fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

17.9. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

17.10. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro por quaisquer pagamentos que seja obrigada a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora. As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1. Quem não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções::

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

18.2. As condutas verificadas pela DPRJ, para fins deste item são assim

consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução do objeto, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida;

IV – fraudar na execução do objeto, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da execução do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

18.3. Ocorrendo qualquer outra infração legal ou do pactuado, a Contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

18.4. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

18.5. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no Projeto Básico, também deverão ser considerados para a sua fixação.

18.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva da DPRJ, devendo ser aplicada pelo Defensor Público Geral ou por seu delegado.

18.7. As sanções previstas na alínea "b" do item 18.1 e nas alíneas "a" e "b", do item 18.3 serão impostas pelo 1º SubDefensor Público Geral, na forma do art. 11, da Resolução DPRJ nº 1012 de 21 de outubro de 2019 e conforme Resolução DPGERJ nº 1052/20.

18.8. As sanções previstas na alínea "a" do item 18.1 e na alínea "c", do item 18.3 serão impostas pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo 1º SubDefensor Público Geral, na forma do art. 11, da Resolução DPRJ nº 1012 de 21 de outubro de 2019 e conforme Resolução DPGERJ nº 1052/20.

18.9. A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 18.3, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

18.10. As multas administrativas, previstas na alínea "b" do item 18.1 e na alínea "b", do item 18.3:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, no caso de descumprimento parcial ou total de qualquer obrigação pactuada, e em conformidade com as tabelas apresentadas abaixo;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

18.11. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea "c", do item 18.3:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos.

b) sem prejuízo de outras hipóteses, poderá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

18.12. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 18.3, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida

a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

18.13. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

18.14. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará à Contratada a multa de mora, calculada conforme a tabela apresentada abaixo, extraída no Projeto Básico (Anexo I do Edital de Licitação), a incidir sobre o valor do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da ata pela DPRJ ou da aplicação das sanções administrativas.

18.15. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.16. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou da ata infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

18.17. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.18. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

18.19. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

18.20. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pelo 1º SubDefensor Público Geral, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

18.21. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela DPRJ, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

18.22. O prazo para assinatura do Contrato, será de até 72 (setenta e duas) horas, podendo o atraso ser considerado como recusa injustificada, passível da aplicação de penalidades administrativas.

18.23. As penalidades previstas nos itens 18.1 e 18.3 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

18.24. Os licitantes, adjudicatários e fornecedores ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

18.25. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela DPRJ no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

18.26. Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial eletrônico da DPRJ do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 18.1 e nas alíneas "c" e "d" do item 18.3, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

18.27. A aplicação das sanções mencionadas no subitem 18.24 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

19. DOS RECURSOS

19.1. Os recursos das decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos à Secretária de Engenharia. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

19.2. A Comissão de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.3. Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação do licitante, ou contra o julgamento da proposta de preços, terão efeito suspensivo.

19.4. A intimação dos atos referidos nas alíneas *a, b, c* e *e* do inciso I do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial eletrônico da Defensoria Pública (DOE), salvo para os casos de habilitação ou inabilitação dos licitantes e julgamento das propostas, se presentes os prepostos de todos os licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

20. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

20.1. O objeto do contrato será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) servidores designados pela Diretoria Geral de Engenharia da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro:

a) Provisoriamente, após vistoria, que deverá ser realizada pelo agente fiscalizador da Defensoria Pública, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Licitante vencedora comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto contratado e desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

b) O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do termo de recebimento provisório, após a lavratura de ata circunstanciada, contendo a vistoria realizada pelo agente fiscalizador, o qual deverá expressar a concordância em receber o objeto provisoriamente, com o conhecimento e assinatura do representante da CONTRATADA;

c) Os serviços que, a critério do agente fiscalizador, não estejam em conformidade com as condições estabelecidas no projeto e/ou com as normas técnicas aplicáveis serão rejeitados e anotados no termo de recebimento provisório, devendo a CONTRATADA tomar as providências para sanar os problemas constatados, sem que isso venha a se caracterizar como alteração contratual e sem prejuízo da aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas contratualmente;

d) Caso as falhas não sejam corrigidas dentro do prazo fixado, poderá ser ajuizada a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das penalidades previstas;

e) Definitivamente, pelo agente fiscalizador, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório, observando o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

20.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

21. DO FORO

21.1. É competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação, à contratação e à execução dela decorrentes o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Havendo quaisquer conflitos entre o contido no edital e no Projeto Básico, prevalece o que consta no Projeto Básico.

22.2. Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

22.4. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.7. Quando da homologação do resultado do certame, e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes inabilitados deverão ser notificados a retirar os envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da comunicação. Se houver recusa expressa ou tácita dos interessados, a Comissão de Licitação ou o agente público competente estará autorizado a inutilizar os envelopes.

22.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Engenharia, ouvida previamente a Comissão de Licitação, observados os princípios que

informam a atuação da Administração Pública.

22.9. O licitante contratado deverá providenciar, quando for o caso, as ART's referente(s) ao Projeto Executivo (com anotações dos responsáveis pela elaboração da Planilha Orçamentária e dos Desenhos/Projetos elaborados), com guia(s) de recolhimento quitada(s), de forma a garantir a responsabilidade técnica pela sua elaboração e execução, que serão anexadas ao processo administrativo (Lei Federal 6.496/77, Lei Federal 5.194/66 e Res. CONFEA 361/91).

22.10. As ART's também deverão ser anexadas ao Processo Administrativo referente ao contrato.

22.11. Serão disponibilizadas para todos os licitantes as memórias de cálculo dos quantitativos dos serviços planilhados, possibilitando a estes visualizar com clareza os quantitativos estimados. Os quantitativos de cada serviço deverão ser previstos por unidade/ambiente e por pavimentos, na forma do relatório de obra, totalizando os quantitativos dos serviços planilhados.

22.12. É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22.13. A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

22.14. A licitação será regida pela Lei 8.666/93 de acordo com permissão prevista no art. 191, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

22.15. Acompanham este instrumento convocatório os seguintes anexos:

Anexo I	Projeto Básico
Anexo A	Planilha Orçamentária Onerada
Anexo B	Planilha Orçamentária Desonerada
Anexo C	Cronograma Físico-Financeiro
Anexo D	Cotações
Anexo E	Planilha orçamentária para Preenchimento da Licitante - Formação de Preços
Anexo F	Atestado de Vistoria
Anexo G	Plantas a; b; c; d
Anexo H	Documento de Oficialização da Demanda (DOD)
Anexo I	Estudo Técnico Preliminar - ETP
Anexo J	Mapa de Riscos
Anexo II	Proposta Detalhe
Anexo III	Modelo de Declaração em Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
Anexo IV	Minuta Contratual
Anexo V	Carta de Credenciamento
Anexo VI	Declaração de Inexistência de Penalidade
Anexo VII	Declaração de Elaboração Independente da Proposta
Anexo VIII	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo IX	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto na Lei 7.258/2016



Documento assinado eletronicamente por **LUCIENE TORRES PEREIRA**, Defensora Pública, em 29/11/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0719936** e o código CRC **100E35F8**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA E ESCADA, PROJETO EXECUTIVO E REFORMA DE ÁREA EXTERNA DE SEDE DA DEFENSORIA NO BAIRRO DE JACAREPAGUÁ

ABRIL 2021

1. DO OBJETIVO
2. DO REGIME DE EXECUÇÃO
3. JUSTIFICATIVA
4. DO OBJETO E ESCOPO
5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO
6. DA DEFINIÇÃO, LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO E/OU EXECUÇÃO
7. DO ESCOPO E ETAPAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
 - 7.1- PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL
 - 7.2- ESCADA METÁLICA E ACESSO
 - 7.3- COBERTURA DA ÁREA EXTERNA
 - 7.4- RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM DA ÁREA EXTERNA
 - 7.5- PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS
 - 7.6- LIMPEZA FINAL
8. DOS HORÁRIOS DE TRABALHO E PRAZOS MÁXIMOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, GARANTIA DO SERVIÇO
9. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
12. DA GARANTIA CONTRATUAL
13. MEDIÇÕES
14. REGIME DE CONTRATAÇÃO, PREÇO, E FORMA DE PAGAMENTO
15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
17. RESPONSABILIDADE
18. DA VISTORIA TÉCNICA
19. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
20. DAS SANÇÕES E PENALIDADES
21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
22. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO
23. DOS CRITÉRIOS E SELEÇÃO DO FORNECEDOR
24. DOS ANEXOS

1. DO OBJETIVO

1.1- A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a manutenção, conservação e segurança de suas instalações, inicia o processo licitatório para contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras, no Prédio

Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá, localizado Rua Prof. Francisca Piragibe, número 80, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1- Constitui objeto da presente a realização de certame licitatório, visando a contratação de empresa especializada na execução do objeto supracitado pelo regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tipo de licitação de MENOR PREÇO GLOBAL, na modalidade TOMADA DE PREÇO. O critério de aceitabilidade das propostas será o de preço máximo unitário. O procedimento licitatório reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Resolução PGE nº3.879, de 28/04/2016 e demais normas aplicáveis à espécie, sob regime.

3. JUSTIFICATIVA

3.1- O presente processo se mostrou necessário com forma de possibilitar a conclusão da obra que vem sendo realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, localizada em Jacarepaguá. Trata-se de serviços não englobados no escopo de execução do Corpo Técnico da DPERJ, assim como materiais não licitados normalmente. Neste sentido, tal processo licitatório se mostrou necessário, de modo a possibilitar contratação de empresa especializada na execução dos serviços em questão.

3.2- As intervenções externas englobam a execução de escada metálica, que permitirá o acesso ao segundo pavimento da edificação. Troca da cobertura externa, que possui a função atual de alocar os assistidos em espera de atendimento e compõem esteticamente a fachada da edificação. O estado atual de conservação desta cobertura está bastante comprometido, sendo previsto neste PB a troca das telhas e estrutura metálica de sustentação da mesma. Por se tratar de estruturas que dependem de dimensionamento estrutural, no sentido de garantir a estabilidade e segurança, assim como permitir maior eficiência no consumo de materiais, está incluído neste PB, projeto executivo estrutural para as etapas supracitadas, a serem devidamente aprovadas pelo Corpo Técnico da DPERJ. Para complementação dos serviços, está sendo prevista a recomposição do piso que compõe área externa sob a cobertura em questão, com a remoção e concretagem de novo piso, em concreto armado. Tal intervenção se mostrou necessária, devido às grandes movimentações térmicas e de recalque do solo, que geraram aberturas de fissuras e rachaduras sobre o mesmo. Engloba-se também, toda parte de recolhimento das águas pluviais adjacentes da cobertura, drenagem do piso e encaminhamento das águas à boca de lobo existente no local.

3.3- A realização dos serviços supracitados tem como objetivo principal intervir na degradação dos elementos que compõem a fachada, visando, também, atender aspectos de segurança, funcionais, estéticos e de conforto dos usuários, de modo a se corrigir patologias existentes e, em contrapartida, reduzir a possibilidade de formação de novas patologias.

4. DO OBJETO E ESCOPO

4.1- O Presente PROJETO BÁSICO visa contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de cobertura e escada metálica.

4.2- O prédio onde se encontra a unidade da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá, está localizado na Rua Prof. Francisca Piragibe, nº 80. A edificação possui acesso interno, ao lado da Delegacia, conforme planta anexa, e se encontra localizado em área posterior ao Fórum, com Galpão, de propriedade da DPERJ Anexo. Trata-se de uma área com ocupação predominantemente comercial. Possui toda a infraestrutura urbana necessária para funcionamento de um bairro, tais como; pavimentação, luz, água, rede de esgoto, escolas, restaurantes e transporte público.

4.3- O edifício está situado em terreno de aproximadamente 4.812,62 m², com suas instalações ao fundo do mesmo. A edificação é constituída de dois pavimentos, com área de projeção de aproximadamente 230m². A cobertura, escopo deste PB, possui área de projeção aproximadamente igual a 74,30 m², escorada na edificação, em uma das extremidades e em pilares de seção circular na outra.

4.4- Os serviços a serem executados são:

4.4-1. Reforma de cobertura externa existente, com troca do sistema estrutural e telhas metálicas, por telhas novas, execução do sistema de drenagem composto por rufo, calhas, canal vertical.

4.4-2. Execução de escada metálica, a ser construída de modo a permitir o acesso externo ao segundo pavimento da edificação. Esta escada será construída de modo a se tornar autoportante, com ancoragem na edificação utilizada somente para permitir a devida ligação entre os elementos, sem gerar qualquer acréscimo de carga à estrutura existente.

4.4-3. Projeto estrutural executivo, baseado neste projeto básico, com detalhamento das peças e relação de todos os materiais a serem utilizados.

4.4-4. Reforma do piso sob a cobertura descrita acima, com demolição de piso existente e concretagem de novo piso, em concreto armado, com dimensões suficientes para garantir estabilidade e dirimir possibilidade de trincas por recalque. Em complementação, está incluído neste PB a execução de jardineiras, em alvenaria, de modo a compor o projeto de fachada em anexo, devidamente preenchida com solo adequado, incluindo plantio de mudas de pequeno porte. A impermeabilização das mesmas deverá ser realizada com material resistente a raízes e eficiente, de modo a impedir patologias devido à umidade no local.

4.4-5. Acertos e limpeza final;

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

5.1- A execução dos serviços deverá atender instruções das normas vigentes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e certificação de instituições oficiais de qualidade (INMETRO, PROCEL, etc). Somente na ocasião das referências citadas não contemplarem as especificações desejadas, poderão ser adotadas normas internacionais (referência IEC - International Electrotechnical Commission).

5.2- Dentre as principais normas a serem consideradas na execução dos serviços, pode-se citar:

- a. NBR8800 (Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios);
- b. NBR16775 (Estruturas de aço, estruturas mistas de aço e de concreto, coberturas e fechamentos de aço – Gestão dos processos de projeto, fabricação e montagem);
- c. NBR14762 (Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio);
- d. NBR6118 (Projeto de estruturas de concreto -Procedimento);
- e. NBR9574 (Execução de impermeabilização)
- f. NBR15.575 (Desempenho de edificações habitacionais)
- g. Normas regulamentadoras segurança e saúde do trabalho.

5.3- A execução dos serviços e obras de construção deverá atender também às seguintes normas e práticas complementares:

- a. Normas da ABNT e do INMETRO;
- b. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- c. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA;
- d. Atenção ao cumprimento das Normas técnicas: NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI, NR 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais, NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. No local do canteiro de obras deverão estar disponíveis exemplares das referidas normas para consulta.

6. DA DEFINIÇÃO, LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DE

FORNECIMENTO E/OU EXECUÇÃO

6.1- Os serviços serão executados no Edifício localizado na Rua Prof. Francisca Piragibe, nº 80, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, prédio onde se encontra uma das unidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá.

6.2- Dentre as soluções possíveis, entende-se vantajosa a utilização do Aço, para construção da escada e suporte da cobertura em questão, por se tratar de estruturas em geral mais leves, que permitem um tempo de execução da montagem muito mais rápido em relação a outros materiais. Algumas outras vantagens são: resistência, menor preço e menor impacto ambiental. Além disso, a escada metálica possui uma liberdade estrutural e arquitetônica maior que o concreto, considerando a possibilidade de utilização de sistemas estruturais mais esbeltos, vencendo maiores.

6.3- Todos os materiais e ou equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, deverão ser de Primeira Qualidade e NOVOS, entendendo-se primeira qualidade, o nível de qualidade mais elevado da linha do material e ou equipamento a ser utilizado, satisfazer as especificações da ABNT/INMETRO e demais normas citadas, e ainda, serem de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto, nos memoriais de cada projeto, neste memorial ou nas especificações gerais, e devidamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

6.4- O material e ou equipamento, que, por qualquer motivo, for adquirido sem aprovação da FISCALIZAÇÃO deverá, dentro de 72 horas, ser retirado e substituído pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. O mesmo procedimento será adotado no caso do material e ou equipamento entregue não corresponder à amostra previamente apresentada. Ambos os casos serão definidos pela FISCALIZAÇÃO.

6.5- Os casos omissos deste Projeto Básico deverão ser tratados conforme as normas vigentes, não serão aceitos em hipótese alguma serviços que contrariem tais normas técnicas, sob o pretexto de não estarem aqui relatados.

6.6- A Contratada deverá manter diário de obra atualizado, constando minimamente as seguintes informações: funcionários da contratada na obra, serviços iniciados, serviços concluídos, ocorrências diárias e demais observações que possam impactar no cronograma previsto. Este diário deverá ficar em local de fácil acesso para que o mesmo possa ser consultado, a qualquer tempo, pelos fiscais do contrato, conforme conveniência da administração pública.

7. DO ESCOPO E ETAPAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1- PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL

7.1-1. Com intuito de garantir a correta execução dos serviços de cobertura e escada autoportante metálica, torna-se necessário a confecção de projeto executivo de estrutura metálica, destes elementos, de modo a se ter maior precisão no quantitativo de materiais a serem utilizados e garantia da segurança quanto aos Estados limites Último e de Serviço.

7.1-2. Para confecção do projeto executivo, deverá ser tomado como referência este Projeto Básico, conforme detalhes Anexos, devendo medidas como desnível para a escada, pé direito da estrutura, devidamente levantados pela CONTRATADA, no local de execução.

7.1-3. O projeto executivo estrutural deverá conter todos os detalhamentos necessários para a execução dos sistemas supracitados, contando com no mínimo plantas de forma, detalhes de ligação, cortes e demais detalhes que se façam necessários.

7.1-4. Antes da execução, os projetos estruturais deverão ser encaminhados, em meio físico e eletrônico, ao Corpo Técnico desta Defensoria, de modo a serem avaliados e devidamente aprovados pelo mesmo. O projeto executivo deverá ser entregue impresso em 3 (três) vias no formato A1, em até 30 dias após a publicação do extrato do contrato no DOE - DPGERJ e disponibilizado em arquivos digitais no formato DWG.

7.1-5. A contratante terá até 10 (dez) úteis dias para aprovar o projeto executivo, durante esse período a contagem dos prazos será interrompida.

7.1-6. Deverá conter no projeto quantitativo detalhado de todos os materiais a serem utilizados, devendo o pagamento ser realizado conforme peso total (em kg) de aço previsto no mesmo, após confirmado em medição pelos fiscais. Qualquer alteração nos valores previstos em projeto deverá ser devidamente justificada pela CONTRATADA, sendo obrigatoriamente aprovada pelos fiscais do contrato.

7.1-7. O projeto deverá ser concebido conforme preconiza a NBR 8800, NBR14762 e demais normas pertinentes.

7.2- ESCADA METÁLICA E ACESSO

7.2-1. De modo a permitir o acesso externo ao segundo pavimento da edificação em questão, está sendo previsto a execução de uma escada, em estrutura metálica, construída na parte lateral de fachada da edificação.

7.2-2. A estrutura resistente da escada, deverá ser construída em perfis metálicos do tipo U, U enrijecido ou I cujas dimensões e demais especificações deverão seguir projeto executivo, definido conforme dimensionamento, visando sempre segurança e no mesmo sentido economicidade. Para os degraus e patamares, prevê-se a utilização de chapa Xadrez, cuja espessura, ligações e contraventamentos deverão ser suficientes para garantir a correta estabilidade do componente estrutural, evitando vibrações excessivas que venham a causar desconforto aos usuários. A composição apresentada como proposta pela empresa, deverá considerar peso, em kg de aço necessários para execução dos serviços, devendo compreender todos os custos com perfis, materiais de ligação e fixação, estrutura de suporte dos patamares, chapas para degraus e patamares, ligações com fundação e demais componentes detalhados em projeto executivo.

7.2-3. O número de degraus, dimensões dos patamares, piso e espelho dos degraus deverão estar baseados em projeto básico (Detalhes em Anexo), sendo necessário verificação das medidas no local, anteriormente a execução do projeto executivo.

7.2-4. As ligações dos elementos estruturais deverão seguir projeto executivo, de modo que se garanta a segurança, buscando sempre método executivo de maior economicidade e agilidade.

7.2-5. Em complemento a execução da escada metálica, está sendo considerado neste PB, fornecimento e instalação de porta metálica de acesso, de dimensões 90x210cm, incluindo ferragens, fechadura, guarnições e boneca lateral, devidamente ancorada em pilar existente. As dimensões exatas do vão deverão ser verificadas pela contratada, antes do fornecimento e instalação da porta. Caberá a contratante garantir o vão, nas medidas aproximadas à informada neste PB, incluindo execução de verga e acabamentos laterais necessários da fachada, anterior e posterior à instalação.

7.2-6. Caberá aos fiscais, verificar a correta execução do escopo do contrato, em caso de divergências entre projeto executivo aprovado e serviços executados, a contratada deverá ser acionada.

7.3- COBERTURA DA ÁREA EXTERNA

7.3-1. Na parte frontal da porta de acesso do edifício em questão, existe cobertura composta por estrutura metálica e telhamento de alumínio em estado avançado de degradação. No intuito de manter área externa, que funciona como local de espera dos assistidos, está sendo considerado a substituição da cobertura, com novo sistema de suporte e troca das telhas existentes.

7.3-2. Deve-se, inicialmente, remover todas as telhas existentes, a serem depositadas em local apropriado, por parte da CONTRATADA. As estruturas metálicas existentes deverão ser removidas e mantidas no local, o correto despejo ou reaproveitamento destes será de responsabilidade da CONTRATANTE.

7.3-3. A estrutura de suporte da cobertura deverá ser composta por

Tesouras em treliças metálicas, formadas por perfis U, corretamente dimensionadas, está sendo considerado a execução de 4 treliças, espaçadas em aproximadamente 3,00m. As terças também deverão ser formadas por perfis metálicos, seção U, U enrijecido ou outro perfil, devidamente justificado e dimensionado em projeto executivo, com espaçamento definido em projeto, em função do peso atuante e da resistência dos perfis. A composição apresentada como proposta pela empresa, deverá considerar peso, em kg de aço necessários para execução dos serviços, devendo compreender todos os custos com perfis, materiais de ligação e fixação, estrutura de suporte da platibanda, ligações com fundação e demais componentes detalhados em projeto executivo. A contratada deverá executar todas as etapas de montagem, fixação e ligação dos elementos estruturais.

7.3-4. O apoio do sistema estrutural será realizado, em uma das extremidades, por ancoragem da estrutura no edifício existente, na outra extremidade por 4 pilares, em perfil metálico, devidamente dimensionados, com fundação executada em concreto simples em dimensões e profundidade de assentamento verificados conforme condições de suporte do solo no local.

7.3-5. Após execução de sistema estrutural de suporte, as telhas de alumínio, do tipo sanduíche, termo acústica, de seção trapezoidal, deverão ser corretamente instaladas, com sistema de fixação adequado, de modo a garantir a estanqueidade assim como estabilidade do sistema. A declividade mínima de instalação das telhas deverá ser de 5%, conforme especificações em Anexo.

7.3-6. No entorno da cobertura, deverá ser executada platibanda, formada por estrutura metálica de suporte e placas de ACM, de 3mm de espessura, na cor verde fosco, devidamente fixada de modo a garantir resistência adequada contra a ação de intempéries.

7.3-7. Na extremidade interna do beiral, deverá ser instalado, ao longo de todo o perímetro do mesmo, rufo de alumínio, acabamento na cor BRANCA, para proteção contra infiltração de água, entre as paredes e o telhado.

7.3-8. Na extremidade do beiral, deverá ser instalado, ao longo de todo o perímetro do mesmo, calhas de alumínio, acabamento na cor BRANCA, com dimensões suficientes para garantir o correto escoamento das águas pluviais. As descidas de água serão realizadas na extremidade da calha, com condutor de PVC, diâmetro mínimo de DN 88mm, instalados de forma contígua à parede de divisa.

7.3-9. Sob a cobertura metálica, deverá ser executado forro monolítico, em chapas de gesso acartonado, incluindo reforço com tela de fibra de vidro nas juntas, assim como posterior emassamento e pintura do mesmo. Incluindo estrutura de fixação, fechamentos laterais e demais serviços necessários para a perfeita instalação e acabamento do forro.

7.3-10. O emassamento/lixamento do forro deverá ser executado com massa acrílica, para permitir que a superfície final se mantenha lisa para receber as camadas de pintura.

7.3-11. Todas as superfícies a pintar serão limpas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinem. Antes da execução da pintura, deverá ser aplicado produto selador, de acordo com as especificações dos fabricantes.

7.3-12. Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, convindo observar um intervalo mínimo de 24 horas entre duas demãos sucessivas. Igual cuidado deverá haver entre as demãos de massa e tinta, sendo, pelo menos de 48 horas, nesse caso, o intervalo recomendado.

7.3-13. Está previsto a instalação de luminárias do tipo Spot, direcionável, assim como luminárias de embutir, para lâmpadas tubulares (2x 20W ou similar), com acabamento em pintura branca eletrostática, conforme layout apresentado em anexo. Todas as instalações elétricas necessárias para o acionamento das luminárias em questão deverão ser fornecidas previamente pela equipe técnica da Defensoria.

7.4- RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM DA ÁREA EXTERNA

7.4-1. O piso sob cobertura a ser trocada apresenta diversos pontos de

rachaduras e afundamentos, decorrentes do recalque do terreno e variações térmicas nas regiões do mesmo. Desta forma, está sendo prevista a remoção do piso existente, e execução de novo piso, em concreto armado, a fim de se evitar novas aberturas de trincas.

7.4-2. Inicialmente, deverá ser executada a remoção do piso em questão, da mesma forma, todos os resíduos de demolição deverão ser despejados em local apropriado, por parte da CONTRATADA.

7.4-3. Após a remoção do piso antigo, o terreno que servirá como base para concretagem deverá ser devidamente preparado, de modo que esteja corretamente compactado, prevê-se a utilização de uma camada de lastro, em brita, cujo intuito é de evitar possíveis patologias relacionadas à umidade ascendente. Sobre a camada de brita, deverá ser colocada lona, de modo a se evitar a perda de água do concreto para as camadas inferiores.

7.4-4. Por fim, deverá ser executado piso de concreto, com armação de bitola mínima de 4.2 mm, espaçamento mínimo de 10cm, ou seguindo recomendação da NBR6118/2014. O fornecimento do concreto previsto é usinado, ou de modo que se garanta a resistência mínima de 20MPa.

7.4-5. O adensamento do concreto deverá ser realizado por meio de régua vibratória, garantindo dessa forma, após sua concretagem, acabamento final liso. Deverá ser previsto, pela contratada, juntas de dilatação a frio, em espaçamento adequado a se evitar qualquer tipo de fissuras ou trincas por variações térmicas.

7.4-6. O piso deverá ser executado com desnível mínimo de 0,5%, no sentido da grelha de drenagem.

7.4-7. Além da concretagem do piso, está sendo prevista a execução de jardineiras, conforme projeto Anexo, no entorno da área coberta e na fachada frontal do edifício. A empresa deverá executar dessa forma, contenção lateral das mesmas, em blocos de concreto, assim como impermeabilização interna, a fim de se evitar patologias relacionadas à umidade.

7.4-8. Após a execução das paredes de contenção lateral das jardineiras, deverá ser executado emboço em todas as faces das mesmas, a fim de receber a impermeabilização, nas faces internas, e acabamento da fachada, nas faces externas.

7.4-9. A impermeabilização das jardineiras deverá ser realizada por meio de asfalto modificado, plastificante, com herbicida atóxico, no intuito de evitar ataques de raízes que podem gerar desgaste da impermeabilização e do próprio fechamento das jardineiras.

7.4-10. Devido ao fato de os serviços de finalização das fachadas não estarem incluídos no escopo deste PB, não foram incluídos reboco e pintura das jardineiras.

7.4-11. Além da execução das jardineiras, a contratada deverá realizar o preenchimento das cavas em terra vegetal, assim como fornecimento e plantio de arbustos do tipo Hibisco, considerado uniformemente distribuídos entre as jardineiras um total de 30 mudas.

7.4-12. Para receber as águas pluviais e evitar inundação da área sob a cobertura, deverá ser executado canaletas de drenagem superficial, composta por grelha de concreto, de dimensões de 40x90cm, ao longo das duas entradas (conforme projeto Anexo). As canaletas deverão ser ligadas à boca de lobo existente, por meio de tubo de no mínimo 2", com caimento adequado para permitir o fluxo correto das águas pluviais.

7.4-13. A CONTRATADA deverá fornecer 4 bancos de concreto, com 1,50 metros de comprimento cada, modo a possibilitar a acomodação dos assistidos sob a cobertura, cujo designe deverá ser aprovado previamente pelos fiscais.

7.5- PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS

7.5-1. Está sendo prevista, de forma a se restabelecer condições de estética e funcionalidade da edificação em questão, a repintura da fachada externa,

assim como as paredes laterais sob a cobertura a ser executada.

7.5-2. A fachada atual é composta por acabamento liso em tom de verde. Algumas regiões, se encontram danificada, com deslocamentos, causados por infiltrações, umidade, e sujeira. Está sendo previsto, portanto, em todas as paredes da fachada recuperação e pintura lisa.

7.5-3. A intervenção das paredes deverá ser iniciada com a remoção do emboço nas regiões com deslocamento. Após a retirada do revestimento, nas áreas citadas, deverá ser aplicado uma camada de chapisco, (traço recomendado de 1:3) e sobre este, camada de emboço, liso, com argamassa, apropriada a recebimento do emassamento e pintura.

7.5-4. Toda parede da fachada deverá ser preparada, com camada de reboco, com massa acrílica, adequado para ambiente externo. Após acabamento final desta camada, as paredes deverão estar limpas e isentas poeira, elementos soltos, óleos, ou quaisquer elementos impregnantes que possam prejudicar a aderência da tinta.

7.5-5. Deverá ser aplicado, em uma demão, selador acrílico, de acordo com as especificações dos fabricantes, de modo a se regularizar as imperfeições bem como reduzir a absorção da parede.

7.5-6. Após recuperação a aplicação do reboco, todas as paredes e pilares da fachada deverão ser pintadas com tinta látex PVA fosco acetinado de alto padrão de qualidade, de resistência e de cobertura, sem cheiro, com secagem rápida, na cor branco Gelo, da marca Suvnil ou Coral ou similar, em três demãos. Todas as superfícies a pintar serão limpas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinem.

7.5-7. Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, convido observar um intervalo mínimo de 24 horas entre duas demãos sucessivas. Igual cuidado deverá haver entre as demãos de massa e tinta, sendo, pelo menos de 48 horas, nesse caso, o intervalo recomendado.

7.5-8. Na fachada deverá ser instalado tubulações para drenagem dos condicionadores de ar existentes. Está sendo considerado a instalação de colunas de drenagem nas duas extremidades de cada janela, em tubo PVC soldável de 25mm, incluindo a descida e captação nos dois pavimentos.

7.5-9. As colunas de drenagem deverão ser fixadas nos pilares, na extremidade das janelas, a partir de abraçadeiras copo, que garantam a perfeita fixação dos mesmos. Após instalação, os tubos deverão ser pintados, da mesma cor aplicada às paredes.

7.5-10. As colunas deverão ser interligadas por tubulação em Tubo PVC soldável, diâmetro de 40mm, a ser embutida sob calçamento existente e conectadas ao canal de drenagem existente no local.

7.5-11. Ficará a cargo da CONTRATADA realizar todas as conexões, interligações e demais serviços como abertura de vala na calçada e recomposição da mesma.

7.6- LIMPEZA FINAL

7.6-1. Terminada a obra, a CONTRATADA deverá providenciar a retirada das instalações do canteiro e promover a limpeza geral das obras, serviços e de seus complementos.

7.6-2. Serão removidos todos os entulhos das áreas de reforma e transportados para confinamento de lixo e cuidadosamente limpos e varridos todos os acessos de modo a se evitar acidentes.

7.6-3. Haverá especial cuidado em se remover quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.

7.6-4. Será vedado o uso de ácido para remoção de manchas, o que deverá ser feito por outros meios que não venham a atacar os materiais; devendo

sempre que possível priorizar que as manchas sejam evitadas ou removidas enquanto os materiais que as provoquem ainda estejam úmidos.

8. DOS HORÁRIOS DE TRABALHO E PRAZOS MÁXIMOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, GARANTIA DO SERVIÇO:

8.1- O prazo para entrega do projeto executivo é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato. O prazo para execução das obras e serviços é de 60 (sessenta) dias corridos, após data de aprovação do projeto.

8.2- Este prazo poderá ser estendido, por no máximo igual período, por motivos de caso fortuito, desde que devidamente justificados. Caberá à CONTRATANTE avaliar e estipular prazo adicional de execução, a partir das justificativas apresentadas.

8.3- Para o cumprimento do prazo estabelecido, as obras e serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente (das 8:00h às 18:00h), podendo, em casos excepcionais e justificáveis, ser realizados em horários alternativos.

8.4- Caso a CONTRATADA opte por trabalhar feriados e finais de semana, deverá respeitar as normas do Ministério do Trabalho e sindicato da categoria da construção civil, não podendo reclamar nenhuma forma de acréscimo de preço com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

8.5- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do extrato do contrato, podendo ser prorrogado, se for do interesse Público. Não sendo este o prazo para a entrega da obra, que deve respeitar prazo apresentado no item 8.1.

8.6- O objeto da licitação, Tipo Menor Preço Global, será recebido:

a) Provisoriamente, após vistoria, que deverá ser realizada pelo agente fiscalizador da Defensoria Pública, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Licitante vencedora comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto contratado e desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

b) O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do termo de recebimento provisório, após a lavratura de ata circunstanciada, contendo a vistoria realizada pelo agente fiscalizador, o qual deverá expressar a concordância em receber o objeto provisoriamente, com o conhecimento e assinatura do representante da CONTRATADA.

c) Os serviços que, a critério do agente fiscalizador, não estejam em conformidade com as condições estabelecidas no projeto e/ou com as normas técnicas aplicáveis serão rejeitados e anotados no termo de recebimento provisório, devendo a CONTRATADA tomar as providências para sanar os problemas constatados, sem que isso venha a se caracterizar como alteração contratual e sem prejuízo da aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas contratualmente.

d) Caso as falhas não sejam corrigidas dentro do prazo fixado, poderá ser ajuizada a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das penalidades previstas.

e) Definitivamente, pelo agente fiscalizador, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório, observando o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

8.7- O termo de encerramento das obrigações contratuais será lavrado, desde que não haja pendências a solucionar, após a emissão do termo de recebimento definitivo e mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo INSS, em seu original e da Certidão Negativa de Débito ou comprovante de recolhimento do ISS, específicas da obra, bem como o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS.

8.8- Constatada irregularidade no objeto contratual, a Defensoria Pública do

Estado do Rio de Janeiro, por meio do agente fiscalizador, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição/correção.

b) na hipótese de substituição/correção, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Defensoria Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias da notificação por escrito, sem que isso implique em quaisquer ônus para a Defensoria Pública;

c) se disser respeito à diferença de partes ou peças, determinar sua complementação;

d) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Defensoria Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados.

8.9- A empresa que executar a obra ficará responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 05 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, da Lei de Licitações e demais normas vigentes.

8.10- A CONTRATANTE terá 180 dias após o aparecimento dos vícios ou defeitos para propor ação contra a empresa, sob pena de decair o seu direito de propor a referida ação, conforme elencado no artigo 618, parágrafo único do Código Civil e das legislações vigentes.

9. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS:

9.1- Nos termos do que estabelece o art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE, até o limite de 30% (trinta por cento).

9.2- A CONTRATADA submeterá à apreciação da CONTRATANTE a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.

9.3- Para tanto deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito e da inexistência de impedimento da subcontratada em participação de licitações.

9.4- À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução das obras e serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre a CONTRATANTE e eventuais SUBCONTRATADAS.

9.5- As faturas emitidas por eventuais SUBCONTRATADAS deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra a CONTRATANTE.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1- Declaração de possuir em seu quadro de pessoal, Responsáveis Técnicos: engenheiro civil. Posteriormente, antes da assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar a contratação dos referidos profissionais que deverá ser analisada por setor competente da DPGE/RJ (Diretoria Geral de Infraestrutura e Engenharia da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro). A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópias das Carteiras de Trabalho e/ou fichas de Registro de Empregado ou mediante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. Deverão ser comprovados os registros dos

Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da Contratante, ou seu visto para desempenho da atividade profissional na localidade da sede.

10.2- Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente - CREA, que comprove(m) que a empresa licitante ou seus profissionais habilitados tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica citadas nas seções seguintes. Os valores mínimos significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em edificações residenciais ou não residenciais, deverá representar um valor mínimo igual ao quantitativo dos itens 3.1 e 4.5 da planilha orçamentária em Anexo, somados (1.113,74 kg), ou no mínimo a valor igual à metragem quadrada a ser executada, incluído cobertura e escada, de 81,34m².

10.3- Serão consideradas como parcelas de maior relevância técnica:

a) Serviço de Manutenção e/ou Execução de Estrutura Metálica;

10.4- Por tratar-se de serviço de engenharia, a Licitante deverá apresentar Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica, habilitando-a para execução do objeto da presente contratação, expedida pelo CREA da circunscrição da licitante, nos termos da Lei Federal nº6.496, de 07/12/1977 e da Resolução CONFEA nº 425, de 18/12/1998

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1- O pagamento será realizado, de acordo com as medições mensais, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do aceite da nota fiscal e/ou fatura, pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do agente fiscalizador do contrato, desde que acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado.

11.2- O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA, devendo, para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade, e número de conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito;

11.3- O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual;

11.4- A critério da CONTRATANTE, o valor das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações a terceiros por culpa ou dolo da CONTRATADA, serão descontadas dos faturamentos que a CONTRATANTE vier a fazer jus;

11.5- Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão de prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;

11.6- O pagamento ficará condicionado ao atesto no respectivo documento fiscal, pelo responsável pela fiscalização;

11.7- No caso de haver pendências na prestação do serviço por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá suspender o pagamento pertinente até que sejam sanadas as pendências;

11.8- O descumprimento de quaisquer das obrigações acarretará a suspensão do pagamento e sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Edital e na legislação.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1- A CONTRATADA se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato.

12.2- A garantia contratual deverá ser reposta em 5 (cinco) dias úteis nos casos em que tenha sido executada pela DPGERJ.

12.3- A garantia será restituída após o encerramento do contrato, descontados, se for o caso, multas ou quaisquer débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE.

12.4- A DEFENSORIA reserva-se o direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias a reparar, corrigir, remover e substituir os serviços e materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções nos termos apontados pelos gestores do contrato, por meio de relatório, sempre que a CONTRATADA não atender às suas determinações, garantido o exercício da ampla defesa.

12.5- Caso a garantia não se mostre suficiente, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente pendentes, devidos pela Administração.

12.6- A CONTRATADA se obriga a apresentar comprovante de complementação de garantia, no prazo de 5(cinco) dias úteis, no caso de a original ter sido executada pela DPGERJ.

12.7- A Garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b. multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d. obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA;

13. MEDIÇÕES

13.1- A contratada deverá apresentar, até 30 (trinta) dias contados do recebimento do Memorando de Início, como uma das condições para emissão da primeira medição:

- a) O Plano de Segurança no Trabalho a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes;
- b) O visto do CREA-RJ, caso o Licitante seja de outro Estado da Federação.

13.2- As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pela DPGERJ, justificando-se eventual divergência. As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os critérios de qualidade e de acordo com o Manual de Fiscalização da DPGERJ.

13.2-1. As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento consoante o regime de execução por preço unitário adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados. Será elaborada memória de cálculo das medições (elaboração dos croquis de cálculo das quantidades medidas) com identificação dos locais da sua realização.

13.2-2. Nos projetos de Arquitetura, Cálculo Estrutural e Geotecnia e de Instalações prediais e especiais, a medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento a estes relativas, para fins de adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais mencionados para o seu pagamento:

13.2-3. Caso haja necessidade de acréscimo no item "Administração Local", decorrente de acréscimo do preço contratado, deverá ser considerada para efeito de medição/pagamento a parcela aditivada individualmente nos acréscimos de valores/serviços.

13.2-4. Para fins da medição dos serviços, em consonância com os itens 13.2.1 e 13.2.2, o item "administração local" deverá ser cobrado na proporção do percentual da execução das obras.

13.2-5. Os serviços de ensecadeira, escoramento e esgotamento de vala somente serão executados após detalhado levantamento de dados sobre o terreno, especialmente sondagens e ensaios, de modo a constatar informações como nível de água, talude natural e índices de suporte, que devem servir de base para a tomada de decisão sobre as soluções técnicas mais recomendadas, bem como, as quantidades de serviço envolvidas, devendo-se anotar em diário de obras as condições executivas observadas no canteiro.

13.2-6. A medição do item de transporte deverá indicar a origem, o destino, o percurso e o equipamento utilizado.

13.2-7. Não serão aceitas solicitações para alterações nas velocidades de transportes, após a realização da licitação. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos. Somente serão aceitas solicitações para alteração das velocidades de transporte, após a realização da licitação, no caso de impedimento à execução do objeto em decorrência de fatos relevantes e supervenientes, não previsíveis quando da elaboração do projeto básico, devendo ser esta modificação tecnicamente demonstrada e justificada.

13.3- A DPGERJ, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, após a medição, entregará ao Contratado o cálculo da medição, para fins de faturamento.

13.4- A medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento a estes relativas, para fins da adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais executados para o seu pagamento:

Etapa	Critério Geral de Medição
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	Os serviços serão medidos e pagos quando a elaboração do projeto executivo for concluída. Essa etapa será considerada concluída após aprovação do projeto pelos fiscais do contrato.
ESCADA METÁLICA E ACESSO	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente montados e instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em quilos de aço (kg) executado. Quantidade em metros cúbicos de escavação e concreto utilizados nas fundações. Comprimento linear de corrimão instalados. A última etapa do serviço, de instalação da porta, só será paga após a instalação completa de todos os componentes e a devida verificação por parte dos fiscais.
COBERTURA DA ÁREA EXTERNA	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de telhamento efetivamente removidos, a retirada de entulho será medida, em função do número de caçambas necessárias para remoção do mesmo, quantidade em quilos de aço (kg) executados, metragem quadrada de cobertura executada. Quantidade em metros cúbicos de escavação e concreto utilizados nas fundações. Comprimento linear de calha, rufo e condutor de águas pluviais instalados e metragem quadrada (m ²) de painel ACM efetivamente instalados.
RECOMPOSIÇÃO DE PISO, ARREMECIMENTOS E	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de piso removido, a retirada de entulho será medida, em função do número de caçambas necessárias para remoção do mesmo. Quantidade em metros quadrados de piso de concreto, executados conforme detalhado anteriormente. Quantidade em metragem quadrada (m ²) de parede lateral, emboço e

JARDINEIRAS E DRENAGEM	impermeabilização das jardineiras. Comprimento linear de condutor de águas pluviais instalados, unidade de fornecimento e instalação das grelhas de captação de água, devidamente instaladas, conforme descrição. Unidade de fornecimento e plantio das mudas de pequeno porte. A última etapa do serviço, fornecimento de bancos de concreto, só será paga após a entrega e a devida verificação por parte dos fiscais.
PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS	Os serviços serão medidos e pagos por área de serviços devidamente executada até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de parede recomposta, parede emassada e pintada. Os serviços de execução do dreno serão medidos após sua conclusão.

14. REGIME DE CONTRATAÇÃO, PREÇO, E FORMA DE PAGAMENTO

14.1- O prazo contratual será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, § 1º incisos II, III, IV, V da Lei nº 8.666/93;

14.2- O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

14.3- A gestão do Contrato caberá a um servidor designado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

14.4- A Fiscalização do Contrato caberá a 3 (três) servidores designados pela Diretoria Geral de Engenharia da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

14.5- Os representantes da DEFENSORIA PÚBLICA, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

14.6- A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados;

14.7- A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria;

14.8- O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores, sempre que necessário, dirigir-se-á diretamente ao preposto da empresa para tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços.

14.9- À fiscalização incumbirá, ainda, sem prejuízo de outras atividades:

- a. solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução;
- b. requerer a substituição de uniformes, insumos, materiais, ferramental e equipamentos que sejam considerados rotos, defeituosos ou inadequados aos serviços;
- c. paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as boas práticas ambientais, ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- d. exercer rigoroso controle sobre o planejamento e o cronograma de rotinas de execução dos serviços;
- e. aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- f. avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários

ao perfeito atendimento do objeto do contrato;

g. acompanhar os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

h. controlar os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigida;

i. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar à licitante vencedora a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais e insumos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade.

j. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

14.10- A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-á pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n. 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

14.11- Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, o responsável pela fiscalização contratual deverá de imediato, comunicar por escrito à Diretoria de Infraestrutura e Engenharia, a qual tomará as providências necessárias para que se apliquem as sanções previstas na lei e neste Projeto Básico.

14.12- Verificar a execução dos serviços e materiais empregados objetivando garantir a qualidade desejada dos serviços.

14.13- Solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis em face da Contratada, por seu descumprimento de termos avençados (Contrato assinado, edital e seus anexos);

14.14- Manifestar-se quanto à realização dos serviços e encaminhar a nota fiscal atestada em tempo hábil, para que, distribuída aos demais setores competentes, verifiquem as obrigações fiscais e financeiras para posterior pagamento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1- A CONTRATADA deverá possuir um Responsável Técnico com a qualificação de Engenheiro Civil registrado no CREA/RJ, além de apresentar a ART Anotação de Responsabilidade Técnica assinada e paga. A CONTRATADA deverá registrar, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos da assinatura do contrato, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica;

15.2- Caso a Contratada tenha sede em outro Estado da Federação, deverá comprovar visto do CREA/RJ no verso da Certidão conforme art. 5º da Resolução CONFEA nº 336/89. A comprovação deverá ser realizada apenas pela licitante vencedora quando da assinatura do respectivo contrato;

15.3- Impedir ingresso e intervenção de terceiros nas dependências da DEFENSORIA PÚBLICA, que deverão ser mantidas sempre fechadas e as respectivas chaves guardadas em local seguro, sendo de total responsabilidade da empresa o acesso a estes locais;

15.4- Todas as atividades deverão ser prestadas por funcionários devidamente qualificados uniformizados com crachá para a prestação desses serviços e utilizando os equipamentos de segurança pessoal, apropriados para os mesmos, fornecidos pela contratada;

15.5- A CONTRATADA apresentará relação dos empregados que executarão os serviços contratados. O ingresso dos mesmos nas dependências da DEFENSORIA, só será permitido com a apresentação da Carteira Profissional de Trabalho, devidamente assinada pela CONTRATADA;

15.6- Os funcionários deverão se apresentar nos locais de trabalho, trajando uniforme específico para cada atividade, calçados (sendo vedado uso de tamanco ou chinelo) e identificação (crachá com nome, categoria e retrato);

15.7- A CONTRATADA dos serviços se obriga ainda:

15.7-1. Fiscalizar seus subordinados, verificando se estão executando, com nível de qualidade exigido pela DEFENSORIA, suas tarefas;

15.7-2. Manter a ordem e a disciplina do pessoal sob sua responsabilidade;

15.7-3. Tomar providências quanto às reclamações levadas ao seu conhecimento pela DEFENSORIA;

15.7-4. Fazer cumprir as normas e instruções, bem como, as rotinas administrativas do prédio;

15.7-5. Manter os empregados nos locais de trabalho de acordo com o horário especificado neste Projeto Básico.

15.8- Fica terminantemente proibido aos empregados da CONTRATADA:

15.8-1. Trabalhar sem uniforme ou com o mesmo sujo, rasgado ou desbotado;

15.8-2. Permanecer nos locais onde prestam serviços após o horário de trabalho;

15.8-3. Organizar jogos de qualquer espécie, bem como a venda de objetos e gêneros alimentícios;

15.8-4. Fazer uso de bebidas alcoólicas e fumar no horário de trabalho;

15.9- A CONTRATADA reconhece ao Estado o direito de exigir o imediato afastamento do funcionário que venha conduzir-se de modo inconveniente e incompatível com o exercício de suas funções, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a imediata substituição do funcionário;

15.10- Na falta do empregado ao serviço e nas ausências por motivo de férias, saúde, licença paternidade ou qualquer outra razão, ficará a CONTRATADA obrigada a providenciar, de imediato, sem qualquer ônus adicional, a sua substituição;

15.11- A CONTRATADA assume, exclusivamente, os riscos inerentes à execução deste serviço responsabilizando-se também pela conduta e idoneidade moral de seus empregados, prepostos e subordinados, bem como pelo comportamento dos mesmos nos locais de serviço e, ainda por quaisquer prejuízos que estes causarem aos bens e serviços do Estado, o qual deverá ser indenizado conforme decisão judicial.

15.12- Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados que deverão ser registrados de acordo com as Leis Trabalhistas e Previdenciárias em vigor, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA a admissão de seus empregados, pagamento de salários e recolhimento de todas as demais obrigações trabalhistas, recolhimento de todos os encargos sociais, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da empresa contratada, bem como quaisquer acidentes ou mal súbito que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da empresa contratada para com estes encargos não transfere à Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro – DPGE, a responsabilidade por seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto do contrato. Os empregados da Contratada não terão qualquer vínculo trabalhista como a DEFENSORIA.

15.13- Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) na qual deverá constar a qualificação do responsável técnico pela execução do serviço, assinado pelo representante legal da CONTRATADA. O responsável técnico deverá ser um profissional de nível superior – Engenheiro Civil, de acordo com disposto no art. 12 da Resolução n.º 218 do CONFEA, de 29 de junho de 1973. A equipe deverá ainda, ser constituída por profissionais com experiência comprovada e abranger as áreas de atuação a que se refere o serviço;

15.14- Todo e qualquer encargo social, impostos e taxas inerentes ao desempenho dos serviços, deverão estar incluídos no valor final da proposta;

15.15- É de responsabilidade da empresa o transporte de seus funcionários e equipamentos necessários à execução contratual para o deslocamento e atendimentos no local descrito no item 3;

15.16- A CONTRATADA deverá indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou ser causado por seus prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, assumindo como exclusivamente seus os riscos inerentes à execução deste serviço responsabilizando-se também pela conduta e idoneidade moral de seus técnicos, prepostos e subordinados, bem como pelo comportamento dos mesmos nos locais de serviço e, ainda por quaisquer prejuízos que estes causarem aos bens e serviços do Estado, os quais deverão ser indenizados conforme decisão judicial;

15.17- A Contratada deve possuir experiência na formação de equipe mínima, devendo executar os serviços de forma satisfatória à fiscalização, com acompanhamento de responsável técnico (Engenheiro) pela empresa. A equipe deverá ser constituída por profissionais com técnica e experiência na execução dos serviços e em número adequado para perfeita execução contratual;

15.18- Ressarcir a CONTRATADA por qualquer dano ocasionado ao imóvel objeto deste Projeto Básico. A Contratada deverá indenizar todo e qualquer dano e prejuízo ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou ser causado por seus prepostos à Contratante ou a terceiros;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1- Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

16.2- Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93.

16.3- Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços, com local para guarda dos materiais, ferramental, insumos e equipamentos.

16.4- Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

16.5- Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

16.6- Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as tarefas.

16.7- Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais e demais documentos, requisitando as comprovações pertinentes.

16.8- Não permitir que pessoas estranhas à CONTRATADA examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto.

16.9- Observar e pôr em prática as recomendações feitas pela CONTRATADA quando julgar pertinente ou oportuno, no que diz respeito à conservação e manutenção predial.

16.10- Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Contrato.

16.11- Designar gestor para acompanhar a execução do contrato e responsabilizar-se pelo atesto das faturas.

16.12- Efetuar os pagamentos nas condições e preços e prazos pactuados em Contrato.

16.13- Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da Contratada às dependências da DEFENSORIA.

16.14- Viabilizar o acesso para a execução dos serviços nos equipamentos objeto deste.

16.15- Acatar e pôr em prática as recomendações feitas pela Contratada no que diz respeito às condições de uso e funcionamento dos elevadores.

16.16- Verificar as obrigações fiscais, financeiras e as demais obrigações exigidas pela legislação vigente e pelo instrumento contratual.

16.17- Receber provisória e definitivamente o objeto deste;

16.18- Designar servidor para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências em livro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

16.19- Aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

17. RESPONSABILIDADE

17.1- Durante 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.2- A presença da fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

17.3- Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

17.4- A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro por quaisquer pagamentos que seja obrigada a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora. As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

18. DA VISTORIA TÉCNICA

18.1- As empresas com interesse de participar do processo licitatório, poderão realizar vistoria no local de modo a prever todos os aspectos referentes ao serviço e de todas as condições necessárias para a formulação da proposta, bem como para a boa e fiel execução da contratação

18.2- A vistoria técnica deverá ser agendada previamente junto à Diretoria de Infraestrutura e Engenharia da DEFENSORIA, com os engenheiros Hugo Medeiros de Oliveira e Breno Ricardo Catrinck Afonso de Carvalho, através do telefone (21) 2332-6260 ou e-mail: asteccivil@defensoria.rj.def.br no horário de 09h00 às 17h00, em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas.

18.3- Caso o licitante opte pela não realização da vistoria técnica esta deverá ser substituída por declaração constando que o licitante tem conhecimento pleno do objeto, com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços.

19. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.1- O licitante deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores ou Tribunal da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e em casos onde a certidão não seja emitida por meio físico ou eletrônico pelo próprio Tribunal da Comarca sede da empresa, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

19.2- Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

19.3- O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

19.4- O Balanço Patrimonial deverá apresentar Índice de Liquidez Geral e Índice de Liquidez Corrente igual ou maior do que 1 e Índice de Endividamento menor do que 1.

$$*ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > \text{OU} = 1$$

$$*ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > \text{OU} = 1$$

$$*IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} = \text{OU} < 1$$

19.5- Os índices contábeis serão calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade da DPGERJ mediante assinatura e a indicação de seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

19.6- Na hipótese de a licitante apresentar resultado menor que 1 (um) para os índices de liquidez ou de apresentar resultado superior a 1 (um) para os índices de endividamento o licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

20. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

20.1- O convocado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

1. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

2. multas previstas em edital e no contrato.

20.2- As condutas verificadas pela DPGERJ, para fins deste item são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução do objeto, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida;

IV – fraudar na execução do objeto, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da execução do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

20.3- Ocorrendo qualquer outra infração legal ou do pactuado, a Contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

20.4- A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

20.5- Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos neste também deverão ser considerados para a sua fixação.

20.6- A imposição das penalidades é de competência exclusiva da DPGERJ, devendo ser aplicada pelo Defensor Público Geral ou por seu delegado.

20.7- As sanções previstas na alínea "b" do item 20.1 e nas alíneas "I" e "II", do item 20.2 serão impostas pelo 1º SubDefensor Público Geral, na forma do art. 11, da Resolução DPGERJ nº 1052/20.

20.8- As sanções previstas na alínea "a" do item 20.1 e na alínea "III", do item 20.2 serão impostas pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo 1º SubDefensor Público Geral, na forma do art. 11, da Resolução DPGERJ nº 1052/20.

20.9- A aplicação da sanção prevista na alínea "IV", do item 20.2, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

20.10- As multas administrativas, previstas na alínea "b" do item 20.1 e na alínea "II", do item 20.2:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, no caso de descumprimento parcial ou total de qualquer obrigação pactuada, e em conformidade com as tabelas apresentadas abaixo;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

20.11- A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea "III", do item 20.2:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, poderá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

20.12- A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "IV", do item 20.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

20.13- A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

20.14- O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará à Contratada a multa de mora, calculada conforme a tabela apresentada abaixo, a incidir sobre o valor do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da ata pela DPGERJ ou da aplicação das sanções administrativas.

20.15- A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

20.16- A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou da ata infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

20.17- Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

20.18- A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

20.19- Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pelo 1º SubDefensor Público Geral, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

20.20- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela DPGERJ, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

20.21- As penalidades previstas nos itens 20.1 e 20.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

20.22- Os licitantes, adjudicatários e fornecedores ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

20.23- As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela DPGERJ no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

20.24- Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial eletrônico da DPGERJ do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "a" do item 20.1 e nas alíneas "c" e "d" do item 20.3, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

20.25- A aplicação das sanções mencionadas no subitem 20.24 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

20.26- Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

PENALIDADES (GRAU)		CORRESPONDÊNCIA
1		Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato.
2		Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado a incidir sobre o valor global do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral ou de aplicação das sanções administrativas.
3		Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente sobre as parcelas não executadas.
4		Multa de 1 % (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitando o limite do art.412 do Código Civil sem prejuízo da rescisão unilateral ou de aplicação das sanções administrativas.
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
4	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal	4

1	apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência.	1
3	Não atendimento às normas técnicas e legais sobre segurança do trabalho, após 03 (três) dias corridos não corrigidos após formalização da infração.	3
4	Deixar de cumprir o prazo de garantia contratual, art.56, de Lei 8666/93	4
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, limitada até o máximo de 1 (uma) ocorrência.	3
6	Fornecimento de mão de obra sem capacitação pelo período de 1 (um) dia corrido.	3
7	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar por período superior a 01 (um) dia corrido.	4
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3
9	Retirar das dependências da DEFENSORIA quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1
10	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
11	Não cumprir prazo de execução dos serviços, sem devida justificativa.	3

20.27- As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei 8.666/93 e no Instrumento Convocatório.

21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1- Considerando a crescente preocupação da sociedade em relação às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, e ainda considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, caberá à CONTRATADA o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado quando da utilização de resíduos, tais como óleo, gás refrigerante, entre outros, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação aplicável (IN nº 01-SLTIMPOS, 15/12/2010), inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas (legislação).

21.2- Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

22. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

22.1- Por se tratar de prestação de serviços e fornecimento de bens comuns relacionados a obras de Engenharia, o certame licitatório será realizado na modalidade Tomada de Preços, em conformidade com a lei.

22.2- A modalidade de licitação ora escolhida é a mais adequada no que se refere a obras e reformas de engenharia, entendemos que o objeto possui grau de complexidade que justificam a escolha da modalidade supracitada. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

22.3- Considera-se comum por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento de propostas, mediante especificações do mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

22.4- Será desclassificada a proposta cujo preço global orçado ou o preço de qualquer um dos itens previstos em Planilha Orçamentária, supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.

23. DOS CRITÉRIOS E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

23.1- Para fins de estimativa de preço, foram utilizadas as planilhas EMOP "NÃO DESONERADA" e EMOP "DESONERADA" do Rio de Janeiro, vigente à época da composição da planilha de valores unitários, conforme Decreto Estadual nº 45633/16.

23.2- O critério de julgamento da proposta é o menor preço global e os preços dos itens de serviço devem ser menores ou iguais aos preços da planilha orçamentária dos respectivos regimes tributários aos que estão submetidas conforme Lei nº 10637/2002 e Lei nº 10.833/2003.

23.3- Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.3-1. Valor global: R\$ 125.028,40 (cento e vinte e cinco mil e vinte e oito reais e quarenta centavos);

23.3-2. Valor unitário: Quando se tratar de critério de aceitabilidade de preços unitários, o referencial a ser observado pelo licitante será com base no regime contributivo por ela participante.

23.4- A empresa licitante deve comprovar, por meio de declaração, o sistema de contribuição previdenciária patronal por ela adotada conforme IN RFB nº 1436/2013.

23.5- A empresa Licitante deve possuir registro/inscrição no Órgão de Classe (CREA), a teor do art. 59 da Lei nº 5.194/66, conforme as áreas de atuação previstas na licitação (Empresa Especializada em Engenharia Civil), em plena validade, com profissional responsável, sendo necessário apresentação de Certidão Emitida pelo Órgão.

23.6- Quanto à capacitação técnico-profissional: Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra/serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

23.6-1. Engenheiro civil: Serviço de execução de impermeabilização de calhas e reservatórios de água potável.

23.7- Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as

parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

23.7-1. Serviço de execução de estruturas metálicas.

23.7-2. Serviço de execução de pintura.

24. DOS ANEXOS

24.1- Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos.

- A) Planilha Orçamentária Onerada;
- B) Planilha Orçamentária Desonerada;
- C) Cronograma Físico-Financeiro
- D) Cotações;
- E) Planilha orçamentária Para Preenchimento da Licitante;
- F) Atestado de Vistoria;
- G) Plantas:
 - a) Planta Detalhe Planta Baixa;
 - b) Planta Detalhe Escada;
 - c) Planta Detalhe Cobertura;
 - d) Planta Detalhe Cobertura (Forro);
- H) Documento de Oficialização da Demanda (DOD);
- I) Estudo Técnico Preliminar - ETP;
- J) Mapa de Riscos .

25. DO AGENDAMENTO DE VISITAS

25.1- O agendamento das visitas deverá ser feito por e-mail e com, no mínimo, 72 horas de antecedência;

25.2- Não serão permitidos agendamentos por telefone e/ou por qualquer outro método não descrito no item 25.1 deste Termo;

25.3- O e-mail para marcação de visitas e o telefone para contato estão descritos no quadro abaixo:

MARCAÇÃO DE VISTORIA	
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA DA DEFENSORIA PÚBLICA	
email: asteccivil@defensoria.rj.def.br	
Ligar: 2332-6260	Eng. HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA
Av. Marechal Câmara, 314 - Centro - Rio de Janeiro - RJ	

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

A) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ONERADA

PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS ONERADOS		
	REV: 1	MÊS BASE: EMOP 06- 2021
0 365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ		
ORÇAMENTO		

Item	Descrição	V.total
1,0	CANTEIRO DE OBRA	1.682,20
2,0	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL	5.915,51
3,0	ESCADA METÁLICA E ACESSO	23.014,15
4,0	COBERTURA DA ÁREA EXTERNA	64.455,46
5,0	ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM	15.391,00
6,0	PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS	16.842,11
	TOTAL	127.300,43

PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS ONERADOS									
PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS ONERADOS							REVISÃO: 1	MÊS BASE: EMOP 06-2021	
0365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ							BDI	21,25%	
ORÇAMENTO									
Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI	
1,0			CANTEIRO DE OBRA				R\$ 1.387,38	R\$ 1.682,20	
1,1	02.020.0001-0	EMOP	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	3,00	462,46	1.387,38	1.682,20	
2,0			PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL				R\$ 4.878,77	R\$ 5.915,51	
2,1	01.050.0546-0	EMOP	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA PREDIOS CULTURAIS ATÉ 500M2, CONSIDERANDO O PROJETO BÁSICO EXISTENTE, APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADRÕES DA CONTRATANTE, CONSTANDO DE PLANTAS DE FORMA, ARMAÇÃO E DETALHES, DE ACORDO COM A ABNT	M2	81,34	59,98	4.878,77	5.915,51	
3,0			ESCADA METÁLICA E ACESSO				R\$ 18.980,74	R\$ 23.014,15	
3,1	11.016.0030-0	EMOP	ESTRUTURA METALICA EM ACO ESPECIAL, RESISTENTE A CORROSÃO (ACOUS-SAC, CORTEN), PARA TORRES DE ELEVADORES, ESCADAS, VIGAS E COLUNAS DE EDIFICAÇÕES E REFORÇOS ESTRUTURAIS, COMPOSTA DE PERFIS "I" OU "H", CANTONEIRAS E CHAPAS, UNIFICADAS COM ELETRODO, INCLUSIVE PERDAS E PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM.FORNECIMENTO E MONTAGEM	KG	545,26	24,47	13.342,46	16.177,73	
3,2	03.001.0001-1	EMOP	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (AREIA, ARGILA OU PICARRA), ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, EXCLUSIVE ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	4,50	57,95	260,77	316,18	
3,3	11.025.0006-0	EMOP	CONCRETO BOMBEADO, FCK=20MPA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE CONCRETO IMPORTADO DE USINA, COLOCACAO NAS FORMAS, ESPALHAMENTO, ADENSAMENTO MECANICO E ACABAMENTO	M3	1,50	424,49	636,73	772,04	
3,4	14.002.0220-0	EMOP	CORRIMAO DE TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 1.1/4", PRESO POR CHUMBADORES A CADA METRO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	15,52	127,51	1.978,95	2.399,48	
3,5	14.002.0012-0	EMOP	PORTA DE FERRO TAMANHO NORMAL, ATÉ 1.00M LARGURA, CONTORNO EMBARRAS 1.1/4"x5/16", GUARNICAO EM CANTONEIRA 1.1/2"x1/8", INFERIORMENTE, ALMOFADA DE CHAPA Nº 16, NOS DOIS LADOS C/60CM DE ALTURA, NA PARTE SUPERIOR, POSTIGO MOVEL P/VIDRO, GRADE DE BARRAS 5/8". UTILIZANDO TRES DOBRADICAS DE 3"x4" DE FERRO GALVANIZADO C/PINO, BOLAS E ANEIS LATAO. EXCL.FECHADURA.FORNE COLOC.	M2	1,89	1.400,44	2.646,83	3.209,28	
			FERRAGENS PARA PORTAS DE ABRIR, DE FERRO						

3.6	14.007.0266-0	EMOP	OU ALUMINIO,CONSTANDO DE FORNECIMENTO DAS PECAS:- FECHADURA DE CILINDRO OVALADO PARA MONTANTES ESTREITOS,EM LATAO,ACABAMENTO CROMADO;- ESPELHO RETANGULAR,EM LATAO,ACABAMENTO CROMADO OU ROSETA CIRCULAR EM LATAO,ACABAMENTO CROMADO;-MACANETA TIPO ALAVANCA,EM LATAO,ZAMAK OU ACO ZINCADO,ACABAMENTO CROMADO,EXCLUSIVE DOBRADICA	UN	1,00	115,00	115,00	139,44
Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
4,0			COBERTURA DA ÁREA EXTERNA				R\$ 53.159,15	R\$ 64.455,46
4.1	05.001.0045-0	EMOP	REMOCAO DE COBERTURA EM TELHAS DE FIBROCIMENTO, TIPO CALHA, COM 90CM DE LARGURA, INCLUSIVE MADEIRAMENTO, MEDIDO O CONJUNTO PELA AREA REAL DE COBERTURA	M2	78,57	12,27	964,01	1.168,86
4.2	05.001.0171-0	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTANCIA, INCLUSIVE CARGA A PA	M3	7,07	23,86	168,71	204,56
4.3	04.014.0095-0	EMOP	LOCAÇÃO DE CACAMBA DE AÇO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	78,57	260,22	20.444,75	24.789,26
4.4	16.005.0001-0	EMOP	COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS DE ALUMINIO, COM ESPESSURA DE 0,5MM, SOBREPOSIÇÃO LATERAL DE UMA ONDA E LONGITUDINAL DE 0,20M, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS OU HASTES DE ALUMINIO, 5/16" X 250MM COM ROSCA, EXCLUSIVE MADEIRAMENTO E CUMEEIRA, MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	78,57	55,21	4.337,69	5.259,45
4.5	11.016.0030-0	EMOP	ESTRUTURA METALICA EM AÇO ESPECIAL, RESISTENTE A CORROSAO (ACOUS-SAC, CORTEN), PARA TORRES DE ELEVADORES, ESCADAS, VIGAS E COLUNAS DE EDIFICAÇÕES E REFORÇOS ESTRUTURAIIS, COMPOSTA DE PERFIS "I" OU "H", CANTONEIRAS E CHAPAS, UNIFICADAS COM ELETRODO, INCLUSIVE PERDAS E PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM. FORNECIMENTO E MONTAGEM	KG	568,48	24,47	13.910,70	16.866,72
4.6	03.001.0001-1	EMOP	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (AREIA, ARGILA OU PICARRA), ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, EXCLUSIVE ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	6,00	57,95	347,70	421,59
4.7	11.025.0006-0	EMOP	CONCRETO BOMBEADO, FCK=20MPA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE CONCRETO IMPORTADO DE USINA, COLOCAÇÃO NAS FORMAS, ESPALHAMENTO, ADENSAMENTO MECANICO E ACABAMENTO	M3	2,00	424,49	848,98	1.029,39
4.8	16.005.0025-0	EMOP	CALHA DE ALUMINIO, 0,18M, EM CHAPA DE ESPESSURA 0,5MM E DESENVOLVIMENTO 0,30M. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	9,20	80,56	741,15	898,64
4.9	16.005.0027-0	EMOP	RUFO DE ALUMINIO DE 0,8X500MM. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	10,80	115,83	1.250,96	1.516,79
4.10	16.004.0055-0	EMOP	CONDUTOR PARA CALHA DE BEIRAL DE PVC, DN 88, INCLUSIVE CONEXÕES. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M	2,65	37,04	98,15	119,01
4.11	01.000.0000-0	COMPOSIÇÃO	PAINEL DE ACM, NA COR VERDE, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUPORTE	M2	10,55	274,65	2.897,28	3.512,95
4.12	13.196.0080-0	EMOP	FORRO ESTRUTURADO MONOLITICO C/UMA CHAPA DE GESSO ACARTONADO, TIPO STANDARD NO SISTEMA DRYWALL, LARGURA 1200MM, ESP. 12,5MM, C/TRAT. JUNTAS P/UNIFORMIZAÇÃO DA SUPERFICIE, SENDO A PARAFUSADA EM ESTRUTURA DE AÇO GALVANIZADO, SUSPENSÃO POR MEIO DE PENDURAIIS FIXADOS EM ESTRUTURA SUPERIOR, C/O PERIMETRO EXECUTADO C/ CANTONEIRAS AÇO GALVANIZADO. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	60,20	41,77	2.514,55	3.048,89
4.13	17.025.0005-1	EMOP	PINTURA COM TINTA ACRILICA, ANTIFUNGO/BACTERICIDA, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS PROPENSOS A UMIDADE E VAPORES, EM DUAS DEMAS, SOBRE SELADOR ACRILICO E DUAS DEMAS DE MASSA ACRILICA, INCLUSIVE LIMPEZA E LIXAMENTO	M2	60,20	38,74	2.332,14	2.827,72
4.14	18.027.0434-	EMOP	LUMINARIA TIPO SPOT, DIRECIONAL, EXCLUSIVE	UN	2,00	52,74	105,48	101,84

Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
4.14	0	EMOP	LAMPADA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	3,00	62,74	190,22	191,04
4.15	18.027.0422-0	EMOP	LUMINARIA FLUORESCENTE TUBULAR DE EMBUTIR,2X16W,COM VISOR ACRILICO TRANSLUCIDO,CORPO EM CHAPA DE ACO TRATADA E PINTURA ELETROSTATICA BRANCA,REFLETOR EM ALUMINIO DE ALTO BRILHO,COMREATOR DE ALTO FATOR DE POTENCIA(AFP>=0,92)E ALTA PERFORMANCE(THD<30%),BIVOLT.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	12,00	178,68	2.144,16	2.599,79
5,0			ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM				R\$ 12.693,61	R\$ 15.391,00
5.1	05.001.0016-0	EMOP	DEMOLICAO MANUAL DE PISO CIMENTADO,EXCLUSIVE A BASE DE CONCRETO ,INCLUSIVE EMPILHAMENTO LATERAL DENTRO DO CANTEIRO DE SERVICIO	M2	54,70	23,18	1.267,94	1.537,38
5.2	05.001.0171-0	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTANCIA, INCLUSIVE CARGA A PA	M3	4,27	23,86	101,80	123,43
5.3	04.014.0095-0	EMOP	LOCACAO DE CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	1,00	260,22	260,22	315,52
5.4	01.005.0003-0	EMOP	PREPARO MANUAL DE TERRENO, COMPREENDENDO ACERTO, RASPAGEM EVENTUALMENTE ATÉ 0.30M DE PROFUNDIDADE E AFASTAMENTO LATERAL DO MATERIAL EXCEDENTE, INCLUSIVE COMPACTACAO MECANICA	M2	54,70	10,28	562,31	681,80
5.5	13.373.0021-0	EMOP	PISO DE CONCRETO ARMADO MONOLITICO, COM JUNTA FRIA, ALISADO COM REGUA VIBRATORIA, ESPESSURA DE 10CM, SOBRE TERRENO ACERTADO E SOBRE LASTRO DE BRITA, EXCLUSIVE ACERTO DO TERRENO E TELA, INCLUSIVE BRITA E LONA DE TECIDO RESINADO, CONCRETO USINADO RESISTENCIA A COMPRESSAO DE 20MPA COM TRANSPORTE DO CONCRETO E TODA A MAO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSARIOS	M2	54,70	70,99	3.883,15	4.708,32
5.6	11.023.0005-0	EMOP	TELA PARA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, FORMADA POR FIOS DE AÇO CA-60, CRUZADAS E SOLDADAS ENTRE SI, FORMANDO MALHAS QUADRADAS DE FIOS COM DIÂMETRO DE 4,2MM E ESPACAMENTO ENTRE ELES DE 10X10CM.FORNECIMENTO	KG	131,17	10,36	1.358,92	1.647,69
5.7	12.005.0010-0	EMOP	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO 10X20X40CM, ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:8, EM PAREDES DE 0,10M DE ESPESSURA, DE SUPERFICIE CORRIDA, ATÉ 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA ÁREA REAL	M2	8,98	52,96	475,44	576,47
5.8	13.001.0020-1	EMOP	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:2 COM 1,5CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	M2	37,56	28,82	1.082,33	1.312,33
5.9	16.020.0012-0	EMOP	IMPERMEABILIZACAO INIBIDORA DO ATAQUE DE RAIZES, COMPOSTA DE ASFALTO MODIFICADO, PLASTIFICANTE, ADITIVOS ESPECIAIS, HERBICIDA ATOXICO E SOLVENTES ORGANICOS, APLICADO A FRIO, EM DUAS DEMAO S, CONSUMO DE 0,40L/M2/DEMAO, PARA EVITAR A PENETRACAO INDESEJAVEL DE RAIZES QUE DESAGREGAM A PROTECAO MECANICA SOBRE A IMPERMEABILIZACAO	M2	24,75	21,07	521,48	632,29
5.10	09.002.0002-0	EMOP	PLANTIO DE ARBUSTOS DE 50 A 70CM DE ALTURA, FORMANDO JARDIM, COM 12 UNIDADES POR METRO QUADRADO, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO	M2	11,15	6,72	74,89	90,80
5.11	09.003.0008-0	EMOP	ARBUSTO PARA JARDINS, TIPO LANTANA, HIBISCO, CEDRINHO, ETC, COM 50 A 70CM DE ALTURA.FORNECIMENTO	UN	30,00	12,00	360,00	436,50
5.12	09.006.0003-0	EMOP	ENCHIMENTO DE CAVAS, SENDO UM TERÇO COM TERRA PRETA VEGETAL	M3	2,79	62,22	173,36	210,20
5.13	06.015.0060-0	EMOP	GRELHA E CAIXILHO DE CONCRETO ARMADO, SENDO AS DIMENSÕES EXTERNAS DE 0,40X0,90M (GRELHA) E 1,10X0,54M (CAIXILHO).FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	2,00	552,00	1.104,00	1.338,60
5.14	06.082.0050-0	EMOP	DRENO OU BARBACA EM TUBO DE PVC, DIÂMETRO DE 2", INCLUSIVE FORNECIMENTO DO TUBO E MATERIAL DRENANTE	M	8,37	16,57	138,69	168,16
5.15	09.012.0001-0	EMOP	BANCO DE CONCRETO APARENTE, COM 1,50M DE COMPRIMENTO, 4,5CM DE LARGURA E 10CM DE ESPESSURA, SOBRE DOIS APOIOS DO MESMO	UN	4,00	332,27	1.329,08	1.611,51

Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
			MATERIAL,COM SECAO DE 10X30CM					
6,0			PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS				11.326,00	16.842,11
6.1	05.006.0001-1	EMOP	ALUGUEL DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES(FACHADEIRO)SOBRESAPATAS FIXAS,CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DOANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO,EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATE A OBRA,PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO,MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES	M2XMES	90,00	8,00	720,00	720,00
6.2	05.001.0008-0	EMOP	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA EMPAREDE	M2	32,63	25,56	834,03	834,03
6.3	13.001.0010-1	EMOP	CHAPISCO EM SUPERFICIE DE CONCRETO OU ALVENARIA,COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:3	M2	32,63	5,82	189,90	189,90
6.4	13.001.0036-0	EMOP	EMBOCO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO,CAL HIDRATADA ADITIVADA E AREIA,NO TRACO 1:1:8,COM ESPESSURA DE 1,5CM,EXCLUSIVECHAPISCO	M2	32,63	21,86	713,30	713,30
6.5	05.001.0171-0	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO,EM CARRINHOS,A 20,00M DE DISTANCIA,INCLUSIVE CARGA A PA	M3	1,27	23,86	30,36	30,36
6.6	04.014.0095-0	EMOP	LOCACAO DE CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE,PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA,INCLUSIVE CARREGAMENTO,TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO,EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EMLOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	1,00	260,22	260,22	260,22
6.7	17.018.0010-0	EMOP	PREPARO DE SUPERFICIES NOVAS,COM REVESTIMENTO LISO,INTERIOR,INCLUSIVE RASPAGEM,LIMPEZA,UMA DEMAQ DE SELADOR,UMA DEMAQ DEMASSA CORRIDA E LIXAMENTOS NECESSARIOS	M2	326,30	24,58	8.020,55	8.020,55
6.8	17.018.0020-0	EMOP	PINTURA COM TINTA LATEX,CLASSIFICACAO ECONOMICA (NBR 15079),FOSCA EM REVESTIMENTO LISO,INTERIOR,ACABAMENTO PADRAO,EM DUAS DEMAOS SOBRE A SUPERFICIE PREPARADA,CONFORME O ITEM 17.018.0010,EXCLUSIVE ESTE PREPARO	M2	326,30	10,13	3.305,45	3.305,45
6.9	02.000.0000-0	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE DRENO PARA AR CONDICIONADO DE JANELA	SERVIÇO	1,00	2.251,29	2.251,29	2.251,29
6.10	13.301.0505-0	EMOP	RECOMPOSICAO DE PASSEIO,DEVIDO A ABERTURA DE VALA PARA ASSENTAMENTO DE TUBULACAO,INCLUSIVE REMOCAO DO MATERIAL SOLTO,CONCRETAGEM ATE 8CM DE ESPESSURA, ACABAMENTO COM 2CM DE ESPESSURA COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:4 E CARGA,TRANSPORTE E DESCARGA DO MATERIAL EXCEDENTE ATE 20KM	M2	6,20	83,39	517,01	517,01
						Valor total	R\$ 91.099,65	R\$ 127.300,43
Elaborado por:								
FELLIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863								
HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511								

			PLANILHA DE COMPOSIÇÕES	REVISÃO: 1	MÊS BASE	EMOP 06-2021	
OBRA - JACAREPAGUÁ							
ORÇAMENTO							
Item	Codigo	Descrição	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total
4.11	01.000.0000-0	COMPOSIÇÃO	PANEL DE ACM, NA COR VERDE, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUPORTE	M2			274,65
4.11.1		COTAÇÃO	PLACA DE ACM, PLACA 3MM X 1220 X 5000MM	UNID	0,20	900,66	184,56
4.11.2		15.007.0218-0	PRESILHA EM LATAO COM FURO DE 7MM.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	4,00	13,91	55,64
4.11.3		05.105.0102-0	MAO-DE-OBRA DE SERRALHEIRO DE CONSTRUCAO CIVIL,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	0,01	4.331,36	34,45
6.9	02.000.0000-0	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE DRENO PARA AR CONDICIONADO DE JANELA	SERVIÇO			2.251,29
6.9.1		06.271.0062-0	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL,PARA AGUA FRIA, COM DIAMETRO DE32MM.FORNECIMENTO	M	42,57	6,65	283,09
6.9.2		06.271.0063-0	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL,PARA AGUA FRIA, COM DIAMETRO DE40MM.FORNECIMENTO	M	40,70	9,83	400,08
6.9.3		15.038.0358-0	LUVA SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 40MM.FORNECIMENTO	UN	12,00	3,90	46,80

6.9.4	15.038.0357-0	LUVA SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 32MM.FORNECIMENTO	UN	20,00	2,09	41,80
6.9.5	15.038.0387-0	TE SOLDAVEL 90°,COM DIAMETRO DE 32MM.FORNECIMENTO	UN	8,00	3,09	24,72
6.9.6	15.038.0402-0	TE DE REDUCAO 90° SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 40MMX32MM.FORNECIMENTO	UN	6,00	7,32	43,92
6.9.7	15.038.0337-0	JOELHO 90° SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 32MM.FORNECIMENTO	UN	7,00	2,04	14,28
6.9.8	15.038.0338-0	JOELHO 90° SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 40MM.FORNECIMENTO	UN	5,00	4,82	24,10
6.9.9	15.038.0252-0	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL CURTA,COM DIAMETRO DE 40MMX32MM.FORNECIMENTO	UN	2,00	1,75	3,50
6.9.10	02339	ADESIVO PLASTICO PARA PVC RIGIDO, EM BISNAGA DE 75G	UN	12,00	4,94	59,28
6.9.11	05271	ABRACADEIRA TIPO COPO, DE 1.1/4"	UN	24,00	2,37	56,88
6.9.12	05883	BUCHA DE NYLON, TIPO S-08	UN	24,00	0,04	0,96
6.9.13	05909	PARAFUSO FERRO, ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, DE (5,5X50)MM	UN	24,00	0,27	6,48
6.9.14	05.105.0115-0	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	0,11	2.912,80	331,00
6.9.15	05.105.0110-0	MAO-DE-OBRA DE BOMBEIRO HIDRAULICO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	0,23	4.023,36	914,40

Elaborado por:

FELLIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863

HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511

CÁLCULO DO BDI COMPOSIÇÃO DE BDI COM VALORES ONERADOS				
Grupo	A	Despesas indiretas		
		A.1	Administração central (especificar cada item e %)	3,00%
		A.2	Garantia (especificar cada item e %)	0,80%
		A.3	Riscos e imprevistos (especificar cada item e %)	0,97%
		A.4	Despesas financeiras (especificar cada item e %)	0,59%
Total do grupo A			5,36%	
Grupo	B	Bonificação		
		B.1	Lucro	7,40%
Total do grupo B			7,40%	
Grupo	C	Impostos		
		C.1	PIS	0,65%
		C.2	COFINS	3,00%
		C.3	ISSQN (Município do Rio de Janeiro)*	3,00%
Total do grupo C			6,65%	
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)				
$BDI = BDI (\%) = ((1+A4+A1+A2) \times (1+A3) \times (1+B1) \times (1-C)) - 1$				
$21,25\%$				
*Valor cobrado no município do Rio de Janeiro/RJ Estamos apresentando um modelo. O preenchimento da planilha e a elaboração dos cálculos é de total responsabilidade do licitante. Deverá ser apresentada a planilha analítica do BDI, demonstrando-se os custos de cada um dos itens que compõem o preço de cada um dos grupo. Exemplificando: apresentar composição de custos e porcentagem a que se referem dos itens: Administração, Garantia e Risco e Despesas Financeiras. Elaborado por: FELLIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863 HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511				

B) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DESONERADA

CÁLCULO DO BDI COMPOSIÇÃO DE BDI COM VALORES DESONERADOS				
Grupo	A	Despesas indiretas		
		A.1	Administração central (especificar cada item e %)	3,00%
		A.2	Garantia (especificar cada item e %)	0,80%

	A.4	Riscos e imprevistos (especificar cada item e %)	0,97%
		Despesas financeiras (especificar cada item e %)	0,59%
Total do grupo A			5,36%
Grupo	B	Bonificação	
	B.1	Lucro	7,40%
Total do grupo B			7,40%
Grupo	C C.1	Impostos	
	C.2	PIS	0,65%
	C.3	COFINS	3,00%
	C.4	ISSQN (Município do Rio de Janeiro)*	3,00%
		CPRB (Fixo "4,5%")	4,50%
Total do grupo C			11,15%
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)			
BDI = BDI (%) = ((1+A4+A1+A2) x (1+A3) x (1+B1) (1-C)) -1 27,39%			
*Valor cobrado no município do Rio de Janeiro/RJ Estamos apresentando um modelo. O preenchimento da planilha e a elaboração dos cálculos é de total responsabilidade do licitante. Deverá ser apresentada a planilha analítica do BDI, demonstrando-se os custos de cada um dos itens que compõem o preço de cada um dos grupo. Exemplificando: apresentar composição de custos e porcentagem a que se referem dos itens: Administração, Garantia e Risco e Despesas Financeiros. Elaborado por:			
FELLIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863			
HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511			

PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS DESONERADOS									
PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS DESONERADOS							REVISÃO: 1	MÊS BASE: EMOP 06-2021	
0365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ							BDI	27,39%	
ORÇAMENTO									
Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI	
1,0			CANTEIRO DE OBRA				R\$ 1.306,62	R\$ 1.664,52	
1,1	02.020.0001-A	EMOP	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	3,00	435,54	1.306,62	1.664,52	
2,0			PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL				R\$ 4.227,23	R\$ 5.385,11	
2,1	01.050.0546-A	EMOP	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA PREDIOS CULTURAIS ATE 500M2,CONSIDERANDO O PROJETO BASICO EXISTENTE,APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADROES DA CONTRATANTE,CONSTANDO DE PLANTAS DE FORMA,ARMACAO E DETALHES,DE ACORDO COM A ABNT	M2	81,34	51,97	4.227,23	5.385,11	
3,0			ESCADA METÁLICA E ACESSO				R\$ 17.720,08	R\$ 22.573,78	
3,1	11.016.0030-A	EMOP	ESTRUTURA METALICA EM ACO ESPECIAL,RESISTENTE A CORROSAO(ACOUSI-SAC,CORTEN),PARA TORRES DE ELEVADORES,ESCADAS,VIGAS E COLUNAS DE EDIFICACOES E REFORCOS ESTRUTURAI,COMPOSTA DE PERFIS "I" OU "H",CANTONEIRAS E CHAPAS,UNIFICADAS COM ELETRODO,INCLUSIVE PERDAS E PROTECAO ANTI-FERRUGEM.FORNECIMENTO E MONTAGEM	KG	545,26	23,04	12.562,74	16.003,79	
3,2	03.001.0001-B	EMOP	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (A(AREIA,ARGILA OU PICARRA),ATE 1,50M DE PROFUNDIDADE,EXCLUSIV E ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	4,50	50,21	225,94	287,83	
3,3	11.025.0006-	EMOP	CONCRETO BOMBEADO,FCK=20MPA,COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DECONCRETO IMPORTADO DE	M3	4,50	415,10	627,65	703,20	

3.3	A	EMOP	USINA,COLOCACAO NAS FORMAS,ESPALHAMENTO ,ADENSAMENTO MECANICO E ACABAMENTO	M	1,00	413,10	422,00	193,20
3.4	14.002.0220-A	EMOP	CORRIMAO DE TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 1.1/4",PRESO POR CHUMBADORES A CADA METRO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	15,52	116,20	1.803,42	2.297,39
3.5	14.002.0012-A	EMOP	PORTA DE FERRO TAMANHO NORMAL,ATE 1.00M LARGURA,CONTORNO EMBARRAS 1.1/4"X5/16",GUARNICAO EM CANTONEIRA 1.1/2"X1/8",INFERIORMENTE,ALMOFADA DE CHAPA Nº 16,NOS DOIS LADOS C/60CM DE ALTURA,NA PARTE SUPERIOR,POSTIGO MOVEI P/VIDRO,GRADE DE BARRAS5/8",UTILIZANDO TRES DOBRADICAS DE 3"X4" DE FERRO GALVANIZADO C/PINO,BOLAS E ANEIS LATAO,EXCL.FECHADURA,FORNE COLOC.	M2	1,89	1.264,73	2.390,33	3.045,06
3.6	14.007.0266-A	EMOP	FERRAGENS PARA PORTAS DE ABRIR,DE FERRO OU ALUMINIO,CONSTANDO DE FORNECIMENTO DAS PECAS:- FECHADURA DE CILINDRO OVALADO PARA MONTANTES ESTREITOS,EM LATAO,ACABAMENTO CROMADO;- ESPELHORETANGULAR,EM LATAO,ACABAMENTO CROMADO OU ROSETA CIRCULAR EM LATAO,ACABAMENTO CROMADO;-MACANETA TIPO ALAVANCA,EM LATAO,ZAMAK OU ACO ZINCADO,ACABAMENTO CROMADO,EXCLUSIVE DOBRADICA	UN	1,00	115,00	115,00	146,50
Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
4,0			COBERTURA DA ÁREA EXTERNA				R\$ 51.213,88	R\$ 65.241,85
4.1	05.001.0045-A	EMOP	REMOCAO DE COBERTURA EM TELHAS DE FIBROCIMENTO, TIPO CALHA, COM 90CM DE LARGURA, INCLUSIVE MADEIRAMENTO, MEDIDO O CONJUNTO PELA AREA REAL DE COBERTURA	M2	78,57	10,63	835,16	1.063,92
4.2	05.001.0171-A	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTANCIA, INCLUSIVE CARGA A P	M3	7,07	20,67	146,15	186,18
4.3	04.014.0095-A	EMOP	LOCACAO DE CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	78,57	258,86	20.337,90	25.908,65
4.4	16.005.0001-A	EMOP	COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS DE ALUMINIO, COM ESPESSURA DE 0,5MM, SOBREPOSICAO LATERAL DE UMA ONDA E LONGITUDINAL DE 0,20M, FIXACAO COM PARAFUSOS OU HASTES DE ALUMINIO, 5/16" X 250MM COM ROSCA, EXCLUSIVE MADEIRAMENTO E CUMEEIRA, MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	78,57	53,59	4.210,41	5.363,68
4.5	11.016.0030-A	EMOP	ESTRUTURA METALICA EM ACO ESPECIAL, RESISTENTE A CORROSAO (ACOUSISAC, CORTEN), PARA TORRES DE ELEVADORES, ESCADAS, VIGAS E COLUNAS DE EDIFICACOES E REFORCOS ESTRUTURAIS, COMPOSTA DE PERFIS "I" OU "H", CANTONEIRAS E CHAPAS, UNIFICADAS COM ELETRODO, INCLUSIVE PERDAS E PROTECAO ANTI-FERRUGEM. FORNECIMENTO E MONTAGEM	KG	568,48	23,04	13.097,77	16.685,37
4.6	03.001.0001-B	EMOP	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (AREIA, ARGILA OU PICARRA), ATE 1,50M DE PROFUNDIDADE, EXCLUSIVE ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	6,00	50,21	301,26	383,78
4.7	11.025.0006-A	EMOP	CONCRETO BOMBEADO, FCK=20MPA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE CONCRETO IMPORTADO DE USINA, COLOCACAO NAS FORMAS, ESPALHAMENTO, ADENSAMENTO MECANICO E ACABAMENTO	M3	2,00	415,10	830,20	1.057,60
4.8	16.005.0025-A	EMOP	CALHA DE ALUMINIO, 0,18M, EM CHAPA DE ESPESSURA 0,5MM E DESENVOLVIMENTO 0,30M. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	9,20	73,43	675,55	860,59
4.9	16.005.0027-A	EMOP	RUFO DE ALUMINIO DE 0,8X500MM. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	10,80	108,59	1.172,77	1.494,00
4.10	16.004.0055-A	EMOP	CONDUTOR PARA CALHA DE BEIRAL DE PVC, DN 88, INCLUSIVE CONEXOES. FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	2,65	36,01	95,42	121,56
4.11	01.000.0000-A	COMPOSIÇÃO	PAINEL DE ACM, NA COR VERDE, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUPORTE	M2	10,55	263,58	2.780,50	3.542,11
			FORRO ESTRUTURADO MONOLITICO C/UMA					

4.12	13.196.0080-A	EMOP	CHAPA DE GESSO ACARTONADO, TIPO STANDARD NO SISTEMA DRYWALL, LARGURA 1200MM, ESP. 12,5MM, C/TRAT. JUNTAS P/UNIFORMIZAÇÃO DA SUPERFÍCIE, SENDO APARAFUSADA EM ESTRUTURA DE AÇO GALVANIZADO, SUSPensa POR MEIO DE PENDURAS FIXADOS EM ESTRUTURA SUPERIOR, C/O PERÍMETRO EXECUTADO C/ CANTONEIRAS AÇO GALVANIZADO. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	60,20	40,34	2.428,46	3.093,64
4.13	17.025.0005-B	EMOP	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA, ANTIFUNGO/BACTERICIDA, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS PROPENSOS A UMIDADE E VAPORES, EM DUAS DEMAS, SOBRE SELADOR ACRÍLICO E DUAS DEMAS DE MASSA ACRÍLICA, INCLUSIVE LIMPEZA E LIXAMENTO	M2	60,20	34,68	2.087,73	2.659,58
4.14	18.027.0434-A	EMOP	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DIRECIONAL, EXCLUSIVE LÂMPADA. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	3,00	47,32	141,96	180,84
4.15	18.027.0422-A	EMOP	LUMINÁRIA FLUORESCENTE TUBULAR DE EMBUTIR, 2X16W, COM VISOR ACRÍLICO TRANSLUCIDO, CORPO EM CHAPA DE AÇO TRATADA E PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA, REFLETOR EM ALUMÍNIO DE ALTO BRILHO, COM REATOR DE ALTO FATOR DE POTÊNCIA (AFP >= 0,92) E ALTA PERFORMANCE (THD < 30%), BIVOLT. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	12,00	172,72	2.072,64	2.640,36
Item	Código	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
5.0			ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM				R\$ 11.815,36	R\$ 15.051,70
5.1	05.001.0016-A	EMOP	DEMOLIÇÃO MANUAL DE PISO CIMENTADO, EXCLUSIVE A BASE DE CONCRETO, INCLUSIVE EMPILHAMENTO LATERAL DENTRO DO CANTEIRO DE SERVIÇO	M2	54,70	20,08	1.098,37	1.399,22
5.2	05.001.0171-A	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTÂNCIA, INCLUSIVE CARGA A PÁ	M3	4,27	20,67	88,19	112,35
5.3	04.014.0095-A	EMOP	LOCAÇÃO DE CACAMBA DE AÇO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VER ITEM 04.014.0110)	UN	1,00	258,86	258,86	329,76
5.4	01.005.0003-A	EMOP	PREPARO MANUAL DE TERRENO, COMPREENDENDO ACERTO, RASPAGEM EVENTUALMENTE ATÉ 0,30M DE PROFUNDIDADE E AFASTAMENTO LATERAL DO MATERIAL EXCEDENTE, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO MECÂNICA	M2	54,70	9,07	496,12	632,01
5.5	13.373.0021-A	EMOP	PISO DE CONCRETO ARMADO MONOLÍTICO, COM JUNTA FRIA, ALISADO COM REGUA VIBRATÓRIA, ESPESURA DE 10CM, SOBRE TERRENO ACERTADO E SOBRE LASTRO DE BRITA, EXCLUSIVE ACERTO DO TERRENO E TELA, INCLUSIVE BRITA E LONA DE TECIDO RESINADO, CONCRETO USINADO RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO DE 20MPA COM TRANSPORTE DO CONCRETO E TODA A MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	M2	54,70	66,47	3.635,90	4.631,81
5.6	11.023.0005-A	EMOP	TELA PARA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, FORMADA POR FIOS DE AÇO CA-60, CRUZADAS E SOLDADAS ENTRE SI, FORMANDO MALHAS QUADRADAS DE FIOS COM DIÂMETRO DE 4,2MM E ESPACAMENTO ENTRE ELES DE 10X10CM. FORNECIMENTO	KG	131,17	10,36	1.358,92	1.731,14
5.7	12.005.0010-A	EMOP	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO 10X20X40CM, ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:8, EM PAREDES DE 0,10M DE ESPESURA, DE SUPERFÍCIE CORRIDA, ATÉ 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA ÁREA REAL	M2	8,98	49,04	440,25	560,84
5.8	13.001.0020-B	EMOP	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:2 COM 1,5CM DE ESPESURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	M2	37,56	25,98	975,67	1.242,92
5.9	16.020.0012-A	EMOP	IMPERMEABILIZAÇÃO INIBIDORA DO ATAQUE DE RAÍZES, COMPOSTA DE ASFALTO MODIFICADO, PLASTIFICANTE, ADITIVOS ESPECIAIS, HERBICIDA TOXICO E SOLVENTES ORGÂNICOS, APLICADO A FRIO, EM DUAS DEMAS, CONSUMO DE 0,40L/M2/DEMAO, PARA EVITAR A PENETRAÇÃO INDESEJÁVEL DE RAÍZES QUE DESAGREGAM A PROTEÇÃO MECÂNICA SOBRE A IMPERMEABILIZAÇÃO	M2	24,75	20,61	510,09	649,81
5.10	09.002.0002-	EMOP	PLANTIO DE ARBUSTOS DE 50 A 70CM DE ALTURA, FORMANDO JARDIM, COM 12 UNIDADES	M2	41,15	5,92	64,96	82,62

Item	Código	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
5.10	A	EMOP	POR METRO QUADRADO, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO	M2	11,13	9,92	94,00	92,03
5.11	09.003.0008-A	EMOP	ARBUSTO PARA JARDINS, TIPO LANTANA, HIBISCO, CEDRINHO, ETC, COM 50 A 70CM DE ALTURA, FORNECIMENTO	UN	30,00	12,00	360,00	458,61
5.12	09.006.0003-A	EMOP	ENCHIMENTO DE CAVAS, SENDO UM TERCO COM TERRA PRETA VEGETAL	M3	2,79	61,32	170,85	217,65
5.13	06.015.0060-A	EMOP	GRELHA E CAIXILHO DE CONCRETO ARMADO, SENDO AS DIMENSOES EXTERNAS DE 0,40X0,90M (GRELHA) E 1,10X0,54M (CAIXILHO), FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	2,00	507,49	1.014,98	1.292,99
5.14	06.082.0050-A	EMOP	DRENO OU BARBACA EM TUBO DE PVC, DIAMETRO DE 2", INCLUSIVE FORNECIMENTO DO TUBO E MATERIAL DRENANTE	M	8,37	15,43	129,14	164,51
5.15	09.012.0001-A	EMOP	BANCO DE CONCRETO APARENTE, COM 1,50M DE COMPRIMENTO, 4,5CM DE LARGURA E 10CM DE ESPESSURA, SOBRE DOIS APOIOS DO MESMO MATERIAL, COM SECAO DE 10X30CM	UN	4,00	303,29	1.213,16	1.545,46
6.0			PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS				10.014,26	15.111,44
6.1	05.006.0001-B	EMOP	ALUGUEL DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES (FACHADEIRO) SOBRESAPATAS FIXAS, CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATE A OBRA, PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES	M2XMES	90,00	8,00	720,00	720,00
6.2	05.001.0008-A	EMOP	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA EMPAREDE	M2	32,63	22,15	722,76	722,76
6.3	13.001.0010-B	EMOP	CHAPISCO EM SUPERFICIE DE CONCRETO OU ALVENARIA, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	M2	32,63	5,24	170,98	170,98
6.4	13.001.0036-A	EMOP	EMBOCO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO, CAL HIDRATADA ADITIVADA E AREIA, NO TRACO 1:1:8, COM ESPESSURA DE 1,5CM, EXCLUSIVE CHAPISCO	M2	32,63	19,54	637,59	637,59
6.5	05.001.0171-A	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTANCIA, INCLUSIVE CARGA A PA	M3	1,27	20,67	26,30	26,30
6.6	04.014.0095-A	EMOP	LOCACAO DE CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	1,00	258,86	258,86	258,86
6.7	17.018.0010-A	EMOP	PREPARO DE SUPERFICIES NOVAS, COM REVESTIMENTO LISO, INTERIOR, INCLUSIVE RASPAGEM, LIMPEZA, UMA DEMAO DE SELADOR, UMA DEMAO DE MASSA CORRIDA E LIXAMENTOS NECESSARIOS	M2	326,30	21,67	7.071,00	7.071,00
6.8	17.018.0020-A	EMOP	PINTURA COM TINTA LATEX, CLASSIFICACAO ECONOMICA (NBR 15079), FOSCA EM REVESTIMENTO LISO, INTERIOR, ACABAMENTO PADRAO, EM DUAS DEMAOS SOBRE A SUPERFICIE PREPARADA, CONFORME O ITEM 17.018.0010, EXCLUSIVE ESTE PREPARO	M2	326,30	9,02	2.943,26	2.943,26
6.9	02.000.0000-A	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE DRENO PARA AR CONDICIONADO DE JANELA	SERVIÇO	1,00	2.085,09	2.085,09	2.085,09
6.10	13.301.0505-A	EMOP	RECOMPOSICAO DE PASSEIO, DEVIDO A ABERTURA DE VALA PARA ASSENTAMENTO DE TUBULACAO, INCLUSIVE REMOCAO DO MATERIAL SOLTTO, CONCRETAGEM ATE 8CM DE ESPESSURA, ACABAMENTO COM 2CM DE ESPESSURA COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:4 E CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DO MATERIAL EXCEDENTE ATE 20KM	M2	6,20	76,71	475,60	475,60
						Valor total	R\$ 86.283,17	R\$ 125.028,40

Elaborado por:

FELIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863

HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511

Item	Código	Descrição	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total
PLANILHA DE COMPOSIÇÕES							
REVISÃO: 1							
MÊS BASE							
EMOP 06-2021							
OBRA - JACAREPAGUÁ							
ORÇAMENTO							

4.11	01.000.0000-A	COMPOSIÇÃO	PAINEL DE ACM, NA COR VERDE, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUPORTE	M2			263,58
4.11.1		COTAÇÃO	PLACA DE ACM, PLACA 3MM X 1220 X 5000MM	UNID	0,20	900,66	184,56
4.11.2	15.007.0218-A		PRESILHA EM LATAO COM FURO DE 7MM.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	4,00	12,29	49,16
4.11.3	05.105.0102-A		MAO-DE-OBRA DE SERRALHEIRO DE CONSTRUCAO CIVIL,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	0,01	3.754,08	29,86
6.9	02.000.0000-A	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE DRENO PARA AR CONDICIONADO DE JANELA	SERVIÇO			2.085,09
6.9.1	06.271.0062-A		TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL,PARA AGUA FRIA, COM DIAMETRO DE32MM.FORNECIMENTO	M	42,57	6,65	283,09
6.9.2	06.271.0063-A		TUBO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL,PARA AGUA FRIA, COM DIAMETRO DE40MM.FORNECIMENTO	M	40,70	9,83	400,08
6.9.3	15.038.0358-A		LUVA SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 40MM.FORNECIMENTO	UN	12,00	3,90	46,80
6.9.4	15.038.0357-A		LUVA SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 32MM.FORNECIMENTO	UN	20,00	2,09	41,80
6.9.5	15.038.0387-A		TE SOLDAVEL 90°, COM DIAMETRO DE 32MM.FORNECIMENTO	UN	8,00	3,09	24,72
6.9.6	15.038.0402-A		TE DE REDUCAO 90° SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 40MMX32MM.FORNECIMENTO	UN	6,00	7,32	43,92
6.9.7	15.038.0337-A		JOELHO 90° SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 32MM.FORNECIMENTO	UN	7,00	2,04	14,28
6.9.8	15.038.0338-A		JOELHO 90° SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 40MM.FORNECIMENTO	UN	5,00	4,82	24,10
6.9.9	15.038.0252-A		BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL CURTA,COM DIAMETRO DE 40MMX32MM.FORNECIMENTO	UN	2,00	1,75	3,50
6.9.10	02339		ADESIVO PLASTICO PARA PVC RIGIDO, EM BSNAGA DE 75G	UN	12,00	4,94	59,28
6.9.11	05271		ABRACADEIRA TIPO COPO, DE 1.1/4"	UN	24,00	2,37	56,88
6.9.12	05883		BUCHA DE NYLON, TIPO S-08	UN	24,00	0,04	0,96
6.9.13	05909		PARAFUSO FERRO, ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA, DE (5,5X50)MM	UN	24,00	0,27	6,48
6.9.14	05.105.0115-A		MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	0,11	2.523,84	286,80
6.9.15	05.105.0110-A		MAO-DE-OBRA DE BOMBEIRO HIDRAULICO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	0,23	3.486,56	792,40

Elaborado por:
 FELLIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863
 HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511

PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS DESONERADOS			
		REV: 1	MÊS BASE: EMOP 06-2021
0 365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ			
ORÇAMENTO			
Item	Descrição		V.total
1,0	CANTEIRO DE OBRA		1.664,52
2,0	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL		5.385,11
3,0	ESCADA METÁLICA E ACESSO		22.573,78
4,0	COBERTURA DA ÁREA EXTERNA		65.241,85
5,0	ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM		15.051,70
6,0	PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS		15.111,44
		TOTAL	125.028,40

C) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
0365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ									
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		
			1ª QUINZENA	2ª QUINZENA	3ª QUINZENA	4ª QUINZENA	5ª QUINZENA	6ª QUINZENA	
1,0	CANTEIRO DE OBRA	R\$ 1.664,52		R\$ 1.664,52					
				100,00%					

2,0	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL	R\$ 5.385,11	R\$ 4.038,83 75,00%	R\$ 1.009,71 25,00%				
3,0	ESCADA METÁLICA E ACESSO	R\$ 22.573,78			R\$ 20.316,40 90,00%	R\$ 2.257,38 10,00%		
4,0	COBERTURA DA ÁREA EXTERNA	R\$ 65.241,85				R\$ 32.620,93 50,00%	R\$ 32.620,93 50,00%	
5,0	ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM	R\$ 15.051,70					R\$ 3.010,34 20,00%	R\$ 12.041,36 80,00%
6,0	PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS	R\$ 15.111,44					R\$ 3.022,29 20,00%	R\$ 12.089,15 80,00%
CUSTO TOTAL COM BDI		R\$ 125.028,40	R\$ 4.038,83	R\$ 3.010,79	R\$ 20.316,40	R\$ 34.878,30	R\$ 38.653,55	R\$ 24.130,51
			3,23%	2,41%	16,25%	27,90%	30,92%	19,30%
% ACUMULADO			3,23%	5,64%	21,89%	49,78%	80,70%	100,00%

D) COTAÇÕES

DOCUMENTO ENCONTRA-SE NO FINAL DO EDITAL

PLACA DE ACM, PLACA 3MM X 1220 X 5000MM		
LOJA DO POLI		R\$ 1.009,90
MADEIRA MADEIRA		R\$ 903,09
POLICARBONATOS E ACESSÓRIOS		R\$ 789,00
COTAÇÃO (Média Aritmética)		R\$ 900,66
Amplitude Total:	28,0%	

E) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA PREENCHIMENTO DA LICITANTE - FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS			
		REV: 1	MÊS BASE: EMOP 06- 2021
0 365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ			
ORÇAMENTO			
Item	Descrição		V.total
1,0	CANTEIRO DE OBRA		
2,0	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL		
3,0	ESCADA METÁLICA E ACESSO		

4,0	COBERTURA DA ÁREA EXTERNA		
5,0	ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM		
6,0	PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS		
		TOTAL	

PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS								
PLANILHA DE VALORES UNITÁRIOS								
0365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ								BDI
ORÇAMENTO								
Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	V.total COM BDI
1,0			CANTEIRO DE OBRA					
1,1	02.020.0001-0	EMOP	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, INCLUSIVE PINTURA E SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	3,00	462,46		
2,0			PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL					
2,1	01.050.0546-0	EMOP	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA PREDIOS CULTURAIS ATÉ 500M2, CONSIDERANDO O PROJETO BÁSICO EXISTENTE, APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADRÕES DA CONTRATANTE, CONSTATANDO DE PLANTAS DE FORMA, ARMAÇÃO E DETALHES, DE ACORDO COM A ABNT	M2	81,34	59,98		
3,0			ESCADA METÁLICA E ACESSO					
3,1	11.016.0030-0	EMOP	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESPECIAL, RESISTENTE A CORROSAO (ACOUSISAC, CORTEN), PARA TORRES DE ELEVADORES, ESCADAS, VIGAS E COLUNAS DE EDIFICACOES E REFORCOS ESTRUTURAIS, COMPOSTA DE PERFIS "I" OU "H", CANTONEIRAS E CHAPAS, UNIFICADAS COM ELETRODO, INCLUSIVE PERDAS E PROTECAO ANTI-FERRUGEM.FORNECIMENTO E MONTAGEM	KG	545,26	24,47		
3,2	03.001.0001-1	EMOP	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (A) (AREIA, ARGILA OU PICARRA), ATÉ 1,50M DE PROFUNDIDADE, EXCLUSIVE ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	4,50	57,95		
3,3	11.025.0006-0	EMOP	CONCRETO BOMBEADO, FCK=20MPA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE CONCRETO IMPORTADO DE USINA, COLOCACAO NAS FORMAS, ESPALHAMENTO, ADENSAMENTO MECANICO E ACABAMENTO	M3	1,50	424,49		
3,4	14.002.0220-0	EMOP	CORRIMAO DE TUBO DE FERRO GALVANIZADO DE 1.1/4", PRESO POR CHUMBADORES A CADA METRO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	15,52	127,51		
3,5	14.002.0012-0	EMOP	PORTA DE FERRO TAMANHO NORMAL, ATÉ 1.00M LARGURA, CONTORNO EM BARRAS 1.1/4"X5/16", GUARNICAO EM CANTONEIRA 1.1/2"X1/8", INFERIORMENTE, ALMOFADA DE CHAPA Nº 16, NOS DOIS LADOS C/60CM DE ALTURA, NA PARTE SUPERIOR, POSTIGO MOVEL P/VIDRO, GRADE DE BARRAS 5/8", UTILIZANDO TRES DOBRADICAS DE 3"X4" DE FERRO GALVANIZADO C/PINO, BOLAS E ANEIS LATAO, EXCL.FECHADURA.FORNE COLOC.	M2	1,89	1.400,44		
3,6	14.007.0266-0	EMOP	FERRAGENS PARA PORTAS DE ABRIR, DE FERRO OU ALUMINIO, CONSTATANDO DE FORNECIMENTO DAS PECAS:- FECHADURA DE CILINDRO OVALADO PARA MONTANTES ESTREITOS, EM LATAO, ACABAMENTO CROMADO;- ESPELHORET ANGULAR, EM LATAO, ACABAMENTO CROMADO OU ROSETA CIRCULAR EM LATAO, ACABAMENTO CROMADO;- MACANETA TIPO ALAVANCA, EM LATAO, ZAMAK OU AÇO ZINCADO, ACABAMENTO CROMADO, EXCLUSIVE DOBRADICA	UN	1,00	115,00		
								V.total

Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	COM BDI
4,0			COBERTURA DA ÁREA EXTERNA					
4.1	05.001.0045-0	EMOP	REMOCAO DE COBERTURA EM TELHAS DE FIBROCIMENTO, TIPO CALHA, COM 90CM DE LARGURA, INCLUSIVE MADEIRAMENTO, MEDIDO O CONJUNTO PELA AREA REAL DE COBERTURA	M2	78,57	12,27		
4.2	05.001.0171-0	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTANCIA, INCLUSIVE CARGA A PA	M3	7,07	23,86		
4.3	04.014.0095-0	EMOP	LOCACAO DE CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	78,57	260,22		
4.4	16.005.0001-0	EMOP	COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS DE ALUMINIO, COM ESPESSURA DE 0,5MM, SOBREPOSCAO LATERAL DE UMA ONDA E LONGITUDINAL DE 0,20M, FIXACAO COM PARAFUSOS OU HASTES DE ALUMINIO, 5/16" X 250MM COM ROSCA, EXCLUSIVE MADEIRAMENTO E CUMEEIRA, MEDIDA PELA AREA REAL DE COBERTURA, FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	78,57	55,21		
4.5	11.016.0030-0	EMOP	ESTRUTURA METALICA EM ACO ESPECIAL, RESISTENTE A CORROSAO (ACOUSAC, CORTEN), PARA TORRES DE ELEVADORES, ESCADAS, VIGAS E COLUNAS DE EDIFICACOES E REFORCOS ESTRUTURAIS, COMPOSTA DE PERFIS "I" OU "H", CANTONEIRAS E CHAPAS, UNIFICADAS COM ELETRODO, INCLUSIVE PERDAS E PROTECAO ANTI-FERRUGEM, FORNECIMENTO E MONTAGEM	KG	568,48	24,47		
4.6	03.001.0001-1	EMOP	ESCAVACAO MANUAL DE VALA/CAVA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA (AREIA, ARGILA OU PICARRA), ATE 1,50M DE PROFUNDIDADE, EXCLUSIVE ESCORAMENTO E ESGOTAMENTO	M3	6,00	57,95		
4.7	11.025.0006-0	EMOP	CONCRETO BOMBEADO, FCK=20MPA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE CONCRETO IMPORTADO DE USINA, COLOCACAO NAS FORMAS, ESPALHAMENTO, ADENSAMENTO MECANICO E ACABAMENTO	M3	2,00	424,49		
4.8	16.005.0025-0	EMOP	CALHA DE ALUMINIO, 0,18M, EM CHAPA DE ESPESSURA 0,5MM E DESENVOLVIMENTO 0,30M, FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	9,20	80,56		
4.9	16.005.0027-0	EMOP	RUFO DE ALUMINIO DE 0,8X500MM, FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	10,80	115,83		
4.10	16.004.0055-0	EMOP	CONDUTOR PARA CALHA DE BEIRAL DE PVC, DN 88, INCLUSIVE CONEXOES, FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	2,65	37,04		
4.11	01.000.0000-0	COMPOSIÇÃO	PAINEL DE ACM, NA COR VERDE, FORNECIMENTO E INSTALACAO, EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUPORTE	M2	10,55	274,65		
4.12	13.196.0080-0	EMOP	FORRO ESTRUTURADO MONOLITICO C/UMA CHAPA DE GESSO ACARTONADO, TIPO STANDARD NO SISTEMA DRYWALL, LARGURA 1200MM, ESP.12,5MM,, C/TRAT. JUNTAS P/UNIFORMIZACAO DA SUPERFICIE, SENDO APARAFUSADA EM ESTRUTURA DE ACO GALVANIZADO, SUSPENSA POR MEIO DE PENDURAS FIXADOS EM ESTRUTURA SUPERIOR, C/O PERIMETRO EXECUTADO C/ CANTONEIRAS ACO GALVANIZADO, FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	60,20	41,77		
4.13	17.025.0005-1	EMOP	PINTURA COM TINTA ACRILICA, ANTI-FUNGO/BACTERICIDA, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS PROPENSOS A UMIDADE E VAPORES, EM DUAS DEMAS, SOBRE SELADOR ACRILICO E DUAS DEMAS DE MASSA ACRILICA, INCLUSIVE LIMPEZA E LIXAMENTO	M2	60,20	38,74		
4.14	18.027.0434-0	EMOP	LUMINARIA TIPO SPOT, DIRECIONAL, EXCLUSIVE LAMPADA, FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	3,00	52,74		
4.15	18.027.0422-0	EMOP	LUMINARIA FLUORESCENTE TUBULAR DE EMBUTIR, 2X 16W, COM VISOR ACRILICO TRANSLUCIDO, CORPO EM CHAPA DE ACO TRATADA E PINTURA ELETROSTATICA BRANCA, REFLETOR EM ALUMINIO DE ALTO BRILHO, COM REATOR DE ALTO FATOR DE POTENCIA (AFP >= 0,92) E ALTA PERFORMANCE (THD < 30%), BIVOLT, FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	12,00	178,68		
							V.total	

Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	COM BDI
5,0			ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM					
5.1	05.001.0016-0	EMOP	DEMOLICAO MANUAL DE PISO CIMENTADO,EXCLUSIVE A BASE DE CONCRETO,INCLUSIVE EMPILHAMENTO LATERAL DENTRO DO CANTEIRO DE SERVICIO	M2	54,70	23,18		
5.2	05.001.0171-0	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO,EM CARRINHOS,A 20,00M DE DISTANCIA,INCLUSIVE CARGA A PA	M3	4,27	23,86		
5.3	04.014.0095-0	EMOP	LOCAÇÃO DE CACAMBA DE AÇO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE,PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA,INCLUSIVE CARREGAMENTO,TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO,EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VIDE ITEM 04.014.0110)	UN	1,00	260,22		
5.4	01.005.0003-0	EMOP	PREPARO MANUAL DE TERRENO,COMPREENDENDO ACERTO,RASPAGEM EVENTUALMENTE E ATE 0,30M DE PROFUNDIDADE E AFASTAMENTO LATERAL DO MATERIAL EXCEDENTE,INCLUSIVE COMPACTACAO MECANICA	M2	54,70	10,28		
5.5	13.373.0021-0	EMOP	PISO DE CONCRETO ARMADO MONOLITICO,COM JUNTA FRIA,ALISADO COM REGUA VIBRATORIA,ESPESSURA DE 10CM,SOBRE TERRENO ACERTADO E SOBRE LASTRO DE BRITA,EXCLUSIVE ACERTO DO TERRENO E TELA,INCLUSIVE BRITA E LONA DE TECIDO RESINADO, CONCRETO USINADO RESISTENCIA A COMPRESSAO DE 20MPA COM TRANSPORTE DO CONCRETO E TODA A MAO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSARIOS	M2	54,70	70,99		
5.6	11.023.0005-0	EMOP	TELA PARA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO,FORMADA POR FIOS DE AÇO CA-60,CRUZADAS E SOLDADAS ENTRE SI,FORMANDO MALHAS QUADRADAS DE FIOS COM DIAMETRO DE 4,2MM E ESPACAMENTO ENTRE ELES DE 10X10CM.FORNECIMENTO	KG	131,17	10,36		
5.7	12.005.0010-0	EMOP	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO 10X20X40CM,ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:3,EM PAREDES DE 0,10M DE ESPESSURA,DE SUPERFICIE CORRIDA,ATE 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA AREA REAL	M2	8,98	52,96		
5.8	13.001.0020-1	EMOP	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:2 COM 1,5CM DE ESPESSURA,INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA,NO TRACO 1:3	M2	37,56	28,82		
5.9	16.020.0012-0	EMOP	IMPERMEABILIZACAO INIBIDORA DO ATAQUE DE RAIZES,COMPOSTA DE ASFALTO MODIFICADO,PLASTIFICANTE,ADITIVOS ESPECIAIS,HERBICIDA A TOXICO E SOLVENTES ORGANICOS,APLICADO A FRIO,EM DUAS DEMAO S,CONSUMO DE 0,40L/M2/DEMAO,PARA EVITAR A PENETRACAO INDESEJAVEL DE RAIZES QUE DESAGREGAM A PROTECAO MECANICA SOBRE A IMPERMEABILIZACAO	M2	24,75	21,07		
5.10	09.002.0002-0	EMOP	PLANTIO DE ARBUSTOS DE 50 A 70CM DE ALTURA,FORMANDO JARDIM,COM 12 UNIDADES POR METRO QUADRADO,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO	M2	11,15	6,72		
5.11	09.003.0008-0	EMOP	ARBUSTO PARA JARDINS, TIPO LANTANA, HIBISCO, CEDRINHO, ETC, COM 50 A 70CM DE ALTURA.FORNECIMENTO	UN	30,00	12,00		
5.12	09.006.0003-0	EMOP	ENCHIMENTO DE CAVAS, SENDO UM TERÇO COM TERRA PRETA VEGETAL	M3	2,79	62,22		
5.13	06.015.0060-0	EMOP	GRELHA E CAIXILHO DE CONCRETO ARMADO, SENDO AS DIMENSÕES EXTERNAS DE 0,40X0,90M (GRELHA) E 1,10X0,54M (CAIXILHO),FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	2,00	552,00		
5.14	06.082.0050-0	EMOP	DRENO OU BARBACA EM TUBO DE PVC,DIAMETRO DE 2",INCLUSIVE FORNECIMENTO DO TUBO E MATERIAL DRENANTE	M	8,37	16,57		
5.15	09.012.0001-0	EMOP	BANCO DE CONCRETO APARENTE,COM 1,50M DE COMPRIMENTO,45CM DE LARGURA E 10CM DE ESPESSURA, SOBRE DOIS APOIOS DO MESMO MATERIAL,COM SECAO DE 10X30CM	UN	4,00	332,27		
Item	Codigo	CADASTRO	Descrição	Unidade	Qdt	v.unit	V.total	COM BDI
6,0			PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS					
6.1	05.006.0001-1	EMOP	ALUGUEL DE ANDAIME COM ELEMENTOS TUBULARES(FACHADEIRO)SOBRESAPATAS FIXAS,CONSIDERANDO-SE A AREA DA PROJECAO VERTICAL DO ANDAIME E PAGO PELO TEMPO NECESSARIO A SUA UTILIZACAO,EXCLUSIVE	M2XMES	90,00	8,00		

			TRANSPORTE DOS ELEMENTOS DO ANDAIME ATE A OBRA, PLATAFORMA OU PASSARELA DE PINHO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS ANDAIMES					
6.2	05.001.0008-0	EMOP	DEMOLICAO DE REVESTIMENTO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA EMPAREDE	M2	32,63	25,56		
6.3	13.001.0010-1	EMOP	CHAPISCO EM SUPERFICIE DE CONCRETO OU ALVENARIA, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	M2	32,63	5,82		
6.4	13.001.0036-0	EMOP	EMBOCO INTERNO COM ARGAMASSA DE CIMENTO, CAL HIDRATADA ADITIVADA E AREIA, NO TRACO 1:1,8, COM ESPESSURA DE 1,5CM, EXCLUSIVE CHAPISCO	M2	32,63	21,86		
6.5	05.001.0171-0	EMOP	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA OU ENTULHO, EM CARRINHOS, A 20,00M DE DISTANCIA, INCLUSIVE CARGA A PA	M3	1,27	23,86		
6.6	04.014.0095-0	EMOP	LOCAÇÃO DE CACAMBA DE AÇO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, PARA RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO, EXCLUSIVE TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS E/OU LICENCIADOS (VER ITEM 04.014.0110)	UN	1,00	260,22		
6.7	17.018.0010-0	EMOP	PREPARO DE SUPERFÍCIES NOVAS, COM REVESTIMENTO LISO, INTERIOR, INCLUSIVE RASPAGEM, LIMPEZA, UMA DEMÃO DE SELADOR, UMA DEMÃO DE MASSA CORRIDA E LIXAMENTOS NECESSÁRIOS	M2	326,30	24,58		
6.8	17.018.0020-0	EMOP	PINTURA COM TINTA LÁTEX, CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA (NBR 15079), FOSCA EM REVESTIMENTO LISO, INTERIOR, ACABAMENTO PADRÃO, EM DUAS DEMÃOS SOBRE A SUPERFÍCIE PREPARADA, CONFORME O ITEM 17.018.0010, EXCLUSIVE ESTE PREPARO	M2	326,30	10,13		
6.9	02.000.0000-0	COMPOSIÇÃO	EXECUÇÃO DE DRENO PARA AR CONDICIONADO DE JANELA	SERVIÇO	1,00	2.251,29		
6.10	13.301.0505-0	EMOP	RECOMPOSIÇÃO DE PASSEIO, DEVIDO A ABERTURA DE VALA PARA ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO, INCLUSIVE REMOÇÃO DO MATERIAL SOLTTO, CONCRETAGEM ATÉ 8CM DE ESPESSURA, ACABAMENTO COM 2CM DE ESPESSURA COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:4 E CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DO MATERIAL EXCEDENTE ATÉ 20KM	M2	6,20	83,39		
						Valor total		

CÁLCULO DO BDI				
COMPOSIÇÃO DE BDI COM VALORES				
Grupo	A	Despesas indiretas		
	A.1	Administração central (especificar cada item e %)		
	A.2	Garantia (especificar cada item e %)		
	A.3	Riscos e imprevistos (especificar cada item e %)		
	A.4	Despesas financeiras (especificar cada item e %)		
Total do grupo A				
Grupo	B	Bonificação		
	B.1	Lucro		
Total do grupo B				
Grupo	C	Impostos		
	C.1	PIS		
	C.2	COFINS		
	C.3	ISSQN		
	C.4	CPRB		
Total do grupo C				
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)				
$BDI = BDI (\%) = ((1+A4+A1+A2) \times (1+A3) \times (1+B1)) / (1-C) - 1$				
*Valor cobrado no município do Rio de Janeiro/RJ Estamos apresentando um modelo.				

O preenchimento da planilha e a elaboração dos cálculos é de total responsabilidade do licitante. Deverá ser apresentada a planilha analítica do BDI, demonstrando-se os custos de cada um dos itens que compõem o preço de cada um dos grupos. Exemplificando: apresentar composição de custos e porcentagem a que se referem dos itens: Administração, Garantia e Risco e Despesas Financeiras. Elaborado por:

FELLIPE DE SOUZA PORTELA - ID funcional - 30953863
 HUGO MEDEIROS DE OLIVEIRA - ID funcional - 50934511

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO								
ANEXO								
0365.003.0241 (ID - 135562) - EXECUÇÃO DE TELHADO E ESCADA - JACAREPAGUÁ								
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO								
ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS	
			1ª QUINZENA	2ª QUINZENA	3ª QUINZENA	4ª QUINZENA	5ª QUINZENA	6ª QUINZENA
1,0	CANTEIRO DE OBRA			100,00%				
2,0	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA E ESCADA LATERAL		75,00%	25,00%				
3,0	ESCADA METÁLICA E ACESSO				90,00%			
4,0	COBERTURA DA ÁREA EXTERNA					50,00%	50,00%	
5,0	ÁREA EXTERNA - RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM						20,00%	80,00%
6,0	PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS						20,00%	80,00%
CUSTO TOTAL COM BDI		R\$ 0,00						
% POR ETAPA								
% ACUMULADO								

F) ATESTADO DE VISTORIA

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

(FORNECIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA POR OCASIÃO DA VISTORIA REALIZADA)

TOMADA DE PREÇOS do Tipo Menor Preço Global Nº 004/2021

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa abaixo relacionada, através de seu representante, **VISTORIOU** a área onde será executado o projeto executivo, objeto desta TOMADA DE PREÇOS do Tipo Menor Preço Global Nº 004/2021, bem como tomou conhecimento da natureza e vulto dos serviços técnicos especializados, para utilização das técnicas e normas vigentes, necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do projeto.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Empresa:

CNPJ:

Nome do representante:

RG:

Assinatura:

IDENTIFICAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Data da vistoria: / /

Nome do servidor:

Nº da Matrícula:.....

Assinatura:

G) PLANTAS

AS PLANTAS ENCONTRAM-SE NO FINAL DESTA EDITAL

H) DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA (DOD)

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA	
SETOR REQUISITANTE (UNIDADE/SETOR/DEPARTAMENTO): DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA - DIE	
Responsável pela demanda: Fellipe de Souza Portela	Id funcional: 3095386-3
E-mail: fellipe.portela@defensoria.rj.def.br	Telefone: (21) 23326260
<p>1. Justificativa da necessidade da contratação ou aquisição (se a justificativa for extensa deverá ser apresentada em anexo, sob a forma de Nota Técnica):</p> <p>Trata-se contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras, no Prédio Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá, localizado Rua Prof. Francisca Piragibe, número 80, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.</p> <p>O presente processo se mostrou necessário com forma de possibilitar a conclusão da obra que vem sendo realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, localizada em Jacarepaguá. Trata-se de serviços não englobados no escopo de execução do Corpo Técnico da DPERJ, assim como materiais não licitados normalmente. Neste sentido, tal processo licitatório se mostrou necessário, de modo a possibilitar contratação de empresa especializada na execução dos serviços em questão.</p> <p>1. As intervenções externas englobam a execução de escada metálica, que permitirá o acesso ao segundo pavimento da edificação. Troca da cobertura externa, que possui a função atual de alocar os assistidos em espera de atendimento e compõem esteticamente a fachada da edificação. O estado atual de conservação desta cobertura está bastante comprometido, sendo previsto neste PB a troca das telhas e estrutura metálica de sustentação da mesma. Por se tratar de estruturas que dependem de dimensionamento estrutural, no sentido de garantir a estabilidade e segurança, assim como permitir maior eficiência no consumo de materiais, está incluído neste PB, projeto executivo estrutural para as etapas supracitadas, a serem devidamente aprovadas pelo Corpo Técnico da DPERJ. Para complementação dos serviços, está sendo prevista a recomposição do piso que compõe área externa sob a cobertura em questão, com a remoção e concretagem de novo piso, em concreto armado. Tal intervenção se mostrou necessária, devido às grandes movimentações térmicas e de recalque do solo, que geraram aberturas de fissuras e rachaduras sobre o mesmo. Engloba-se também, toda parte de recolhimento das águas pluviais adjacentes da cobertura, drenagem do piso e encaminhamento das águas à boca de lobo existente no local.</p> <p>A realização dos serviços supracitados tem como objetivo principal intervir na degradação dos elementos que compõem a fachada, visando, também, atender aspectos de segurança, funcionais, estéticos e de conforto dos usuários, de modo a se corrigir patologias existentes e, em contrapartida, reduzir a possibilidade de formação de novas patologias.</p>	

1. Quantitativo do serviço ou aquisição:		
Vide planilha de custos presente em Projeto Básico		
2. Indicação dos membros que irão compor a Comissão de Gestão e Fiscalização dos Contratos:		
Fellipe de Souza Portela, Breno Ricardo Catrinck Afonso de Carvalho e Hugo Medeiros de Oliveira		
Gestor:		
Fiscal 01	Fiscal 02	Fiscal 03
Nome: Fellipe de Souza Portela Mat: 99980575-4	Nome: Breno Ricardo Catrinck Afonso de Carvalho Mat: 99980464-2	Nome: Hugo Medeiros de Oliveira Mat: 3095231-1
Substitutos em caso de férias, licenças, etc.		
Nome: Vinicius Bernardo Rosa Mat: 5033312-7	Nome: Philipe Alves S. Chagas Mat: 976469-7	Nome: José Renato Magalhães da Costa Mat: 5008181-0
Responsável pela formalização da demanda:	Local e data:	
Nome: Fellipe de Souza Portela Mat: 99980575-4	Rio de Janeiro, 13/08/2021	

I) ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, para Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras, no Prédio Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá, localizado Rua Prof. Francisca Piragibe, número 80, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, objetivando a manutenção, conservação e seguridade de suas instalações.

1.2 A edificação possui acesso interno, ao lado da Delegacia, conforme planta anexa, e se encontra localizado em área posterior ao Fórum, com Galpão, de propriedade da DPERJ Anexo. Trata-se de uma área com ocupação predominantemente comercial. Possui toda a infraestrutura urbana necessária para funcionamento de um bairro, tais como; pavimentação, luz, água, rede de esgoto, escolas, restaurantes e transporte público.

1.3 O edifício está situado em terreno de aproximadamente 4.812,62 m², com suas instalações ao fundo do mesmo. A edificação é constituída de dois pavimentos, com área de projeção de

aproximadamente 230m². A cobertura, escopo deste PB, possui área de projeção aproximadamente igual a 74,30 m², escorada na edificação, em uma das extremidades e em pilares de seção circular na outra.

1.4 Os serviços a serem executados são:

1.4.1 Reforma de cobertura externa existente, com troca do sistema estrutural e telhas metálicas, por telhas novas, execução do sistema de drenagem composto por rufo, calhas, canal vertical.

1.4.2 Execução de escada metálica, a ser construída de modo a permitir o acesso externo ao segundo pavimento da edificação. Esta escada será construída de modo a se tornar autoportante, com ancoragem na edificação utilizada somente para permitir a devida ligação entre os elementos, sem gerar qualquer acréscimo de carga à estrutura existente.

1.4.3 Projeto estrutural executivo, baseado neste projeto básico, com detalhamento das peças e relação de todos os materiais a serem utilizados.

1.4.4 Reforma do piso sob a cobertura descrita acima, com demolição de piso existente e concretagem de novo piso, em concreto armado, com dimensões suficientes para garantir estabilidade e dirimir possibilidade de tricas por recalque. Em complementação, está incluído neste PB a execução de jardineiras, em alvenaria, de modo a compor o projeto de fachada em anexo, devidamente preenchida com solo adequado, incluindo plantio de mudas de pequeno porte. A impermeabilização das mesmas deverá ser realizada com material resistente a raízes e eficiente, de modo a impedir patologias devido à umidade no local.

1.4.5 Acertos e limpeza final;

2.NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Conforme apresentado nas considerações deste Termo de referência, as intervenções a que se tratam mostrou-se necessário com base nas análises internas do setor de Engenharia da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

2.2 O presente processo se mostrou necessário com forma de possibilitar a conclusão da obra que vem sendo realizada na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, localizada em Jacarepaguá. Trata-se de serviços não englobados no escopo de execução do Corpo Técnico da DPERJ, assim como materiais não licitados normalmente. Neste sentido, tal processo licitatório se mostrou necessário, de modo a possibilitar contratação de empresa especializada na execução dos serviços em questão.

2.3 As intervenções externas englobam a execução de escada metálica, que permitirá o acesso ao segundo pavimento da edificação. Troca da cobertura externa, que possui a função atual de alojar os assistidos em espera de atendimento e compõem esteticamente a fachada da edificação. O estado atual de conservação desta cobertura está bastante comprometido, sendo previsto neste PB a troca das telhas e estrutura metálica de sustentação da mesma. Por se tratar de estruturas que dependem de dimensionamento estrutural, no sentido de garantir a estabilidade e segurança, assim como permitir maior eficiência no consumo de materiais, está incluído neste PB, projeto executivo estrutural para as etapas supracitadas, a serem devidamente aprovadas pelo Corpo Técnico da DPERJ. Para complementação dos serviços, está sendo prevista a recomposição do piso que compõe área externa sob a cobertura em questão, com a remoção e concretagem de novo piso, em concreto armado. Tal intervenção se mostrou necessária, devido às grandes movimentações térmicas e de recalque do solo, que geraram aberturas de fissuras e rachaduras sobre o mesmo. Engloba-se também, toda parte de recolhimento das águas pluviais adjacentes da cobertura, drenagem do piso e encaminhamento das águas à boca de lobo existente no local.

2.4 A realização dos serviços supracitados tem como objetivo principal intervir na degradação dos elementos que compõem a fachada, visando, também, atender aspectos de segurança, funcionais, estéticos e de conforto dos usuários, de modo a se corrigir patologias existentes e, em contrapartida, reduzir a possibilidade de formação de novas patologias.

2.5 Considerando a necessidade de conservação do patrimônio público e conhecimento prévio de possíveis situações de problema que subsidiariam um planejamento adequado e a tomada de decisões; considerando a grande importância da necessidade de se prover segurança às edificações e aos seus usuários; considerando fatores como a vida útil dos materiais de construção civil que constituem as estruturas bem como problemas de manutenção; sugere-se a Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras.

3.REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE:

3.1 O objeto da presente contratação consta do Plano Anual de Contratações da DEFENSORIA e do Plano Plurianual (PPA).

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.1.1 O licitante deverá comprovar por meio de atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contratos desses serviços compatíveis com o pleiteado nesse certame em conformidade com as exigências apresentadas no Termo de Referência.

4.1.2 Nos termos da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento nº05/2017, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão ou se decorrido, pelo menos, um ano de início de sua execução, exceto de firmado em prazo inferior.

4.1.3 A contratada deverá disponibilizar materiais, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para cada profissional durante a permanência na DEFENSORIA e a vigência do contrato.

4.2 Definição e justificativa se o serviço possui natureza continuada ou não;

4.2.1 A prestação de serviços em questão não possui natureza contínua.

4.2.2 O serviço pleiteado pode ser caracterizado como comum de acordo com o artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

4.2.3 A prestação de serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3 Critérios e práticas de sustentabilidade que devam ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da Contratada;

4.3.1 Considerando a crescente preocupação da sociedade em relação às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, e ainda considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, caberá à CONTRATADA o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos, tais como óleo, gás refrigerante, entre outros, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação aplicável (IN nº 01-SLT/IMPOS, 15/12/2010).

4.3.2 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

4.4 Da necessidade de transferência de tecnologia, conhecimento e técnicas empregadas;

4.4.1 Para esta contratação não há necessidade de transferência de tecnologia, conhecimento ou técnicas empregadas, pois o serviço deve ser prestado por empresa qualificada em serviços de execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras.

4.5 Identificação das soluções de mercado;

4.5.1 O levantamento de mercado se deu utilizando os preços fixados preferencialmente pela tabela EMOP como referencial de preços máximos para contratação de cada serviço constante do Termo de Referência. Consideramos também as contratações constantes no SISTEMA INTEGRADO DE AQUISIÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SIGA.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

5.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas encontram-se na Planilha Orçamentária constante em anexo do Termo de Referência, bem como cronograma físico financeiro.

5.2 Para estimativa de preço, foram elaboradas planilhas orçamentárias oneradas e desoneradas, conforme estabelecido pelo Decreto n. 45633/15, onde foram, sempre que possível, utilizados os preços do sistema EMOP.

5.3 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global da planilha de custos DESONERADA e está discriminado no ANEXO II.

5.4 As memórias de cálculo “DESONERADA” e “NÃO DESONERADA” encontram-se nos ANEXOS I e II, respectivamente, e servirão de balizador para composição de PREÇO UNITÁRIO para as empresas que assim decidirem participar do certame, sendo claro que respeitando seus regimes tributários.

5.5 O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, sendo a adjudicação do Objeto pelo menor preço total da somatória dos itens que o compõem.

5.6 A memória utilizada para validação e utilização do PREÇO GLOBAL será a que apresentar menor valor, conforme Decreto nº 45633/2016. Sendo este de valor R\$ 125.028,40 (cento e vinte e cinco mil e vinte e oito reais e quarenta centavos).

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

6.1 Se existe alguma nova tecnologia para atendimento ao objeto;

6.1.1 Na descrição dos serviços descritos no presente Estudo Técnico não foi vislumbrada nenhuma nova tecnologia de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras, que melhor atendesse às necessidades da DEFENSORIA nesse segmento, daí serem mantidas as rotinas consagradas na presente contratação.

6.1.2 Para esta contratação não se faz necessária realização de audiência pública, por se tratar de objeto com complexidade técnica reduzida e comum no mercado.

7.JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:

7.1 Acerca da possibilidade do parcelamento do objeto contratual, cuja regra é expressa no art. 23, § 1º da Lei 8.666/93:

Art. 23, § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

7.2 Por se tratar a presente licitação de contratação de serviço de recuperação e reforço estrutural em local único, e todos os serviços apresentam características técnicas semelhantes, a Diretoria de Infraestrutura e Engenharia em cumprimento ao art. 23 § 1º da lei 8.666/93 entende que não há a possibilidade da divisão do objeto em parcelas por não evidenciar ser técnica e economicamente viável.

8.DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 Os serviços especificados no presente Termo de Referência são considerados comuns pela legislação, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais praticados no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa, por conseguinte, será realizada com base nos preços ofertados, desde que atenda de as exigências e especificações técnicas exigidas, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitem de avaliação técnica criteriosa.

8.2 Para este tipo de contratação, não se faz necessária alocação de mão de obra residente;

9.DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

9.1 A modalidade de licitação, ora adotada para a contratação dos serviços descritos no presente TERMO DE REFERÊNCIA será a modalidade de licitação TOMADA DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, pelo regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tipo de licitação de MENOR PREÇO GLOBAL. O procedimento licitatório reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Resolução PGE nº 3.879, de 28/04/2016 e demais normas aplicáveis à espécie, sob regime.

10.DA SUBCONTRATAÇÃO:

10.1 Nos termos do que estabelece o art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE, até o limite de 30% (trinta por cento).

10.2 A CONTRATADA submeterá à apreciação da CONTRATANTE a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.

10.3 Para tanto deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito e da inexistência de impedimento da subcontratada em participação de licitações.

10.4 À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução das obras e serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre a CONTRATANTE e eventuais SUBCONTRATADAS.

10.5 As faturas emitidas por eventuais SUBCONTRATADAS deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra a CONTRATANTE.

11.CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES:

11.1 O presente objeto especificamente não consta em nenhum outro processo para licitação no presente exercício.

12.SOBRE A PERMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA A PRESENTE CONTRATAÇÃO:

12.1 O presente objeto trata da contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção e impermeabilização de jardineiras, no Prédio Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá, localizado Rua Prof. Francisca Piragibe, número 80, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Deve-se considerar que o referido serviço possui caráter especializado, sendo necessário, portanto, de subordinação, elemento que não é adequado ao regime de cooperativa, haja vista que tal regime se caracteriza pela ausência de subordinação e pela autonomia dos trabalhadores cooperados.

12.2 A subordinação exigida no presente objeto violaria os princípios que regem o próprio trabalho cooperado, e mais, frustraria o caráter competitivo do pregão, pois diferentemente das empresas prestadoras de serviços, as cooperativas podem oferecer preços bem mais em conta, já que não têm que arcar com encargos trabalhistas. Considerando os motivos acima expostos, levando-se em conta o objeto licitado, concluímos pela não participação de licitantes em regime de cooperativa.

13.SOBRE PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES EM REGIME DE CONSÓRCIO PARA A PRESENTE CONTRATAÇÃO:

13.1 A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços sem complexidade é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira.

13.2 A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio e considerando os motivos acima expostos, levando-se em conta o objeto licitado, concluímos pela não participação de licitantes em regime de consórcio.

14.DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

14.1 A presente contratação deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

- a) Garantir o funcionamento adequado e seguro das instalações da Sede da Defensoria, atender aspectos funcionais, estéticos e de conforto dos usuários;
- b) Restabelecer a previsibilidade da vida útil da edificação
- c) Mitigar os riscos de acidentes, garantindo assim a integridade física de seus Membros, Servidores e demais colaboradores,
- d) Preservação do patrimônio material da Instituição.

15.DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

15.1 Declara esta Equipe de Técnica que a contratação pretendida é viável, uma vez considerada a grande quantidade de empresas prestadoras de serviço desse segmento existentes no mercado.

J) MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Trata-se contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de cobertura e escada, em estrutura metálica, execução de piso em concreto armado e construção, impermeabilização de jardineiras e pintura da fachada, no Prédio Sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Bairro Jacarepaguá, localizado Rua Prof. Francisca Piragibe, número 80, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

1.2. A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados a todo o processo.

1.3. Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimento, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por cada ação. Entendem-se por ações preventivas, aquelas a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos. As ações de contingência, no entanto, são as que devem ser tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

1.4. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme as tabelas de referência a seguir:

PROBABILIDADE	
DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO
Baixo	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.
Médio	Evento esperado, de frequência reduzida, com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.
Alto	Evento repetitivo e constante.

IMPACTO	
DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.
Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.

1.5. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

1.6. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco:

1.6.1. O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto.

		GRAU DE PROBABILIDADE		
		1	2	3
GRAU DE IMPACTO	1	BA (1)	BA (2)	ME (3)
	2	BA (2)	ME (4)	AL (6)

1.7. Cada região da matriz terá seu apetite a risco e sua classificação de riscos, conforme as tabelas apresentadas a seguir:

VARIAÇÃO	GRAU DE IMPACTO	GRAU DE PROBABILIDADE	CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS	LEGENDA	FAIXAS
1	Pequeno	Baixo	Baixo	BA	1-2
2	Médio	Médio	Médio	ME	3-4
3	Grande	Alto	Alto	AL	6-9

CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES PARA A PRIORIZAÇÃO DO TRATAMENTO DE RISCOS
BAIXO	Indica um nível de risco baixo, em que há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas	Manter os controles existentes e explorar as oportunidades, se determinado pela autoridade superior.
MÉDIO	Indica um nível de risco aceitável, dentro do apetite a risco da organização.	É necessário adotar medidas especiais de tratamento e manter os controles já existentes.
ALTO	Indica um nível de risco inaceitável, além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco encontrado nessa área deve ter uma resposta em um intervalo de tempo definido pela autoridade superior. Admite-se postergar o tratamento somente mediante parecer da autoridade superior

FASE DE ANÁLISE	
FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
RISCO 01. Planejamento deficiente	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID DANO	
<ol style="list-style-type: none"> Possibilidade de a contratação não conter todos os dados nos aspectos administrativos e/ou técnicos. Indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos. 	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. Dar condições à equipe de planejamento de realizar as reuniões de planejamento nos dias e horários previstos.	

2. Reuniões periódicas para verificação do cronograma do processo de contratação.	Equipe de Planejamento
3. Conscientização dos responsáveis da importância da pronta indicação da equipe de planejamento, tão logo haja o Documento de Formalização da Demanda.	
ID Ação Contingência	Responsável
2. 1. Reexame dos documentos preparatórios da contratação	Equipe de planejamento

FASE DE ANÁLISE	
FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
RISCO 01. Planejamento deficiente	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID DANO	
1. Possibilidade de a contratação não conter todos os dados nos aspectos administrativos e/ou técnicos. 1. 2. Indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competição e aumento dos custos.	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. Dar condições à equipe de planejamento de realizar as reuniões de planejamento nos dias e horários previstos. 2. Reuniões periódicas para verificação do cronograma do processo de 1. contratação. 3. Conscientização dos responsáveis da importância da pronta indicação da equipe de planejamento, tão logo haja o Documento de Formalização da Demanda.	Equipe de Planejamento
ID Ação Contingência	Responsável
2. 1. Reexame dos documentos preparatórios da contratação	Equipe de planejamento

FASE DE ANÁLISE
SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 01. Fornecedor não tem a qualificação técnica	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID DANO	
1. 1. Atraso na contratação, chamamento na ordem de classificação do segundo licitante.	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. 1. Realizar conferência de todos os documentos referentes à qualificação técnica da licitante	Equipe de fiscalização
ID Ação Contingência	Responsável
2. 1. Evitar a contratação de licitante que não atende as exigências da qualificação técnica exigida	Equipe de fiscalização

FASE DE ANÁLISE	
FASE DE CONTRATAÇÃO	
RISCO 01. Contratação de uma solução que não atenda a necessidade que originou a contratação.	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta
ID DANO	
1. 1. Desperdício de recursos públicos. 2. Continuidade na degradação das dependências do local	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. 1. Iniciar elaboração do Termo de Referência somente após a aprovação dos estudos técnicos preliminares. 2. Revisar artefatos do planejamento para verificar suficiência e adequação dos requisitos de contratação.	Equipe de planejamento
ID Ação Contingência	Responsável
2. 1. Elaborar quadro identificando as soluções de mercado que atendem aos requisitos especificados.	Equipe de planejamento

FASE DE ANÁLISE

FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
RISCO 01. Estimativas inadequadas de quantidades.	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	(X) Baixa () Média () Alta
ID DANO	
<ol style="list-style-type: none"> Desperdício de materiais e de recursos financeiros. Celebração de aditivos contratuais. Novas contratações. Utilização de orçamento superior ao previsto. 	
ID Ação Preventiva	Responsável
<ol style="list-style-type: none"> Levantamento exaustivo das necessidades, de modo a diminuir o risco de celebração de aditivos ou novas contratações. Definir método para estimar as quantidades necessárias. Documentar aplicação de determinado método no processo de contratação. 	Equipe de planejamento
ID Ação Contingência	Responsável
<ol style="list-style-type: none"> Fiscal do contrato armazenar dados da execução contratual para facilitar a definição das quantidades e dos requisitos da nova contratação. Rejeição de processo de contratação sem métodos de estimativa objetivamente definido. 	Equipe de planejamento

FASE DE ANÁLISE	
FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
RISCO 02. Estimativas inadequadas de preços.	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa (X) Média () Alta
ID DANO	
<ol style="list-style-type: none"> Utilização de parâmetro inadequado para análise da viabilidade da contratação. Dificuldade de justificar as estimativas quando questionados por partes interessadas. 	
ID Ação Preventiva	Responsável
<ol style="list-style-type: none"> Elaborar memória de cálculo das estimativas de preço. Ao fazer a solicitação de propostas ao mercado por meio de ofício, notificar os fornecedores da obrigatoriedade legal da apresentação de 	Equipe de

propostas com orçamentos válidos. 3. Utilizar diversos preços na elaboração de cada estimativa.	Equipe de Planejamento
ID Ação Contingência	Responsável
1. Consultar especificações técnicas, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos e/ou fontes especializadas no objeto a ser contratado, para averiguar o custo benefício de se manter o preço ou não.	Equipe de planejamento

FASE DE ANÁLISE	
FASE DE EXECUÇÃO/PLANEJAMENTO: GESTÃO DO CONTRATO	
RISCO 01. Expectativa de resultados não realistas.	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
ID DANO	
1. A dificuldade na análise custo-benefício 2. Contratação que não representa a melhor alocação de recursos na organização. 1. 3. Não atendimento da necessidade que gerou a contratação. 4. Frustração do beneficiário e de outros interessados.	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. Beneficiária deve declarar formalmente os resultados pretendidos nos autos do processo de contratação, de forma clara e objetiva. 2. Adotar resultados mensuráveis. 1. 3. Avaliar a possibilidade de a contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. 4. Declarar a inviabilidade de contratação caso haja a impossibilidade de produzir resultados pretendidos no todo ou em parte.	Equipe de Planejamento da Contratação e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato
ID Ação Contingência	Responsável
1. Aferir o alcance dos resultados declarados após a implantação da solução, para verificar a viabilidade ou não de manter a contratação. 2. Realizar novo processo para contratação dos resultados pretendidos.	Equipe de Planejamento da Contratação e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato

FASE DE ANÁLISE
FASE DE EXECUÇÃO/PLANEJAMENTO: GESTÃO DO CONTRATO

RISCO 02. Análise de riscos deficiente	
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
ID DANO	
1. 1. Impacto causado pelos riscos relevantes desconsiderados na análise	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. 1. Identificar riscos aprendidos em contratações passadas. 2. Revisar os artefatos do planejamento.	Equipe de Planejamento da Contratação e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato
ID Ação Contingência	Responsável
1. Verificar a consistência da análise de riscos, considerando lições aprendidas em outras contratações. 2.	DCLC

FASE DE ANÁLISE	
FASE DE EXECUÇÃO/PLANEJAMENTO: GESTÃO DO CONTRATO	
RISCO 03. Não considerar todos os aspectos necessários à análise de viabilidade da contratação.	
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
ID DANO	
1. 1. Não haver fornecedores para a solução escolhida. 2. Fornecedor não será capaz de entregar a solução contratada. 3. Solução contratada não produzirá resultados capazes de atender às necessidades que originaram a contratação.	
ID Ação Preventiva	Responsável
1. 1. Realizar planejamento de nova licitação	Equipe de Planejamento da Contratação e Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato
ID Ação Contingência	Responsável
2. Reestruturação da forma de prestação de serviço de maneira que os riscos incorridos pela empresa sejam minimizados.	DCLC

ANEXO II

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE			ANEXO II Licitação por Tomada de Preços nº 004/2021 A Realizar-se em 15/12/2021 às 14:00h Processo nº E-20/001.002662/2021					
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL			CARIMBO DA FIRMA					
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
01	0365.003.0241 (ID - 135562)	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAL E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA VALOR TOTAL R\$:	SERV	01				
<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. <p>2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª - As duas primeiras vias da PROPOSTA DETALHE deverão ser devolvidas a este órgão, até à hora e data marcadas em envelope fechado, com indicação do seu número e data do encerramento.</p> <p>4ª - A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>			<p>Prazo de entrega: De acordo com o Projeto Básico</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local de entrega/execução: conforme o Projeto Básico.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em _____/_____/_____.</p> <p align="center">FIRMA PROPONENTE</p>					
DATA / /			FIRMA PROPONENTE - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL					

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE			ANEXO II Licitação por Tomada de Preços nº 004/2021 A Realizar-se em 15/12/2021 às 14:00h Processo nº E-20/001.002662/2021			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL.			CARIMBO DA FIRMA			
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO	
					UNIT.	TOTAL
		DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE: Banco (Nome/Número) Ag. (Nome/número) Conta Corrente nº:				

	<p><u>INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO:</u> <u>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ</u> <u>CNPJ: 31.443.526/0001-70</u> <u>INSC. ESTADUAL: ISENTO</u> <u>END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro/RJ.</u></p>				
<p>Observações 1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – As duas primeiras vias da PROPOSTA DETALHE deverão ser devolvidas a este órgão, até à hora e data marcadas em envelope fechado, com indicação do seu número e data do encerramento.</p> <p>4ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>	<p>Prazo para execução: Conforme ANEXO I.</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em: / /</p>				
<p>DATA / /</p>	<p>FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p>				

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Tomada de Preços nº 004/2021, promovido por essa Defensoria, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a empresa _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.

ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE COBERTURA E ESCADA, EM ESTRUTURA METÁLICA, EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO E CONSTRUÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DE JARDINEIRAS, NO PRÉDIO SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO BAIRRO JACAREPAGUÁ, LOCALIZADO NA RUA PROF. FRANCISCA PIRAGIBE, NÚMERO 80, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPRJ**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede à Av. Marechal Câmara 314, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.020-080, representada neste ato pela Secretária de Engenharia **Dra. LUCIENE TORRES PEREIRA**, e a empresa _____, situada à Rua _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da carteira de identidade nº _____ expedida pelo _____ e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº E-20/001.002662/2021, decorrente da Tomada de Preços nº 004/2021, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, de acordo com permissão prevista no art. 191, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021; Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decreto n.º 3.149/80 e Decreto n.º 42.445, de 04.05.10, além da Resolução DPGERJ nº 1012, de 21 de outubro de 2019, Resolução DPGERJ nº 1052/20 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE COBERTURA E ESCADA, EM ESTRUTURA METÁLICA, EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO E CONSTRUÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DE JARDINEIRAS, NO PRÉDIO SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO BAIRRO JACAREPAGUÁ, LOCALIZADO NA RUA PROF. FRANCISCA PIRAGIBE, NÚMERO 80, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ**, na forma do Projeto Básico e do Edital, partes integrantes do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constitui objeto da presente Tomada de Preços, para fins de contratação, o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, pelo tipo de licitação de MENOR PREÇO GLOBAL, cujo procedimento licitatório reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Resolução PGE nº 3.879, de 28/04/2016 e demais normas aplicáveis à espécie, sob regime..

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____ reais), discriminado de acordo com a Planilha integrante da Proposta de Preços e o Cronograma Físico- Financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRO: DO PRAZO

O prazo para entrega do projeto executivo é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato. O prazo para execução das obras e serviços é de 60 (sessenta) dias corridos, após data de aprovação do projeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes dos cronogramas anexos ao Edital, podendo ser prorrogados nas hipóteses previstas no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os Licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

PARÁGRAFO QUARTO - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse da DPRJ, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

PARÁGRAFO SEXTO - Na contagem dos prazos, é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Considerando que o contrato de obras é por escopo, o término do prazo não é causa suficiente para a extinção do ajuste, cabendo ao

CONTRATANTE apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorreram de atuação deficiente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – O CONTRATADO, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente no Banco Bradesco (instituição financeira contratada pela **DPRJ**), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A cada 30 (trinta) dias fará a CONTRATADA a emissão das faturas dos serviços realizados, aceitos e verificados em conformidade com as etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro e obedecido o sistema de medições previsto na CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO – O pagamento será realizado, de acordo com as medições mensais, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do aceite da nota fiscal e/ou fatura, pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do agente fiscalizador do contrato, desde que acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado (INSS, FGTS e ISSQN), bem como de certificado de regularidade do FGTS ("CRF") emitido pela Caixa Econômica Federal, do arquivo impresso da "SEFIP" (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) com seu respectivo protocolo de envio, através do canal da conectividade social, e da certidão negativa de débitos previdenciários (ou equivalente, nos termos do art. 206 do CTN), emitida pela Secretaria da Receita Federal. Além disso, deve ser apresentada declaração de que possui escrituração contábil firmada pelo contador e responsável da empresa, e que os valores ora apresentados encontram-se devidamente contabilizados nos termos das instruções normativas do INSS.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INCC e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pelo Ordenador de Despesa, será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras, ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados.

PARÁGRAFO NONO – O pagamento de serviços executados antes das datas previstas nos cronogramas (obras adiantadas) dependerá das disponibilidades de caixa do CONTRATANTE, observado o percentual de desconto a que se refere ao PARÁGRAFO SÉTIMO.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O pagamento somente será liberado mediante apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos, que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

- a) respectivas medições, faturas e notas fiscais;
- b) comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária;

c) comprovante de recolhimento da contribuição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Cópia do documento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA, a ser apresentado no caso da realização da primeira medição ou quando houver alteração do profissional responsável.

PÁRAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização, justificando-se nos autos toda e qualquer divergência em relação à estimativa.

PÁRAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o inciso XXVIII, da cláusula nona, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Não serão concedidos reajustes por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA

A CONTRATADA se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia será restituída após o encerramento do contrato, descontados, se for o caso, multas ou quaisquer débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATANTE reserva-se o direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias a reparar, corrigir, remover e substituir os serviços e materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções nos termos apontados pelos gestores do contrato, por meio de relatório, sempre que a CONTRATADA não atender às suas determinações, garantido o exercício da ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso a garantia não se mostre suficiente, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente pendentes, devidos pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A Garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 80 % (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas “a” e “b”, art. 48, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, será exigida para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante do parágrafo 1º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e o valor da correspondente proposta.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O levantamento da caução contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente, após a aceitação definitiva da obra.

PARÁGRAFO OITAVO – Em caso de rescisão decorrente de ato praticado pela contratada, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da caução prestada e o débito verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à realização do objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO:: 11010.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 449051

FONTES: 100 - Recursos Ordinários Provenientes de Impostos

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III) exercer a fiscalização do contrato;
- IV) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas nos PARÁGRAFOS SEGUNDO E TERCEIRO da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA deste contrato.
- V) Além das previstas no item 16 do Projeto Básico (Anexo I do Edital de Licitação).

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I) conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II) atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III) executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V) tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI) se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII) prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII) iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados;
- IX) manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- X) atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- XI) se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- XII) obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- XIII) se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
- XIV) se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE.
- XV) se responsabilizar durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles.
- XVI) observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
- XVII) manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras.
- XVIII) na forma do disposto no Decreto Estadual nº 40.647 de 08.03.07, se obriga a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra.
- XIX) proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta

obrigação condição para a liberação dos pagamentos.

XX) obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE, com microcomputador e telefone, além de sala de reuniões para uso comum.

a) obriga-se a apresentar no final da obra a Planta Cadastral (AS BUILT) constando todos os elementos físicos executados, cotados planialtimetricamente, durante a execução dos serviços e, ainda, a CND do INSS relativo à obra.

b) obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:

c) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

XXI) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e

XXII) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

XXIII) registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do **CONTRATANTE**, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função.

XXIV) registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo "declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art. 11 do Decreto n.º 5.296/04", constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ.

XXV) A observância das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;

XXVI) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

XXVII) na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados, a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: ;

I	-	até	200
empregados.....			
2%;			
II	-	de	201
500.....			a
3%;			
III	-	de	501
1.000.....			a
4%;			
IV	-	de	1.001
em			
diante.....			em
5%.			

XXIX) Além das previstas no item 15 do Projeto Básico (Anexo I do Edital de Licitação)

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA

As obras objeto deste contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica do(a) Engenheiro(a) _____ que fica autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA se obriga a manter o(a) engenheiro(a) acima indicado(a) como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas e condições avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma físico-financeiro e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A gestão do Contrato caberá a um servidor designado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Fiscalização do Contrato caberá a 3 (três) servidores designados pela Diretoria Geral de Engenharia da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro aos quais a **CONTRATADA** deverá apresentar-se imediatamente após a formalização do Contrato ou recebimento da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar

todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A instituição e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de manter fiscalização própria, competindo-lhe fazer minucioso exame da execução das obras, de modo a permitir que, a tempo e por escrito, sejam apresentadas à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas que venham a impedir o bom desempenho do contrato, para o devido esclarecimento.

PARÁGRAFO QUARTO – O representante da CONTRATANTE anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO QUINTO – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederà à fiscalização do regime de cotas de que trata o inciso XXVII, da cláusula nona, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à CONTRATADA arcar com todas as despesas relativas ao prêmio do Seguro de Risco e Responsabilidade Civil do Construtor, ficando condicionado o pagamento, de toda e qualquer fatura, à apresentação da apólice de seguro em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA manterá na forma da lei, seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo exclusivamente às suas expensas quaisquer despesas não cobertas pela respectiva apólice.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Correrão por exclusiva conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA, as consequências que advierem de:

- a) sua negligência, imperícia, imprudência e/ou omissão, inclusive de seus empregados e prepostos;
- b) imperfeição ou insegurança nas obras e/ou nos serviços;
- c) falta de solidez das obras e/ou serviços executados, mesmo verificada após o término deste contrato;
- d) violação do direito de propriedade industrial;
- e) furto, perda, roubo, deterioração, ou avaria dos maquinários, equipamentos e materiais utilizados na execução de obras e/ou serviços;
- f) ato ilícito ou danoso de seus empregados ou de terceiros, em tudo que se referir às obras e aos serviços;
- g) esbulho possessório;
- h) infiltrações de qualquer espécie ou natureza;
- i) prejuízos causados à propriedade de terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO DIÁRIO DE OBRAS

A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local da obra, um DIÁRIO DE OBRAS, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela CONTRATADA:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
- b) o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao final da obra, o Diário referido será de propriedade do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução das obras objeto do presente contrato obedecerá ao Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CRONOGRAMA

O programa mínimo de progressão dos trabalhos e do desenvolvimento das obras obedecerá à previsão das etapas mensais constantes do Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS MEDIÇÕES

A CONTRATADA deverá apresentar, até 30 (trinta) dias contados do recebimento do Memorando de Início, como uma das condições para emissão da primeira medição:

- a) O Plano de Segurança no Trabalho a ser implementado na execução dos serviços, com base nas características das obras a serem executadas e os riscos inerentes;
- b) O visto do CREA-RJ, caso a CONTRATADA seja de outro Estado da Federação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pela DPRJ, justificando-se eventual divergência. As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os critérios de qualidade e de acordo com o Manual de Fiscalização da DPRJ.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento, consoante o regime de execução por preço unitário adotado, cabendo à fiscalização efetuar os levantamentos dos serviços executados. Será elaborada memória de cálculo das medições (elaboração dos *croquis* de cálculo das quantidades medidas) com identificação dos locais da sua realização.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos projetos de Arquitetura, Cálculo Estrutural e Geotecnia e de Instalações prediais e especiais, a medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento a estes relativas, para fins da adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais mencionados para o seu pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja necessidade de acréscimo no item "Administração Local", decorrente de acréscimo do preço contratado, deverá ser considerada para efeito de medição/pagamento a parcela aditivada individualmente nos acréscimos de valores/serviços.

PARÁGRAFO QUINTO - Para fins da medição dos serviços, em consonância com os parágrafos terceiro e quarto, o item "administração local" deverá ser cobrado na proporção do percentual da execução das obras.

PARÁGRAFO SEXTO - Os serviços de ensecadeira, escoramento e esgotamento de vala somente serão executados após detalhado levantamento de dados sobre o terreno, especialmente sondagens e ensaios, de modo a constatar informações como nível de água, talude natural e índices de suporte, que devem servir de base para a tomada de decisão sobre as soluções técnicas mais recomendadas, bem como, as quantidades de serviço envolvidas, devendo-se anotar em diário de obras as condições executivas observadas no canteiro.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A medição do item de transporte deverá indicar a origem, o destino, o percurso e o equipamento utilizado.

PARÁGRAFO OITAVO - Não serão aceitas solicitações para alterações nas velocidades de transportes, após a realização da licitação. Caso a licitante não seja capaz de praticar a velocidade considerada, a mesma deverá considerar este limitador em sua composição de custos. Somente serão aceitas solicitações para alteração das velocidades de transporte, após a realização da

licitação, no caso de impedimento à execução do objeto em decorrência de fatos relevantes e supervenientes, não previsíveis quando da elaboração do projeto básico, devendo ser esta modificação tecnicamente demonstrada e justificada.

PARÁGRAFO NONO – A DPRJ, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, após a medição, entregará ao Contratado o cálculo da medição, para fins de faturamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A medição será acompanhada das respectivas memórias de cálculos de dimensionamento a estes relativas, para fins da adequação da solução mais apropriada, adotando-se, ainda, os seguintes critérios de medição, obedecendo-se os percentuais executados para o seu pagamento:

Etapa	Critério Geral de Medição
ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO	Os serviços serão medidos e pagos quando a elaboração do projeto executivo for concluída. Essa etapa será considerada concluída após aprovação do projeto pelos fiscais do contrato.
ESCADA METÁLICA E ACESSO	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente montados e instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em quilos de aço (kg) executado. Quantidade em metros cúbicos de escavação e concreto utilizados nas fundações. Comprimento linear de corrimão instalados. A última etapa do serviço, de instalação da porta, só será paga após a instalação completa de todos os componentes e a devida verificação por parte dos fiscais.
COBERTURA DA ÁREA EXTERNA	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de telhamento efetivamente removidos, a retirada de entulho será medida, em função do número de caçambas necessárias para remoção do mesmo, quantidade em quilos de aço (kg) executados, metragem quadrada de cobertura executada. Quantidade em metros cúbicos de escavação e concreto utilizados nas fundações. Comprimento linear de calha, rufo e condutor de águas pluviais instalados e metragem quadrada (m ²) de painel ACM efetivamente instalados.
RECOMPOSIÇÃO DE PISO, JARDINEIRAS E DRENAGEM	Os serviços serão medidos e pagos por componentes efetivamente instalados até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de piso removido, a retirada de entulho será medida, em função do número de caçambas necessárias para remoção do mesmo. Quantidade em metros quadrados de piso de concreto, executados conforme detalhado anteriormente. Quantidade em metragem quadrada (m ²) de parede lateral, emboço e impermeabilização das jardineiras. Comprimento linear de condutor de águas pluviais instalados, unidade de fornecimento e instalação das grelhas de captação de água, devidamente instaladas, conforme descrição. Unidade de fornecimento e plantio das mudas de pequeno porte. A última etapa do serviço, fornecimento de bancos de concreto, só será paga após a entrega e a devida verificação por parte dos fiscais.
PINTURA DA FACHADA E EXECUÇÃO DOS DRENOS	Os serviços serão medidos e pagos por área de serviços devidamente executada até o momento do fechamento da medição, serão levados em consideração na medição: quantidade em metragem quadrada (m ²) de parede recomposta, parede emassada e pintada. Os serviços de execução do dreno serão medidos após sua conclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento) em caso de reforma, do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DA OBRA

Após concluída, a obra será recebida provisoriamente, após vistoria, que deverá ser realizada pelo agente fiscalizador da Defensoria Pública, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Licitante vencedora comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto contratado e desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de recusa de aceitação, por não atendimento às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar as obras, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do presente contrato será recebido **provisoriamente**, após vistoria, que deverá ser realizada pelo agente fiscalizador da Defensoria Pública, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Licitante vencedora comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto contratado e desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

PARÁGRAFO TERCEIRO – O objeto do presente contrato será recebido **definitivamente**, pelo agente fiscalizador, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento provisório, observando o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências;

- a) testar todos os equipamentos e instalações;
- b) revisar todos os acabamentos;
- c) proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

PARÁGRAFO QUINTO – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Todos os originais de documentos e desenhos técnicos preparados pela CONTRATADA para a execução dos serviços e obras contratados serão de propriedade do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e não aceitas pela Fiscalização, nas épocas oportunas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos, devidamente justificado, na forma do disposto no artigo 78, XIV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial da DPRJ.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apuradas.

PARÁGRAFO QUARTO – Rescindido o contrato, a Administração assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

PARÁGRAFO QUINTO – Decretada a rescisão por culpa da CONTRATADA, a mesma somente terá direito ao recebimento das faturas relativas às obras executadas até a data da rescisão e apenas daquelas que estiverem em condições de aceitação.

PARÁGRAFO SEXTO – Decretada a extinção do contrato sem que caiba culpa à CONTRATADA, a mesma será ressarcida dos prejuízos comprovados que houver

sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo de desmobilização, caso haja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Quem deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas verificadas pela DPRJ, para fins de aplicação das sanções mencionadas no caput são assim consideradas:

I - retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II - não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III - falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV - fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V - comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à DPRJ e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Defensor Público Geral, devendo ser aplicada pelo 1º Subdefensor Público Geral, por delegação, na forma do art. 11, da Resolução DPGERJ n.º 1012 de 21 de outubro de 2019 e conforme Resolução DPGERJ n.º 1052/20.

a) As sanções previstas na alínea "b" do caput e nas alíneas "a" e "b", do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo 1º Subdefensor Público Geral, na forma do art. 11 da Resolução DPGERJ n.º 1012 de 21 de outubro de 2019 e conforme Resolução DPGERJ n.º 1052/20.

b) As sanções previstas na alínea "a" do caput e na alínea "c", do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo 1º Subdefensor Público Geral, na forma do art. 11 da Resolução DPGERJ n.º 1012 de 21 de outubro de 2019 e conforme Resolução DPGERJ n.º 1052/20.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea "d" do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberá recurso diretamente ao Defensor Público Geral, que, a seu critério, poderá recebê-lo com efeito suspensivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida no PARÁGRAFO SEGUNDO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10(dez) dias úteis da sua exigência, o que configura a mora, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas neste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas administrativas, previstas na alínea "b" do caput e na alínea "b", do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO NONO - No caso de aplicação de multa, o interessado será intimado para pagamento no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da publicação da decisão.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea "c", do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) Sem prejuízo de outras hipóteses, poderá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- b) Será aplicada conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a DPRJ, prevista na alínea "d", do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir à DPRJ pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Atraso injustificado no cumprimento do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da contratação, por dia de atraso, respeitado o limite total de 20% (vinte por cento).

- a) Atraso injustificado no cumprimento do PARÁGRAFO SEGUNDO, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, por dia de atraso, respeitado o limite total de 20% (vinte por cento), dobrável na incidência, limitada a 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento).
- b) Atraso injustificado no cumprimento do *caput*, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, por dia de atraso, respeitado o limite total de 20% (vinte por cento).
- c) Na hipótese de atraso injustificado no cumprimento das demais obrigações, será aplicada multa de até 1% (um por cento) sobre o valor da contratação, por dia de atraso, dobrável na incidência, limitada a 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Se o valor das multas previstas na alínea "b" do caput, na alínea "b", do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela DPRJ ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Feito o recolhimento da multa, a pessoa jurídica sancionada apresentará o comprovante de pagamento, cabendo ao gestor do contrato, após confirmação da Coordenação de Contabilidade - CONTAB, atestar o pagamento integral do valor da multa imposta.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Transitada em julgado a decisão, caso não haja o pagamento, a sanção de multa poderá ser descontada da garantia relativa ao objeto contratado e, se superior ao valor desta, o remanescente será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, conforme previsão contida nos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Não tendo sido recolhido ou descontado o valor integral da multa aplicada, a Defensoria Pública tomará as medidas administrativas cabíveis, inclusive a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade

de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado na qual se indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, na forma do subitem 14.6.2 do Edital.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pelo Defensor Público Geral ou pelo 1º Subdefensor Público Geral, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela DPRJ no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial eletrônico da DPRJ do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "a" do caput e nas alíneas "c" e "d" do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Os pedidos de dilação de prazo, os casos omissos e dúvidas surgidas durante o processamento serão decididos pelo Secretário da Pasta a que os contratos ou procedimentos estiverem vinculados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação do previsto nas alíneas a e b do caput a CONTRATADA se não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS à Previdência Social exigíveis até o momento de apresentação das faturas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: FUSÃO, CISÃO E INCORPORAÇÃO

Nas hipóteses de fusão, cisão ou incorporação, poderá ocorrer, a critério do **CONTRATANTE** e desde que mantidas as condições de habilitação e qualificação técnica, econômica e financeira exigidas no edital, a sub-rogação, por termo aditivo, do objeto deste Contrato para a pessoa jurídica empresária resultante da alteração social;

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória

por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Fazem parte integrante do presente contrato:

- a) o Edital e seus Anexos;
- b) a Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada informação ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento depois de lido e achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À **Comissão de Licitação**

a/c Sr. (a) Presidente da Comissão de Licitação

Ref. Tomada de Preços nº 004/21

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da _____ cédula de identidade nº _____, expedida por _____, ou no seu impedimento o (a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, para representar _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, junto ao Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria _____ (ou Entidade da Administração Indireta), na licitação acima referida, a quem se outorga poderes para rubricar propostas dos demais Licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento em referência.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

Observações:

- A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social ou Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que autorizar o credenciamento.
- Deverá ser entregue, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.
- A Carta de Credenciamento deverá ser entregue com firma reconhecida.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À **Comissão de Licitação**

A/c Sr. **Pregoeiro (a)**

Referente à Tomada de Preços DPRJ nº 004/2021

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na(endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto na Tomada de Preços nº 004/21, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou

indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** antes da abertura oficial das propostas e;

f)Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, DISPENSADO EM CASO DE CARIMBO COM CNPJ)

Local e data

Tomada de Preços nº 004/2021

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador(a) da cédula de identidade nº , DECLARA que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO À LEI 7.258/2016

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital da Tomada de Preços nº 004/21, na Av. Marechal Câmara, 314 - 3º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que a firma _____ (Nome Completo) - CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto na Lei 7.258/2016, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Avenida Marechal Câmara, 314, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-080
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.defensoria.rj.def.br

EDITAL Nº 0719991/2021

Processo nº E-20/001.002662/2021

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO

D - COTAÇÕES

COTAÇÕES - JACAREPAGUA	
PLACA DE ACM, PLACA 3MM X 1220 X 5000MM	
LOJA DO POLI	R\$ 1.009,90
MADEIRA MADEIRA	R\$ 903,09
POLICARBONATOS E ACESSÓRIOS	R\$ 789,00
COTAÇÃO (Média Aritmética)	R\$ 900,66

Amplitude Total: 28,0%

Loja do Poli
 ACM - ALUMÍNIO COMPOSTO | ACRILICO | PETG | POLICARBONATO ALVEOLAR | POLICARBONATO COMPACTO
 ACESSÓRIOS DE INSTALAÇÃO | PVC EXPANDIDO | LINHA MADEIRA PLÁSTICA | LINHA JARDINAGEM | POLIESTIRENO (PS)
 TUBOS | TARUGOS | TELHAS

Chapa De ACM - Verde Fosco - 1.22 X 5m - 3mm
R\$ 789,00 à vista ou 12x de R\$ 736,44
 Produto da marca Bold com 1,22m de largura por 5m de comprimento/avanço e 3mm de altura/espessura na cor Verde com peso de 26 kg e acabamento Fosco - sku: 824
Produto sob encomenda!
Disponibilidade para envio em 10 dias!
Já está somado ao prazo de entrega!
 Calcular frete e prazo
 Digite o CEP:

Loja do Poli
 Você está em: Página inicial > ACM - ALUMÍNIO COMPOSTO > VERDE > Chapa De ACM Verde Fosco 3mm 122 x 500 cm, Placa De Alumínio Composto ACP
 Código: 390

CHAPA DE ACM VERDE FOSCO 3MM 122 X 500 CM, PLACA DE ALUMÍNIO COMPOSTO ACP
 FOTOS

Marca: **LOJA DO POLI**
 Modelo: Acm Verde Fosco 1.22x5.00m
 Disponibilidade: Imediata

Por: **R\$ 1.009,90**
 ou 12x de R\$ 104,26 com juros

+ VER TODAS AS FORMAS DE PAGAMENTOS

Quantidade:

SIMULADOR DE FRETE
 CEP:

madeiramadeira Busque aqui tudo para sua casa...
 Compre pelo WhatsApp | Telefone: 0800 980 0999

festivalinverno
 As melhores ofertas acabam em **04:26:03**

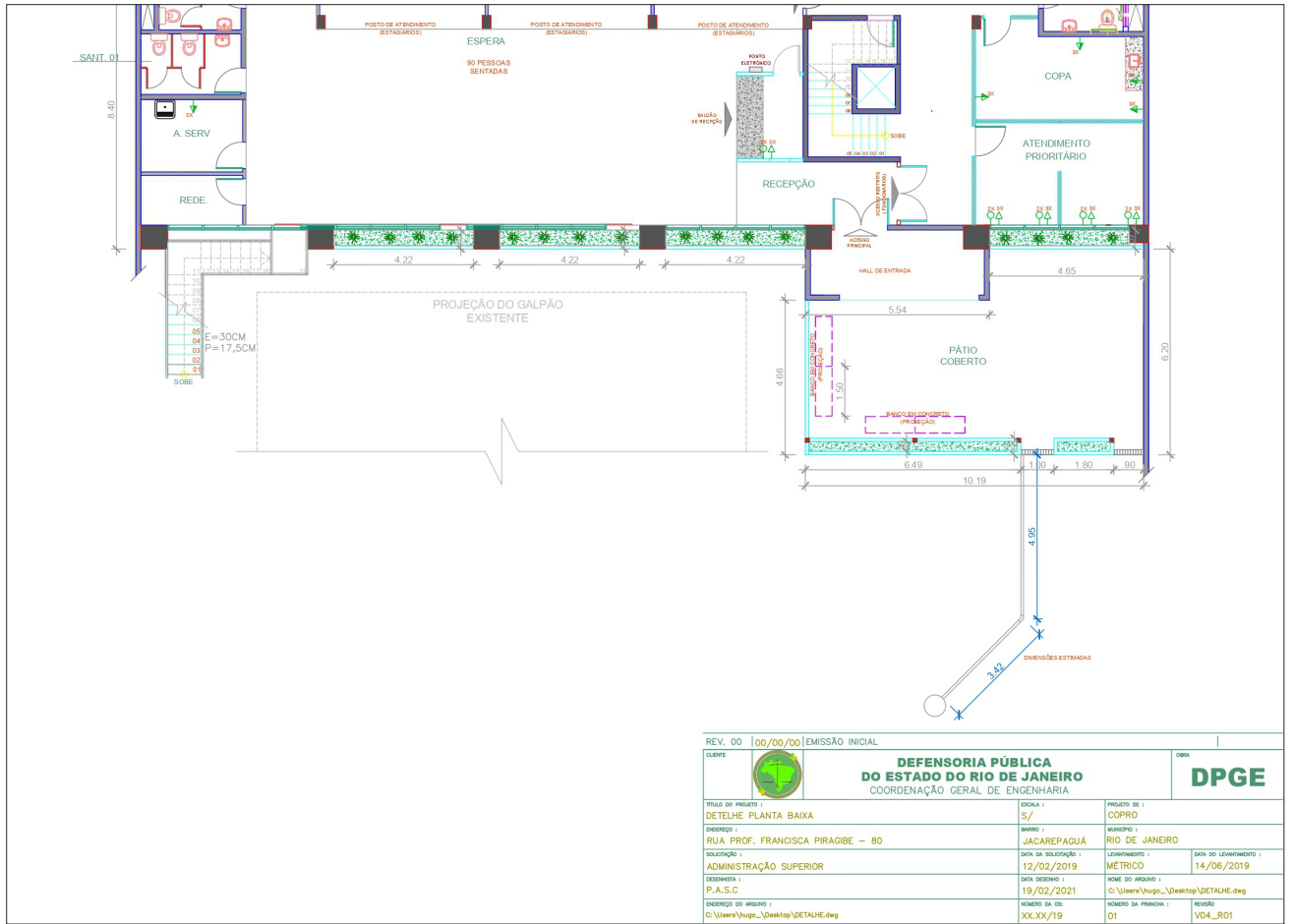
Pisos e Revestimentos | Revestimentos de Parede | Revestimentos de Parede 30 | 4153483

Chapa de ACM - Verde Fosco - 1.22 x 5m - 3mm Verde
 ID: 4155483
 R\$ 903,09 -2%
R\$ 903,09 à vista no cartão ou Pix
 ou em até 12x de R\$ 75,25 sem juros
 ou parcelar em até 24x no crédito**
 [Principais informações >](#)

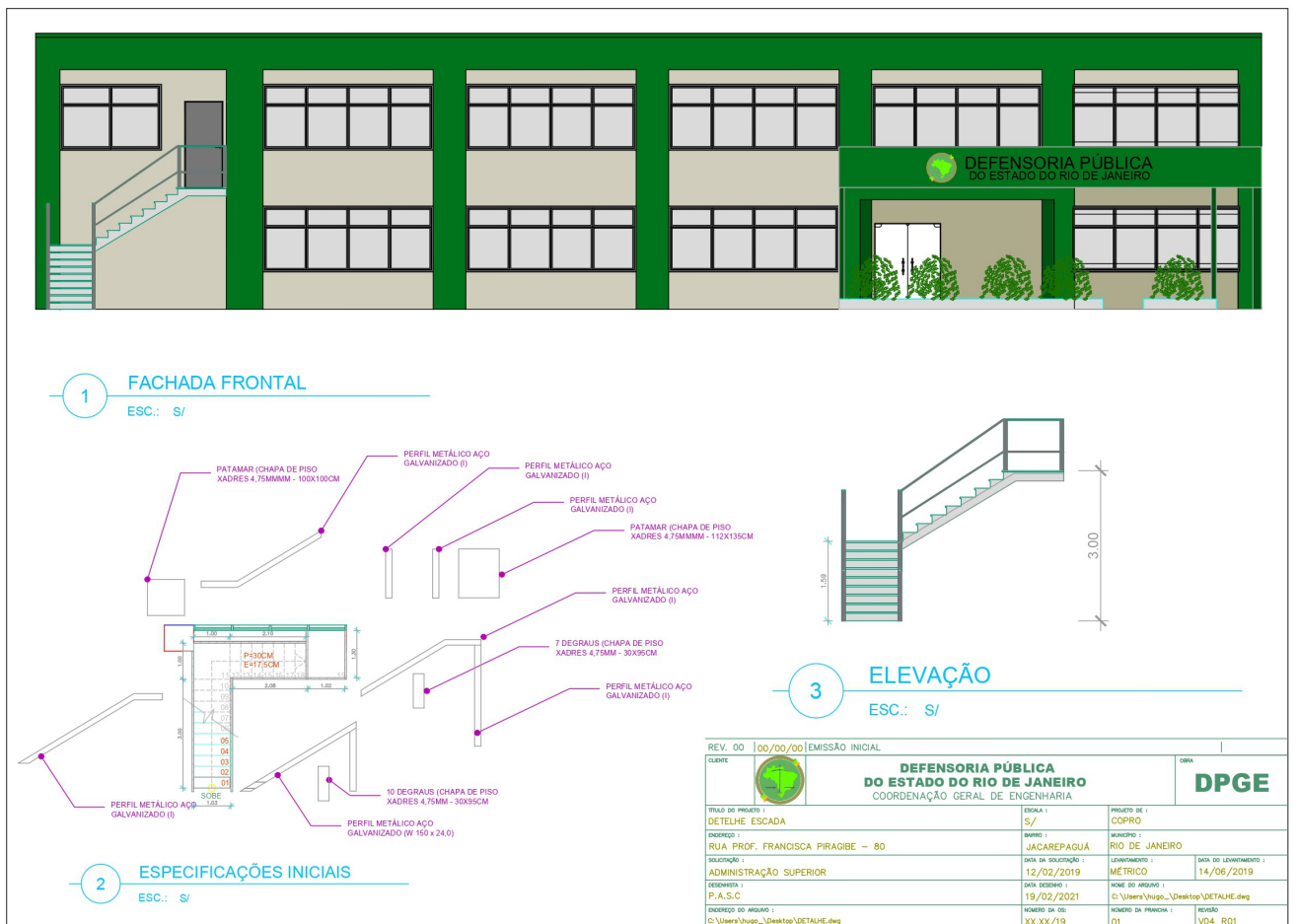
WhatsApp
 As melhores ofertas direto no seu celular:

G - PLANTAS

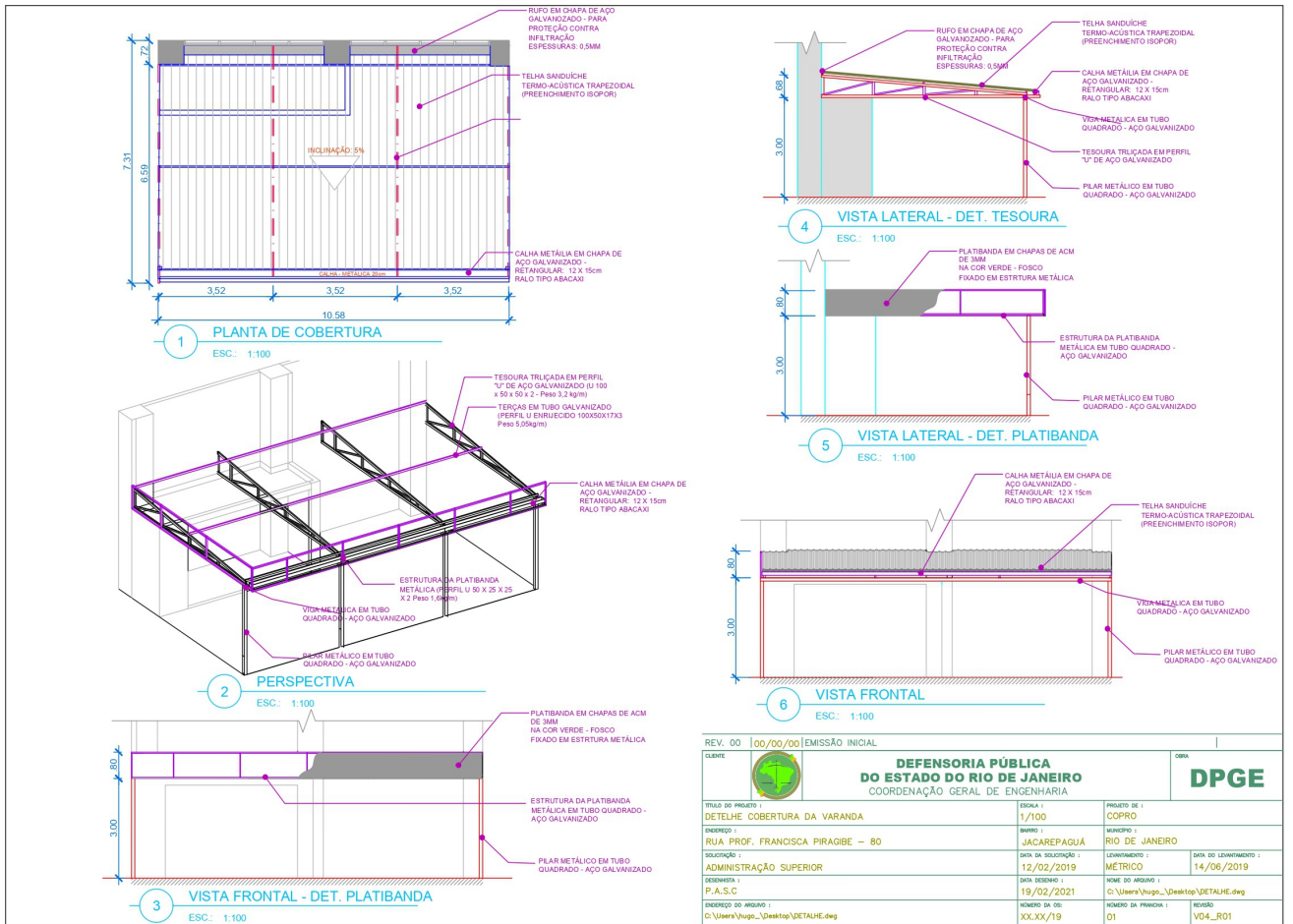
a) Planta Detalhe, Planta Baixa



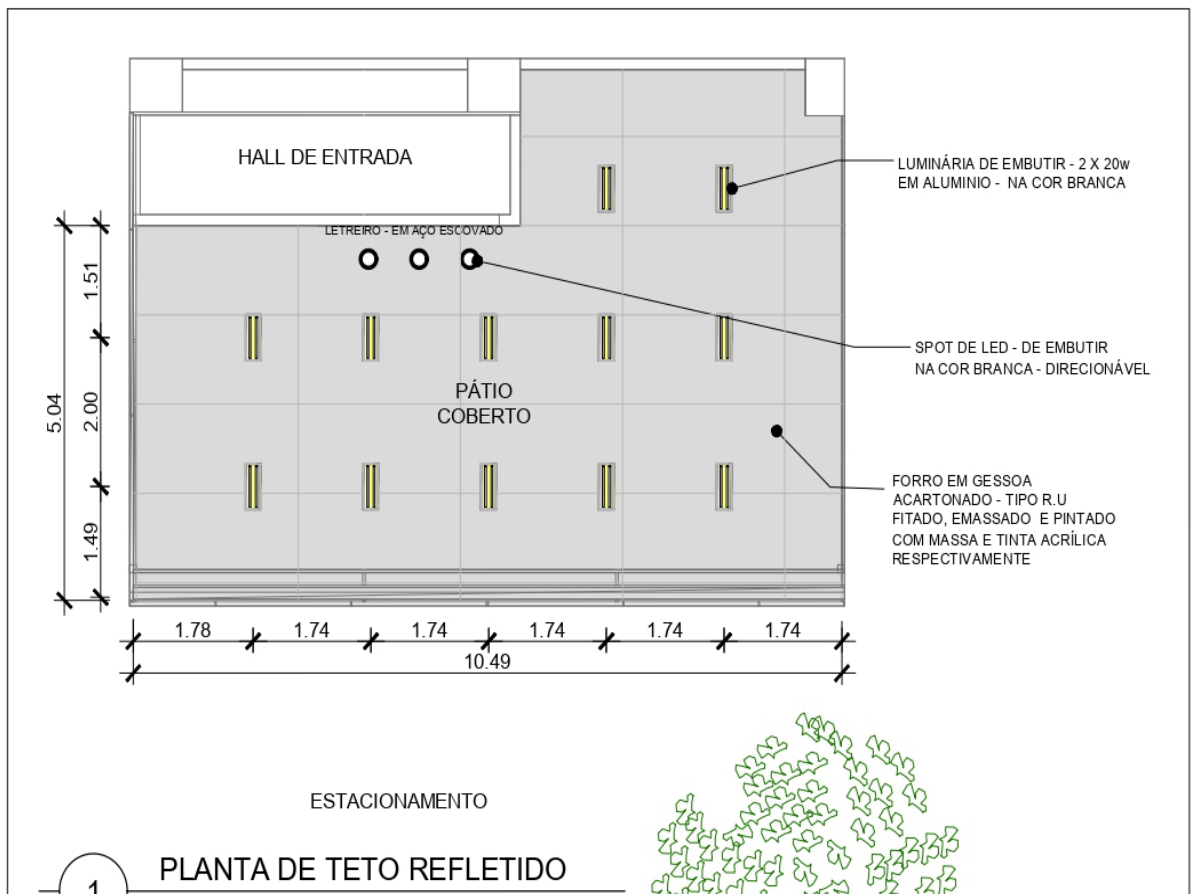
b) Planta Detalhe Escada



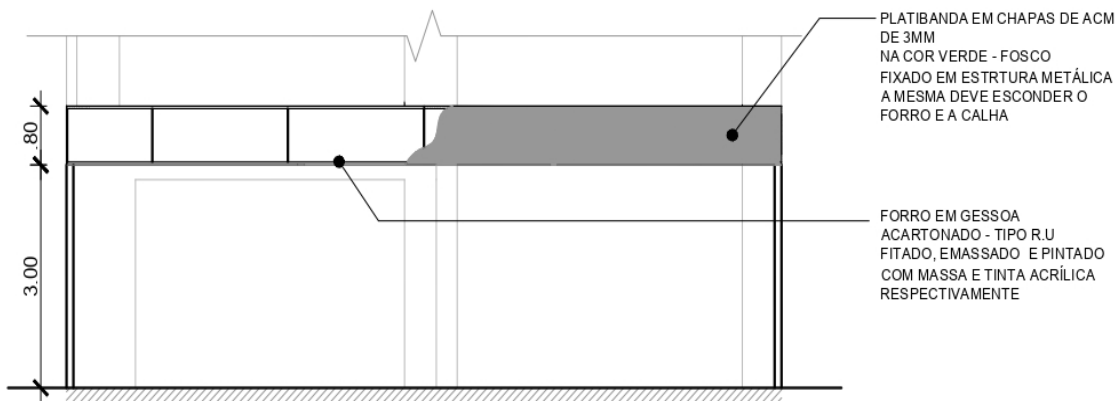
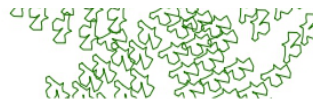
c) Planta Detalhe Cobertura



d) Planta Detalhe Cobertura (Forro)




ESC.: 1:100



2 VISTA FRONTAL - DET. PLATIBANDA

ESC.: 1:100

REV. 00	XXXXXX	EMISSÃO INICIAL	
ÁREA ÚTIL	XXXXXX		
ÁREA CONSTRUIDA	XXXXXX		
CLIENTE		DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENAÇÃO GERAL DE ENGENHARIA	OBRA DPGE
TÍTULO DO PROJETO :	DETELHE COBERTURA DA VARANDA	ESCALA :	1/100
PROJETO DE :	COPRO	ENDEREÇO :	RUA PROF. FRANCISCA PIRAGIBE - 80
DISTRITO :	JACAREPAGUÁ	MUNICÍPIO :	RIO DE JANEIRO
SOLICITAÇÃO :	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	DATA DA SOLICITAÇÃO :	12/02/2019
LEVANTAMENTO :	METRICO	DATA DO LEVANTAMENTO :	XXXXXX
DESENHISTA :	P.A.S.C	DATA DESENHO :	29/01/2021
NÚMERO DA FRANCHA :	01	REVISÃO :	03
NOME DO ARQUIVO :	PRO_PREDIO DAS VARAS DE JACAREPAGUÁ_V04_R03		
ENDEREÇO DO ARQUIVO :	XXXXXX		



Documento assinado eletronicamente por **LUCIENE TORRES PEREIRA, Defensora Pública**, em 29/11/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0719991** e o código CRC **BF247CF3**.

Referência: Processo nº E-20/001.002662/2021

SEI nº 0719991